Ethos & Episteme

Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB
Julho-Dezembro 2012

FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO

ANO VIII, Vol. XVI

SUMÁRIO

EDITORIAL.....03

ARTIGOS.....05

EDUCAÇÃO E VALORES: CONTRIBUIÇÕES DA LOGOTERAPIA.....06
César Lobato Brito

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PROFESSORES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM COMPARATIVO ENTRE DUAS INSTITUIÇÕES NA CIDADE DE MANAUS.....23
Carlos Henrique Soares Carvalho, Raimunda Nascimento da Matta

FORMACIÓN DEL PENSAMIENTO ESTADÍSTICO EN LOS ESTUDIANTES DE LA CARRERA DE LICENCIATURA EN ECONOMÍA.....37
Odalys Falcón Acosta1, Sonia Benavides García, Maritza Petersson Roldan

A CONVIVÊNCIA FAMILIAR DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI ATENDIDOS NO POLO DE LIBERDADE ASSISTIDA DA ZONA SUL.....45
Kathyane Carmo de Souza, Aline Rocha Alves dos Santos

A LOGÍSTICA REVERSA DO LIXO TECNOLÓGICO.....59
Fabíola da Silva Almeida Beletatti1, Núbia Briglia Figueira

ESTRATEGIA PEDAGÓGICA PARA CONTRIBUIR A DISMINUIR LAS ANIFESTACIONES DE CONDUCTAS AGRESIVAS EN LOS ADOLESCENTES.....71
Elsa de las Mercedes Cano Galarraga, Regla de la Caridad Llerena Álvarez, Nirma Gómez Matos

A INSTITUIÇÃO DE UM CONSELHO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (CNTC) NO BRASIL COMO FATOR DE MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....94
Beatriz Mota Moreira, Raimundo Nonato de Oliveira

A EPISTEMOLOGIA PRAGMÁTICA DE CHARLES PEIRCE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A DOCÊNCIA.....108
Monique de Oliveira Paulo, Derlei Maria Correa Macedo, Josefina Barrera Kahlil

HACIA LA BÚSQUEDA DE SOLUCIONES PRÁCTICAS EN LA DISMINUCIÓN DE LAS MANIFESTACIONES DE CONDUCTAS AGRESIVAS.....120
Lourdes Tarifa Lozano, Elsa de las Mercedes Cano Galarraga, Regla de la Caridad Llerena Álvarez

REFERENTES TEÓRICOS DE LAS PARTICULARIDADES GENERALES DE ADOLESCENTES CON MANIFESTACIONES DE CONDUCTAS AGRESIVAS.....131
Regla de la Caridad Llerena Álvarez, Elsa de las Mercedes Cano Galarraga, Lourdes Tarifa Lozano

EDITORIAL

Apresentamos aos nossos leitores, mais um exemplar da Revista *Ethos & Episteme*. Esperamos que a leitura suscite o desejo de aprofundar conhecimentos.

Este exemplar traz artigos sobre diversas temáticas como: Educação e valores: contribuições da Logoterapia, que aborda os desafios educacionais nos dias atuais, ressalta a necessidade de uma permanente revisão crítica dos fundamentos da educação às práticas educativas e apresenta algumas contribuições da Logoterapia de Viktor Frankl.

Recrutamento e Seleção de professores em Instituições de Ensino Superior busca identificar através de pesquisa exploratória as técnicas de recrutamento e seleção utilizadas no processo de contratação de docentes no Ensino Superior.

Formação do Pensamento nos Estudantes de Licenciatura em Economia, apresenta uma pesquisa com os estudantes de Licenciatura em Economia da Universidad de Matanzas Camilo Cienfuegos em Cuba, contemplando a análise dos conceitos e o desenvolvimento das habilidades necessárias para interpretar a Teoria e os Modelos Matemáticos.

A Convivência Familiar do adolescente em conflito com a lei atendidos no Pólo de liberdade assistida da Zona Sul, analisa a questão dos problemas relacionados à convivência familiar dos adolescentes em conflito com a lei, ressaltando que o cometimento do delito é um problema a ser enfrentado com o suporte familiar sendo a mobilização da mesma fundamental para o cumprimento da medida socioeducativa e para que o adolescente não reincida no cometimento de delitos.

A Logística reversa do Lixo Tecnológico discorre sobre os riscos ambientais para a saúde coletiva, a implantação da logística reversa do lixo tecnológico na gestão ambiental das empresas, no combate à poluição pelo lixo eletrônico, apresentando técnicas e projetos para preservação do Meio Ambiente.

Estrategia Pedagógica para contribuir para a diminuição das manifestações de condutas agressivas nos adolescentes, discorre sobre a preparação dos professores e das familias para contribuir com o desenvolvimento do processo pedagógico e do comportamento considerando as possibilidades e potencialidades dos adolescentes com manifestações de condutas agressivas.

A instituição de um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC) no Brasil como fator de melhoria da administração pública brasileira aborda a Carta Magna Brasi-

leira no seu artigo 75 onde dispõe sobre a aplicação de normas de fiscalização contábil, financeira e orçamentária à organização e formação dos Tribunais de Contas do País.

A Epistemologia Pragmática de Charles Peirce e suas contribuições para a docência apresenta alguns conceitos que permitem interligar saberes em busca de uma epistemologia pragmática.

Busca de soluções práticas para a diminuição das manifestações de condutas agressivas apresenta o resultado de pesquisas, com diagnóstico e intervenção, visando minimizar esta problemática que atinge muitos adolescentes. Ressalta ainda a necessidade da formação dos professores e das famílias no trato com os adolescentes visando diminuir as manifestações de condutas agressivas.

Referentes Teóricos das Particularidades gerais de Adolescentes com Manifestações de Condutas agressivas discorre sobre a problemática da violência que afeta todas as idades, classes sociais, etnias e raças se constituindo em preocupação para todas as autoridades sociais e governamentais.

Com assuntos tão diversos, certamente as leituras contemplarão os mais diversos leitores. Aproveitamos para solicitar a todos que desejam encaminhar suas produções científicas que o façam com o propósito de melhorar, cada vez mais, a qualidade deste periódico.

Prof. Meire Botelho
Diretora Executiva

ARTIGOS

Σthφs & Σpistεφe
Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB – ANO VIII, VOLUME XVI – JULHO – DEZEMBRO 2012

EDUCAÇÃO E VALORES: CONTRIBUIÇÕES DA LOGOTERAPIA

César Lobato Brito[1]

(Recebido em 18/06/2012; Aceito em 20/09/2012)

RESUMO

Este trabalho situa-se no âmbito da Filosofia da Educação e tem como objetivo principal levantar o problema da teleologia e da axiologia na educação. São dois os pontos de partida para essas reflexões: o primeiro consiste no fato de que a investigação crítica sobre os fins e os valores constitui uma tarefa irrenunciável e necessária da Filosofia da Educação; o segundo diz respeito aos desafios educacionais hodiernos que solicitam uma permanente revisão crítica dos fundamentos da educação, sobretudo no que diz respeito às concepções antropológicas subjacentes às práticas educativas. As observações e constatações encontradas na primeira parte sugerem a importância de se recuperar uma visão do homem integral e unitária que possa servir de crítica e de provocação aos modelos e práticas educacionais demasiadamente atrelados à ideologia do mercado. Conclui-se apresentando algumas contribuições da Logoterapia de Viktor Frankl como horizonte teórico de inspiração para educadores e, ao mesmo tempo, de crítica a determinados modelos postos na sociedade atual. A Logoterapia, mesmo não tendo sua origem em campo pedagógico, oferece um conjunto de construtos, de valores e uma compreensão da existência humana no mundo que podem servir de referência para um debate sobre a educação, particularmente no âmbito da educação moral, seja ela formal ou informal.

Palavras-chave: Filosofia da Educação; Educação; Valores; Logoterapia.

[1] Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília, Bacharel em Ciências da Educação, Mestre em Psicologia e doutorando em Educação pela Universidade Pontifícia Salesiana de Roma. Professor na Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus, Brasil. E-mail: franklbrito@hotmail.com

ABSTRACT

This work lies within the philosophy of education and it has as main objective to raise the issue of teleology and axiology in education. There are two points of departure for these reflections: the first is the fact that the critical inquiry about the aims and values is an indispensable and necessary task of Philosophy of Education; and the second relates to today's educational challenges seeking a permanent critical review of the fundamentals of education, especially in respect of anthropological conceptions underlying educational practices. The observations and findings found in the first part suggests the importance of recovering a man's vision and integral unit that can serve as a critical challenge to the models and educational practices and overly tied to market ideology. It was concluded by presenting some contributions of Logotherapy of Viktor Frankl underpinned inspiration for educators and at the same time, certain models of critical positions in society today. The Logotherapy, despite not having its origin in the educational field, offers a set of constructs, values and an understanding of human existence in the world that can serve as a reference for a debate on education, particularly in the context of moral education, be it formal or informal.

Keywords: Philosophy of Education. Education. Values. Logotherapy.

1. INTRODUÇÃO

No vasto conjunto de problemas com os quais historicamente a Filosofia tem se debruçado, a educação se apresenta como um dos mais provocadores. A educação, de fato, constitui elemento essencial das sociedades ao longo da história e sempre condicionou inexoravelmente os diversos aspectos daquilo que chamamos de existência humana, seja ela tomada na sua individualidade ou enquanto coletividade. Entre sociedade e educação existe uma relação permeável, híbrida, de influência recíproca, pois ambas se propõem oferecer ao homem condições para que ele se afirme e se desenvolva existencialmente. De acordo com Severino (2004)

> Todo o esforço da consciência filosófica na busca do sentido das coisas tem [...] a finalidade de compreender de maneira integrada o próprio sentido da existência do homem. Portanto, o esforço despendido pela consciência no seu refletir filosófico não é mero diletantismo intelectual, nem puro devaneio ideológico, nem tentativa de representação do mundo para fins pragmáticos. É, antes, a busca insistente do significado mais profundo da existência humana, sem dúvida alguma para torná-la mais adequada em si mesma. (SEVERINO, 2004, p.12).

Para muitos autores da filosofia (como Kant e Freire), a educação equivale ao processo de humanização do próprio homem, condição *sine qua non* para que ele seja mais do que aquilo que a natureza lhe regalou. Tal processo de humanização implica, entre outras coisas, a busca das razões que sustentam e dão sentido à experiência educativa, e, em última análise, à própria existência humana. Encontrar o sentido da educação significa, na prática, encontrar os valores que a justificam, a mantém e lhe conferem finalidade.

A Filosofia da Educação possui, portanto, uma tarefa axiológica e teleológica (SEVERINO, 2011), pois assume a responsabilidade de refletir o problema dos fins e dos valores que permeiam as práticas educativas.

> Os fins não podem ser confundidos com os valores, com os ideais, com o modelo de sociedade e de convivência entre os homens e as nações. Os fins da ação escolar buscam seu fundamento nesses valores e ideais, isto é, os fins da prática educativa dependem de uma visão axiológica do homem e da realidade. Surgem da sociedade em que vivemos e que desejamos, da situação do homem no mundo e das condições gerais da aprendizagem. Surgem do contexto socioeconômico-político e cultural em que atuamos. Portanto, quem não tem diante de si uma ideia clara do homem, da sociedade, da família, das relações sociais, etc., não tem condições de definir os fins de sua prática educativa. (PAVIANI, 2005, p. 30-31).

Entretanto, essa tarefa "não pode ser entendida como mera elucidação de valores e fins que uma sociedade particular pretendesse defender" (SEVERINO, 2011, p. 30). Tal postura reduziria a tarefa da filosofia a uma explicitação dos valores morais, sociais, políticos, estéticos, etc., que devem nortear as práticas educativas, correndo o risco de atrelar-se a tendências ideológicas teoricamente bem fundadas ou limitar-se a ser uma filosofia moral da educação. Perderia assim a possibilidade de entender-se como uma forma de questionamento, uma reflexão radical, rigorosa e global sobre o sentido, as razões últimas e os pressupostos da educação (SAVIANI, 1983).

Em nossa opinião, a questão da *teleologia*[2] da educação está na base de qualquer prática educativa que pretenda ter alguma significatividade. De fato, "os fins são inerentes à prática e toda prática educativa deve necessariamente ter fins previstos" (PAVIANI, p. 31). Isto quer dizer concretamente que um educador sensato deveria colocar-se permanentemente ou em algum momento de sua trajetória de vida profissional, alguma dessas perguntas: *o que significa educar? Para que se educa? Qual o significado do trabalho que realizo? Quais valores permeiam minhas práticas? O que a educação escolar deve propor, além da veiculação de conhecimentos científicos e literários? Qual intencionalidade está subjacente ao projeto pedagógico do qual compartilho e realizo?*

Pode-se afirmar que quando estes questionamentos não se constituem objeto da reflexão dos educadores, corre-se o risco de perder o sentido do trabalho educativo, com todas as consequências que tal perda traz consigo.

Do ponto de vista pessoal e profissional, nada parece ser mais angustiante e alienante que trabalhar sem saber por que e para que se trabalha; da mesma forma, enquanto experiência subjetiva do educando, a ausência de tal reflexão por parte do educador traz consequências incalculáveis em termos de formação humana, já que desprovida de uma significação intencional, a oferta pode facilmente vincular-se às ideologias dominantes.

Constata-se, de fato, que o problema das finalidades da educação está na base de toda discussão acerca do planejamento educacional, pois são elas que dão significado aos conteúdos, às metodologias, aos instrumentos e às estratégias utilizados para desenvolver o trabalho pedagógico. Os fins da educação condicionam também a formação dos educadores. Somente através de processos formativos pautados pela reflexão crítica sobre

[2] Em si o termo refere-se à "parte da filosofia que explica os fins das coisas" (ABBAGNANO, 2000, p.943). Nesse contexto, indica o interesse da filosofia da educação pelos fins da tarefa educativa, isto é, os objetivos últimos para os quais os sujeitos da educação se direcionam.

o sentido último da formação será possível minimizar o chamado *desencantamento* dos jovens com a profissão docente e, ao mesmo tempo, superar o *mal-estar* presente entre os profissionais da educação causado, teoricamente, pela assim chamada *precarização* do trabalho docente (PINTO, 2002; FERRAZ, 2008).

Alguns estudos e pesquisas sobre a crise da identidade profissional do professor (ZARAGOZA, 1999; CODO, 1999; LACAZ, 2010) indicam fatores desencadeadores ligados às condições de trabalho, ao contexto em que se exerce a docência, à baixa remuneração, à sobrecarga de trabalho, à percepção da falência das políticas públicas para a educação, à violência nas escolas e à desvalorização do professor por parte do alunado. Sem dúvida alguma esses fatores têm relevância ímpar nesse debate, pois se situam numa perspectiva sociopolítica de análise da profissão docente. Todavia, a complexidade dos problemas educacionais no atual contexto de globalização nos remete a questões fundamentais que dificilmente são colocadas em pauta nos debates e nas instâncias que influenciam as políticas educacionais. O pouco interesse e a inexistência de reflexões críticas para uma análise antropológica que subsidie as políticas educacionais legitimam o ordenamento ideológico vigente que subjaz às políticas e práticas educacionais[3].

Um pouco de pesquisa e uma cuidadosa observação do contexto macroeducacional são suficientes para nos fazer perceber os mecanismos adotados pelos sistemas educacionais para desviar a atenção e o interesse dos profissionais da educação de questões relacionadas aos pressupostos e aos fundamentos da ação educativa. A título de exemplo, pode-se indicar que, muitas vezes, em função do enfrentamento de situações emergenciais (como o analfabetismo funcional no Brasil ou os altos índices de professores sem qualificação profissional), os sistemas educacionais supervalorizam determinadas iniciativas (projetos, programas, ações) em detrimento de outras, igualmente importantes e fundamentais, mas, infelizmente, não consideradas emergentes. A busca de soluções para problemas emergenciais acaba sendo o critério que determina as políticas e as ações, desqualificando e tornando irrelevantes quaisquer reflexões de natureza filosófico-antropológica e epistemológica.

As intuições revolucionárias de Morin expressas em inúmeras publicações, sobretudo no campo da epistemologia, indicam claramente que os sistemas educacionais precisam ser reinventados para atenderem com realismo as necessidades do mundo e do homem de hoje. Com objetividade, esse autor tece a seguinte crítica aos sistemas educativos:

> No momento em que o planeta tem cada vez mais necessidade de espíritos aptos a apreender seus problemas fundamentais e globais, a compreender sua complexidade, os sistemas de ensino continuam a dividir e fragmentar os conhecimentos que precisam ser religados, a formar mentes redutoras, que privilegiam apenas uma dimensão dos problemas e ocultam as outras (MORIN, 1982, p. 34)

Esse distanciamento intencional das questões de natureza epistemológica e antropológica da educação, que infelizmente afeta grande parte das instituições e dos profissionais da educação, acaba por reduzir a ação educativa a um procedimento meramente

[3] Referimo-nos especificamente à visão economicista e/ou mercadológica característica do processo de globalização e/ou de mundialização do mercado. Essa visão concebe a educação como um "objeto de consumo" necessário a atender as demandas do mercado de trabalho e "[...] exalta os valores do sucesso, da eficácia, da produtividade, da posse, do ser sempre '*up date*'; e pode levar a uma concepção de homem reduzido quase somente à dimensão de '*homo economicus*' [...]" (NANNI, 2007, p. 58)

técnico e instrumental direcionado a atender as exigências da sociedade que, em geral, confundem-se com as demandas impostas pelas ideologias dominantes.

Interrogar os fundamentos da educação, particularmente o sentido e a significação das práticas educativas, constitui tarefa irrenunciável da Filosofia da Educação, sobretudo quando se toma como objeto de estudo o contexto de transformações profundas em que estamos inseridos.

2. CONDIÇÃO PÓS-MODERNA, DESAFIOS EMERGENTES E IMPLICAÇÕES EDUCATIVAS

O contexto cultural global em que estamos inseridos, e a partir do qual as instituições educativas são chamadas a se confrontar e a dar respostas pontuais em termos de oferta educativa, tem apresentado desafios que provocam até mesmo educadores pouco atentos, isto é, que não percebem, por exemplo, que seu trabalho é influenciado e ao mesmo tempo influencia o referido contexto. Elucidar tal cenário desde as suas origens e mostrar suas interconexões com os fatores econômicos, políticos e sociais, sejam eles locais ou globais, é uma tarefa laboriosa, mas necessária, quando se pretende colocá-lo em discussão e buscar alternativas de enfrentamento aos desafios que dele emanam.

De forma quase esquemática pretende-se levantar alguns desafios característicos dos processos socioculturais dos últimos vinte anos. Eles nos fazem perceber, subjetiva e coletivamente, que estamos inseridos em um processo de contínua transição, obedecendo a um ritmo acelerado de inovações socioculturais e tecnológicas e de mudança das visões de mundo, bem como dos estilos de vida. Modernidade tardia, condição pós-moderna, globalização, revolução tecnológica, multiculturalidade, estilos alternativos de vida, etc., são termos usados frequentemente – por estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, mas também pelo homem da rua – para caracterizar tanto o contexto global e local quando as transformações que afetam a todos, indistintamente. São expressões tomadas dos meios de comunicação, mas que fazem parte do imaginário coletivo, e mesmo possuindo diferentes significados, denotam a condição existencial hodierna, em geral colocada em contraposição ao que havia antes.

Nossa intenção ao pontuar esses desafios é, sobretudo, chamar a atenção para suas possíveis implicações em campo educativo.

Inúmeras interpretações são dadas a assim chamada pós-modernidade. Contudo, existe certo consenso entre estudiosos de que ela representa um movimento cultural de reação às pretensões ambiciosas e absolutistas das grandes ideologias (meta-narrações na compreensão de Lyotard[4]) surgidas na modernidade ocidental, em particular aquelas que se propunham hegemônicas, como o Iluminismo (e sua veia positivista), o Liberalismo, o Idealismo e o Marxismo. Essas concepções ideológicas legitimaram[5] de forma quase absoluta o modelo de homem, de sociedade, de conhecimento, de ética e de estética que se desenhou e se construiu no mundo ocidental.

Ao apontar as limitações e fraquezas do projeto de emancipação moderno, a pós-modernidade rompe com as visões de mundo absolutistas (únicas), típicas das ideologias dominantes, e desperta o ocidente para o pluralismo ideológico e religioso, para as micro-narrações,

[4] LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** São Paulo: José Olympio, 2002.

[5] Vale dizer que essa legitimação ocorreu em diferentes âmbitos: filosófico, ético, político e até religioso.

para o relativismo, para a complexidade[6] da realidade, enfim, para novas compreensões do sujeito e de suas experiências existenciais que prescindem de justificativas fundadas unicamente na racionalidade instrumental moderna.

Vinculado a esse movimento pós-moderno, assistimos – sobretudo a partir dos anos 90 (noventa) do último século – a dois outros grandes movimentos que anunciaram um novo cenário planetário: a revolução empreendida pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e a globalização, sobretudo econômica e cultural. Nanni (2007) comenta com propriedade esse contexto:

> Na passagem de século, viu-se criar um clima em muitos aspectos novo em relação à década precedente. Na verdade não se tratou e não se trata de um fenômeno de moda ou de simples sugestão psicológica de massa. Estariam mudando notavelmente "o cenário" no qual se desenvolve a existência pessoal e comunitária. Esse é marcado pela internacionalização empresarial e da mundialização do mercado; por um forte incremento do desenvolvimento científico e tecnológico, caracterizado pela informática e telemática; por uma nova e aguda consciência dos direitos humanos, subjetivos, comunitários, ecológicos; pelo pluralismo e multiculturalismo dos modos de vida e da cultura; pela difusão da secularização e pelas novas formas de religiosidade *(new age*, *next age*, seitas, exoterismos), mais satisfatória das aspirações e necessidades subjetivas que as grandes confissões religiosas institucionalizadas tradicionais. Muda a vida e mudam as perspectivas antropológicas, claro, com traços de continuidade, mas também com inegáveis aspectos de diversidade. (NANNI, 2007, p. 57).

A síntese feita pelo autor não nos permite deduzir que esse contexto seja facilmente descrito. Ao invés de buscar descrevê-lo, interessa-nos aqui elencar algumas de suas consequências práticas em termos existenciais e em campo educativo.

Uma clara consequência pode ser verificada no progressivo *enfraquecimento de Instituições Sociais Tradicionais* que até bem pouco tempo atrás exerciam funções e cumpriam papeis importantes na sociedade, tais como a de ser referência segura em termos de valores considerados necessários à convivência humana e social. Referimo-nos, particularmente, à Instituição Familiar, ao Estado e às Igrejas Tradicionais.

Em relação à Instituição Familiar, pode-se dizer que a crise do modelo de família nuclear tradicional e a consequente multiplicação de novas configurações familiares têm suscitado uma mentalidade bastante difusa de que os sujeitos em formação (em geral crianças e adolescentes) gozam (precocemente) de total autonomia e liberdade na definição de seus valores já que a referência familiar é inexistente ou ausente. A falta de referenciais objetivos e sólidos durante o processo de socialização primária e secundária compromete significativamente, por exemplo, o desenvolvimento moral, notadamente, a passagem da moral heterônoma para a moral autônoma. A renúncia ou o simples desinteresse de muitos genitores pela árdua tarefa educativa de apresentar os valores aos próprios filhos pode conduzir – e é o que se tem visto de forma bastante disseminada - ao subjetivismo axiológico (VASQUEZ, 2001), isto é, crianças, adolescentes e jovens que baseiam suas escolhas e atitudes em critérios estritamente pessoais (na vontade, nos desejos subjetivos, no gosto ou satisfação pessoal), expressando assim um novo estilo de vida moral caracterizado pelo hedonismo, pelo relativismo e, não raro, pelo niilismo.

[6] Essa ideia se opõe ao *princípio de simplicidade*, característico da ciência moderna.

A respeito do tema da educação moral que se espera que seja assumido pelas instituições educativas, Cenci (2002) faz algumas preciosas advertências para que não descambe num moralismo pouco educativo:

> O papel da educação moral não é internalizar normas, valores ou verdades morais. É, antes, o de auxiliar, de forma reflexiva, o indivíduo a apropriar-se crítica e autonomamente de princípios morais e de capacitar-se para que os mesmos lhe ajudem a orientar a ação na diversidade das circunstâncias em que o agir ocorre. [...]. A esse fator deve somar a disposição do educando em trazer sua prática para a reflexão e confrontar permanentemente sua concepção de mundo prática. (CENCI, 2002, p. 165).

A respeito da Instituição Estado, não são poucas as pesquisas que comprovam a descrença das pessoas no poder público. Corrupção, desvio de recursos públicos, políticos "ficha suja" que permanecem no poder, falta de políticas públicas participativas para resolver problemas estruturais do país e proliferação de políticas meramente assistencialistas, sistema legislativo dominado por interesses individuais e corporativos, sistema judiciário lento e injusto, são provas de que faz parte do senso comum a ideia de que o Estado – teoricamente responsável por garantir o bem estar social dos cidadãos e assegurar seus direitos – não é confiável e dele não se pode esperar muita coisa. Entre as consequências desse entendimento generalizado (e claramente preconceituoso e fatalista) dos poderes públicos constituídos, observa-se no imaginário popular, por exemplo, a ideia implícita de que praticar pequenas infrações ou atos de corrupção (tais como subornar um agente de trânsito, fazer um "gato" na rede de energia, obter vantagens no emprego ou uma renda extra deixando-se levar por esquemas fraudulentos) não constitui ação moralmente reprovável e, portanto, também sujeita às sanções sociais. Em geral, esses "pequenos delitos" são considerados insignificantes se comparados ao que ocorre quase que rotineiramente nas instituições públicos do Estado. Erroneamente justificam-se condutas individuais e grupais equivocadas por outras igualmente reprováveis. A desmoralização das Instituições do Estado enfraquece sobremaneira a vida moral da coletividade (PELLEGRINELLI, 2001).

Com relação às Instituições Religiosas tradicionais é suficiente destacar a pluralidade de ofertas religiosas, para todos os gostos e finalidades e a perda de credibilidade das igrejas tradicionais. O sentido de pertença religiosa esvai-se e a possibilidade de encontro com o transcendente converte-se em encontro consigo mesmo, com as próprias vicissitudes pessoais e familiares. Nesse "comércio da fé", vende mais quem tem maior capacidade de comunicação e persuasão, em geral despertando uma forte experiência emotiva (catártica) e dando uma explicação simplificada, encantada e mágica das mazelas pessoais e sociais. Compreendida, dessa forma, a religião desvincula-se da dimensão do compromisso secular com a vida social e política e descamba para uma experiência psicológica, circunscrita à esfera individual e/ou subjetiva.

Paviani (2005) reconhece as contradições da sociedade em que vivemos quando faz a seguinte observação:

> Vivemos numa sociedade que perdeu o ponto de unidade fornecido pela razão ocidental e marcada por fortes e profundas transformações econômicas, sociais e políticas. Viemos momentos de sacralização, na busca de novos mitos, e momentos de dessacralização, de derrubada de mitos. Vi-

> vemos num constante processo de inversão de valores. [...]. Se é verdade que os valores, as idéias já não têm a mesma validade para todos, também é verdade que as minorias reclamam seu espaço como jamais havia antes acontecido na História. Se a ambigüidade, a novidade e a mentira estão presentes nas relações sociais e na opinião pública e torna-se cada dia mais difícil distinguir entre o falso e o verdadeiro, o justo e o injusto, o lugar e a função de cada pessoa e instituição, também não podemos ignorar as aspirações de paz e de bem comum que muitos homens e grupos estão exigindo. (PAVIANI, 2005, p. 32).

O cenário complexo ilustrado pelo autor impõe-se de tal forma que os atores se veem obrigados a se posicionarem, ainda que inconscientemente, assumindo posturas e condutas bastante diversificadas e, por isso, também conflitivas.

Outras peculiaridades do contexto pós-moderno e globalizado podem ser descritas da seguinte forma: pluralismo ético; o surgimento de novos ou "pseudo" valores; o individualismo e o subjetivismo exacerbados; as atuais formas de interação social veiculadas e mediadas pelas redes sociais; a ruptura com os preconceitos e tabus relativos à sexualidade e às relações afetivas; o surgimento e a expansão dos movimentos religiosos e esotéricos; a sensação generalizada de provisoriedade e de efemeridade de todas as coisas; o intercâmbio e a fluidez midiática dos universos culturais e simbólicos; enfim, o surgimento de uma nova consciência a respeito dos direitos humanos, sociais e das minorias.

Estes aspectos da realidade, tomados globalmente ou em separado, sugerem implicitamente a necessidade de uma compreensão mais apurada e crítica de seu próprio protagonista: o homem. Eis porque se justifica e se deve respeitar qualquer conjectura a seu respeito, não como curiosidade estéril, mas como possibilidade de desvelar o sentido e o significado mais remoto de seu existir e de suas práticas histórica e socialmente verificáveis.

3. LOGOTERAPIA: ELEMENTOS CONCEITUAIS

Mesmo não sendo uma filosofia da educação propriamente dita, muito menos uma teoria ou método educativo, a Logoterapia[7] apresenta-se como uma reflexão crítica sobre um dos pressupostos fundamentais do discurso e das práticas pedagógicas, isto é, a Antropologia.

Alguns questionamentos nos ajudam a situar a questão: Qual o sentido do existir humano? É possível uma teoria pedagógica prescindir de uma concepção do homem e da vida? As teorias educacionais se sustentam em qual sistema ou concepção antropológica? É possível delimitar valores sobre os quais e para os quais se pretende educar? Se a educação é uma prática fundada e direcionada aos valores, para quais valores se educa? A resposta a esses questionamentos pode revelar a riqueza e, ao mesmo tempo, a fraqueza das teorias educacionais. É nesse sentido que nos propomos apresentar, ainda que brevemente, os aspectos mais importantes da antropologia subjacente à Logoterapia frankliana, para, em seguida, tirar algumas contribuições para a educação em valores.

[7] Considerada a 3ª Escola Vienense de Psicoterapia. Seu fundador é Viktor Emil Frankl, psiquiatra hebreu, nascido em Viena no ano de 1905 e falecido em 1997. Trata-se de uma orientação psicológica e psicoterápica que considera a *busca de sentido* a motivação fundamental da existência humana e indica formas concretas de intervenção para prevenir e curar os estados de mal estar, de frustração existencial e de vazio existencial.

O ser humano, segundo Frankl, só pode ser concebido e compreendido a partir de sua pluridimensionalidade e, ao mesmo tempo, de sua unidade. As dimensões biológica, psicológica, social e espiritual são constitutivas do ser humano e asseguram peculiaridades que o tornam um ser absolutamente único, singular, relacional e finito, diferente de qualquer outro ser.

Entretanto, Frankl reconhece que é a *dimensão espiritual* responsável por garantir a especificidade humana: "é a pessoa espiritual, de fato, que fundamenta a unidade e a totalidade da essência humana. Ela cria essa totalidade psico-física-social-espiritual". (FRANKL, 1990a, p. 31).

O autor adverte quanto ao perigo de uma existência humana privada da dimensão espiritual:

> [...] privado da dimensão especificamente humana e projetado no plano da biologia e da psicologia, o homem deixa aparecer, contemporaneamente, duas imagens contrastantes de si. A projeção no plano biológico evidenciará somente fenômenos somáticos, enquanto a projeção no plano psicológico evidenciará exclusivamente fenômenos psíquicos. (FRANKL, 1998, p. 35).

O problema central e essencial do homem consiste em afirmar sua existência espiritual. O ser humano é produtor de atos espirituais exatamente porque a ele pertence, intrinsecamente, a dimensão espiritual. Esta existência espiritual é constituída pela *liberdade, responsabilidade* e *autotranscendência.*

No entendimento do psiquiatra austríaco, ser homem quer dizer ser além de si mesmo, orientado para algo ou para alguém, uma obra à qual se dedicar ou uma pessoa a quem amar. O homem é propenso ao exterior e ultrapassa a si mesmo. A autenticidade da existência humana só se explica em termos de autotranscendência. Esse aspecto constitui o fundamento da *vontade de significado*.

Por ser situado histórica e socialmente, o ser humano está sujeito a inúmeros condicionamentos biológicos, psicológicos ou sociais. Todavia ele conserva sempre sua liberdade como uma qualidade exclusivamente humana**.** Essa liberdade lhe permite superar toda forma de condicionamento, distanciar-se de qualquer situação e escolher uma atitude que o eleve acima do fenômeno ou da situação que o condiciona e o limita. É o que Frankl chama de *liberdade da vontade*. É este ser *livre de* situações e condicionamentos que nos torna capazes de autodistanciamento. A experiência de Frankl nos campos de concentração nazista revela claramente essa atitude de autodistanciamento, sobretudo quando ele se referia à sua própria esposa.

A liberdade é intimamente ligada à responsabilidade. O homem é *livre de* condicionamentos, mas, ao mesmo tempo, é *livre para* responsabilizar-se. Entramos assim no seio da filosofia da existência. O homem é responsável pela realização de um projeto existencial que equivale à realização de valores. Eis o motivo pelo qual Frankl concebe a vontade de significado como uma tensão contínua a encontrar e realizar um significado e um objetivo na vida. Em outras palavras, ser responsável quer dizer responder às perguntas e aos apelos que a vida impõe continuamente. Ao sentir-se interrogado e desafiado pelas inúmeras circunstâncias e vicissitudes quotidianas, o homem compreende sua vida como *tarefa* a ser cumprida mediante a realização de valores. Nesse sentido, observa-se claramente a relação entre a Logoterapia e a Ética dos Valores de Max Scheler.

A responsabilidade do homem consiste, portanto, em dar uma resposta exaustiva à pergunta sobre o significado da vida. Segundo Frankl, a *consciência* é o guia mais adequado para levar o homem a tal intento. Enquanto capacidade intuitiva, a consciência está apta a captar o significado único e singular presente em cada experiência ou situação vivida pelo homem. Por isso, Frankl a define como "órgão de significado" (FRANKL, 1990a, p. 105). É através dela que o homem compreende sua vida como *tarefa*, e não como um mero e simples fato. É o lugar onde ele encontra os referenciais seguros para seus comportamentos e para a descoberta dos valores.

A compreensão ética da vida como *tarefa* e como necessidade de descobrir e responder ao significado da existência nas situações concretas do quotidiano coloca o homem diante de três categorias de valores: "valores de criação, valores de experiência e valores de atitude" (FIZZOTTI, 1974, p. 216).

De acordo com os *valores de criação,* o homem pode encontrar o sentido de sua existência cumprindo as tarefas concretas que surgem no exercício da própria profissão e no contexto da vida familiar. No trabalho o que conta é a dedicação, a intensidade com a qual o realiza e não propriamente o tipo de trabalho que faz, pois através dele o homem pode falar de si mesmo, sendo criativo e expressando sua riqueza interior. O que importa não é propriamente o que se cumpre, mas como se cumpre, a motivação com a qual se realiza uma obra, um trabalho. De fato, sentir-se autor e criador confere ao indivíduo o sentido de valorização pessoal, elemento essencial na vida de qualquer pessoa.

Através dos *valores de experiência* o homem é chamado a uma acolhida consciente do mundo, como acontece, por *exemplo*, na contemplação da natureza e da arte e na experiência do amor. O amor constitui para esse autor a forma mais elevada de realização dos valores de experiência. Sabemos, de fato, que no amor interpessoal o homem pode viver as mais fortes e íntimas experiências, pois aí acontece, necessariamente, o encontro entre um Eu e um Tu, únicos e singulares.

> O encontro é uma relação com outra pessoa reconhecida e aceita como pessoa. Isto quer dizer que ela não é utilizada como meio para alcançar um objetivo. [...] A meu ver, o amor dá um passo adiante em relação ao encontro. O amor, de fato, compreende a outra pessoa não só na sua total humanidade, mas também na sua unidade e singularidade, como pessoa original e única. É exatamente no momento em que, quem ama, compreende o outro como ser único e singular que se instaura a relação Eu-Tu. (FRANKL, 1985, p. 28).

Frankl reserva uma atenção particular aos *valores de atitude*. Para ele, quando o homem vê-se privado da possibilidade de realizar os valores de criação ou de viver os valores de experiência, resta-lhe sempre a possibilidade de assumir uma atitude diante das inúmeras circunstâncias diante da vida. Assim ele se expressa:

> [...] nenhuma situação da vida é realmente destituída de significado. Isto quer dizer que os mesmos elementos que aparentemente parecem marcados pela negatividade – como é o caso das três tragédias da existência humana: o sofrimento, a culpa e a morte – podem ser transformados em uma conquista, em uma autêntica prestação. (FRANKL, 1990a, p. 121).

No sofrimento, o homem manifesta a sua grandeza, porque só no sofrimento ele se confronta consigo mesmo, com sua capacidade não só de trabalhar e de gozar, mas também de sofrer.

Essas três categorias de valores colocam o homem na perspectiva da realização de si mediante a vivência da dimensão espiritual presente no seu interior.

4. LOGOTERAPIA E EDUCAÇÃO

Desde o seu nascimento a Logoterapia sempre se mostrou como uma clara tentativa de resposta às angústias mais profundas do homem contemporâneo. De fato Frankl ainda jovem e com intuições e estudos voltados para a análise da existência humana no mundo, funda em Viena um Centro de Aconselhamento para atender gratuitamente jovens em situação de risco pessoal e social. Já nessa época Frankl observava que o 'mal-estar' vivenciado por eles – descrito como apatia, conformismo, agressividade, dependência química, depressão, comportamentos suicidas – expressava uma raiz comum, isto é, a sensação da falta de uma razão ou de um sentido pelo qual viver. A confirmação dessa intuição originária ocorre posteriormente, tanto no trabalho profissional, como psiquiatra e terapeuta, quanto nas experiências pessoais vividas nos campos de concentração nazista[8].

Frankl sempre entendeu a Logoterapia como uma forma de intervenção preventiva e, ao mesmo tempo, curativa, que coloca ao centro da atividade do terapeuta (e do educador) a redescoberta da *vontade de significado*, latente em cada indivíduo, como forma de superação do assim chamado *vazio existencial*. A relação de ajuda se configura como a possibilidade de "recuperar a percepção do significado da vida e reapropriação da capacidade de decidir responsavelmente pelo próprio destino". (BRUZZONE, 2005, p. 175).

Pesquisando sobre as tentativas de aplicação da Logoterapia em campo educativo, Bruzzone (2005) expõe diferentes áreas de compreensão da mesma, tais como, da orientação educacional, das relações familiares e educativas, da prevenção e do tratamento dos comportamentos delinquentes, da formação dos adolescentes e jovens, da educação religiosa e moral, da pedagogia do trabalho e, enfim, da reflexão sobre a antropologia do agir educativo. Este último campo de estudo põe ao centro da reflexão pedagógica alguns aspectos antropológicos que, de acordo com a Logoterapia, asseguram a autenticidade da tarefa educativa. São eles: a espiritualidade, a liberdade e a responsabilidade.

Na perspectiva frankliana não tem sentido falar de educação se não existir a possibilidade de fazer apelo à dimensão espiritual dos sujeitos em formação, pois é ela que permite a superação das inúmeras formas de condicionamento, inclusive aqueles relacionados aos limites da própria condição humana[9]. Frankl considera que

> [...] aquilo que um homem se torna não depende nem da predisposição, nem do ambiente, nem daquilo que ele recebeu por via hereditária, nem do que lhe foi dado em termos de educação, mas sim depende, ao final

[8] Os longos anos vividos nos quatro campos de concentração nazista foram, para Frankl, uma experiência determinante na sistematização de sua teoria e de sua prática terapêutica. O relato dessa experiência e o primeiro esboço da logoterapia o leitor pode encontrar no famoso livro *Em busca de sentido. Um psicólogo no campo de concentração*, publicado no Brasil por inúmeras editoras.

[9] Ao longo de suas obras, Frankl faz muitas vezes referência à assim chamada *trágica tríade da existência humana*: a dor, o sofrimento, a morte. Mas por situações limites pode-se se entender também a condição de precariedade ou de vulnerabilidade física e psicológica em que a pessoa se encontra, tais como nos casos dos doentes terminais, tentativas de suicídio, etc.

> das contas, do próprio homem; é tudo remetido à sua decisão; dentro das margens deixadas pelos condicionamentos e pelas circunstâncias esta sua decisão é livre. (FRANKL & KREUZER Apud BRUZZONE, 2005, p. 178).

É a *força de resistência do espírito* que confirma a dignidade da pessoa humana mesmo nas condições mais desesperadoras.

Apresentam-se, a seguir, quatro aspectos da Logoterapia que encontram ressonância positiva em campo educativo.

4.1 O Educador/professor na Logoterapia

A extensa obra de Frankl expressa, em muitos trechos, a centralidade da pessoa no processo educativo. Para ele, a pessoa do educador, sua personalidade, sua visão da vida e do homem, sua maturidade, seu caráter ocupam papel fundamental na dinâmica formativa. Antes de ensinar ou mediar os processos de construção do conhecimento, o educador educa por aquilo que é e faz, por aquilo que demonstra ser fundamental para ser melhor como pessoa. Assim assevera Frankl (1998): "Escrever um livro não é uma grande coisa; saber viver vale muito mais, e mais ainda escrever um livro que ensina a viver. Entretanto, o máximo é levar uma vida sobre a qual se possa escrever um livro". (FRANKL, 1998, p. 90).

Atualmente essa variável tem sido bastante esquecida no conjunto de exigências para o trabalho educativo. Fala-se muito de domínio de competências, de habilidades técnicas e conhecimentos científicos e tecnológicos, mas se fala pouco da pessoa do educador, como se houvesse separação entre o trabalho que se faz e o que se é enquanto pessoa. A esse respeito, o especialista em formação de professores António Nóvoa (2009) afirma que

> [...] é impossível separar as dimensões pessoais e profissionais. Que ensinamos aquilo que somos e que, naquilo que somos se encontra muito daquilo que ensinamos. Isso implica que os professores se preparem para um trabalho sobre si mesmos, para um trabalho de auto-reflexão e de auto-análise. (NÓVOA, 2009, p. 212).

O esvaziamento (ou crise) do interesse dos educadores pelo conhecimento de si mesmo compromete sobremaneira a autorrealização profissional, já que o autoconhecimento é uma de suas condições. As tendências ideologias hegemônicas encarregam-se de desviar a atenção dos mesmos e propor interesses substitutos, tais como a recompensa, o lucro, o bem-estar material, a competitividade, o sucesso e a eficiência técnica.

Aliado a esse desafio destaca-se também o "enfraquecimento do status profissional" do professor, entendido como perda de prestígio, de autoestima e de compromisso ético com a atividade educativa.

Ser e viver autenticamente, com liberdade e responsabilidade, sem máscaras e sem assumir papéis designados por outros ou pelas ideologias em moda configura-se como a primeira tarefa de um educador que pretende não somente atender as necessidades das novas gerações, mas, sobretudo, ser um guia competente, capaz de propor a elas um ideal da autenticidade existencial e falar da vida como uma tarefa a ser realizada em plenitude.

4.2 A Autotranscendência como princípio motivacional da Educação

Como dissemos anteriormente, a análise existencial realizada por Frankl coloca em evidência o fato de que todo ser humano é motivado, antes de tudo, por uma *vontade de significado*, um desejo de encontrar sentido profundo à sua vida. Este desejo é anterior e superior à *vontade de prazer* (teorizada por Freud) e à *vontade de poder* (Adler). Para ele, estas duas últimas se apresentam como substitutos da vontade de significado, dinamismos compensatórios que visam satisfazer momentaneamente desejos oriundos das necessidades biológicas e psicológicas do homem, mas que não o realizam na sua especificidade espiritual.

O critério fundamental para a realização pessoal é, para Frankl, a capacidade de autotranscender-se, isto é, de ultrapassar os limites dos próprios desejos e vontades e caminhar-se em direção ao mundo externo, ao outro.

A dimensão espiritual que se concretiza na autotranscendência só se realiza na medida em que o homem é capaz de superar seu individualismo e descobrir a riqueza humana implícita nas ações solidárias e nas atitudes altruístas. Interpretando Frankl, Bruzzone (2005) afirma que o homem só é realmente humano "na medida em que não se volta para si mesmo, mas se torna capaz de compromisso e dedicação, nas formas de realização de uma obra, de cumprir uma tarefa, de lutar por uma causa, de amar uma pessoa, de servir a Deus". (BRUZZONE, 2005, p. 180).

O princípio da autotranscendência na educação revela-se através de diferentes formas, mas particularmente mediante ações de voluntariado, campanhas de solidariedade, experiências de contato com realidades sociais dramáticas, mas não conhecidas, enfim, atitudes individuais e coletivas que possibilitem sair da própria zona de conforto e ir ao encontro do outro que necessitado, carente, solitário, que sofre e que suplica ajuda, mas que, sobretudo, possibilita exprimir generosidade, compaixão, dedicação e doação.

4.3 A Educação da Consciência

Numa época em que se assiste a desvalorização e perda de credibilidade das instituições que serviam de referência segura para as novas gerações, a Logoterapia propõe a tarefa educativa de afinar a consciência dos indivíduos, ou seja, torná-la capaz de perceber as tarefas existenciais presentes e cada situação vivida.

Somente uma consciência sensível será capaz de captar os significados implícitos em cada circunstância da vida quotidiana, em cada fato, em cada evento, mesmo naqueles que parecem privados de sentido, como poderiam ser os eventos marcados pela dor e pelo sofrimento.

Nessa perspectiva, a tarefa educativa não consiste em transmitir conhecimentos e noções, mas afinar a consciência de tal forma que o indivíduo possa compreender as exigências escondidas nas situações particulares e discernir "o que tem e o que não tem significado". (FRANKL, 1990, p. 108-109).

Pensar a educação na perspectiva da logoterapia significa colocar ao centro da práxis educativa o educando e seu processo de sensibilização, de tomada de consciência de sua responsabilidade em relação à sua própria existência (portanto, de sua autonomia), dos valores que dão direção à sua vida, enfim, dos significados presentes nos acontecimentos cotidianos.

Da mesma forma Cenci (2002), argumentando sobre a possibilidade de uma educação moral no complexo contexto sociocultural atual, sugere que é preciso criar con-

dições que favoreça ao educando construir sua autonomia e capacidade reflexiva para decidir sobre seu agir em cada situação contingencial:

> A capacidade de tratar adequadamente cada circunstância em sua complexidade e de gerenciar conflitos dentro do mundo institucionalizado em que o educando vive depende muito mais da orientação da práxis do educando (algo reflexivo, pois) do que de procedimentos, valores ou comportamentos que se lhes possam incutir. (CENCI, 2002, p. 162).

A perspectiva educativa inspirada em Frankl não se confunde, contudo, com uma educação fundamentalmente moral. Isso porque os valores que a consciência capta e organiza hierarquicamente não são definidos e determinados externamente, mas a partir da descoberta feita pelo próprio indivíduo dentro das diversas circunstâncias e situações da vida concreta. Os valores, em outras palavras, precisam ser descobertos, escolhidos e assumidos pelo indivíduo.

4.4 A Educação para a Responsabilidade

Uma das contribuições mais interessantes da filosofia da existência para educação consiste exatamente no entendimento de que o homem, para viver com autenticidade, precisa viver permanentemente consciente da responsabilidade por sua própria existência.

Essa condição impõe ao indivíduo a tarefa de organizar sua vida ao redor de um projeto que lhe assegure um significado profundo pelo qual viver e, ao mesmo tempo, uma meta pela qual empenhar-se e lutar. Os projetos, de fato, exprimem a tensão que antecipa e predispõe futuras percepções e ações. Cada ação humana tem a natureza de um *projeto*. Este, por sua vez, implica e exprime uma estrutura (ou hierarquia) de valores que o indivíduo escolheu e decidiu como significativos para si.

O processo formativo equivale ao processo de transformação do indivíduo como consequência do exercício de sua responsabilidade diante das várias situações da vida. Formar-se é assumir paulatinamente outras formas de ser a partir das decisões tomadas. Isso que dizer que "cada decisão é uma autodecisão e a autodecisão é sempre uma autoconfiguração. Enquanto configuro o destino, a pessoa que eu sou forma o caráter que eu tenho; assim se forma a personalidade que eu me torno". (FRANKL, 1998, p. 78).

Projeto educativo (formativo) e projeto existencial se equivalem na Logoterapia, pois ambos são entendidos como um único movimento de desenvolvimento da especificidade do ser humano: responsabilidade existencial e autotranscendência. Isto quer dizer que

> a educação é tal na medida em que permite ao indivíduo, na singularidade da sua experiência e na singularidade das situações concretas em que se encontra "jogado", projetar-se de forma autêntica, de existir e de transcender-se, decidindo-se pelos significados que dão um sentido (uma direção e um valor) à sua vida. (BRUZZONE, 2005, p. 183).

Superar as dicotomias e as contradições entre projeto de vida educativo-profissional e projeto existencial parece ser uma das tarefas essenciais da educação, condição para que o educando compreenda-se com ser unitário e integrado.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

O percurso realizado colocou em evidência, antes de tudo, a tarefa da Filosofia da Educação de levantar questões relativas aos fundamentos da educação, tais como a teleologia e a axiologia. A importância dessas questões se mostra, sobretudo, quando se pretende analisar os processos e as práticas educativas dentro da sociedade atual, caracterizada pela cultura pós-moderna e plena globalização em todos os seus setores. Observou-se que os desafios/problemas educacionais presentes nesse contexto social exigem uma revisão crítica dos modelos antropológicos que os sustentam, os quais legitimam os valores (ou *pseudos* valores) veiculados e propostos aos sujeitos da educação. Projetos e práticas educativas precisam edificar-se sobre fundamentos condizentes com uma concepção integral do ser humano, respeitadora de suas múltiplas e complexas dimensões.

As observações feitas sugerem que as práticas educativas, formais ou informais, precisam ser balizadas por elementos conceituais e vivenciais que assegurem ao sujeito em formação uma compreensão ampla de si, da vida, do mundo (e de suas relações com este) e que lhe possibilite, ao mesmo tempo, compreender sua original e intrínseca responsabilidade na descoberta e na vivência dos valores, permitindo-lhe uma existência mais autêntica e significativa.

A riqueza da antropologia subjacente à Logoterapia frankliana apresenta-se como um horizonte conceitual que pode inspirar educadores e instituições na construção de projetos educacionais capazes de reunificar o ser humano em sua trajetória existencial.

Ao se apresentar como uma tentativa de resposta às angústias e inquietações profundas do homem contemporâneo, a Logoterapia vê a educação como uma forma de re-humanização e de re-integração do ser humano e indica ao menos cinco posturas existenciais para que isso ocorra: a) assumir a responsabilidade pela própria vida, entendendo-a "tarefa" a ser realizada; b) Educar e sensibilizar a consciência para perceber o significado das contingências da existência e captar os valores; c) decidir-se por valores que garantam um sentido autêntico à vida; d) fazer a experiência da autotranscendência para perceber o sentido e o valor do altruísmo; e, por fim, e) compreender-se como projeto sempre aberto.

Nessa trajetória formativa a figura do educador aparece como aquele que facilita e estimula o educando a projetar sua existência e a captar os significados presentes em cada circunstância da vida quotidiana, ajudando-o a assumir a responsabilidade por suas ações e decisões. Para realizar essa nobre missão, ele conta – muito mais do que com suas competências profissionais (necessárias, mas não suficientes) – com a força motivacional oriunda de uma existência pessoal carregada de sentido, fundada, isto é, em valores, descobertos, abraçados e vividos significativamente.

Um ditado popular diz que *ninguém pode dar aquilo que não tem*. Por isso o educador/professor, entendido como produtor de sentido (MARTINELLI, 1998; VASCONCELLOS, 2001), tem papel irrenunciável no processo de descoberta dos valores de seus educandos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRUZZONE, D. Progettazione existenziale e responsabilità educativa. Implicazioni pedagogiche nella logoterapia. In FIZZOTTI, E. (Org.). **Nuovi orizzonti di ben-essere esistenziale.** Il contributo della logoterapia di V. E. Frankl. Roma: LAS, 2005, p.173-194.

CENCI, A.V. Sobre a Educação Moral. In: PIOVESAN, A. et al. (Orgs.). **Filosofia e Ensino em Debate.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p.157-173.

CODO, W. **Educação:** Carinho e Trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FERRAZ, C.L. Trabalho docente, precarização e a nova hegemonia do capital. **Universidade e Sociedade**, v. 41, p. 9-19, 2008.

FIZZOTTI, E. **La logoterapia di Frankl**. Milano: Rizzoli, 1974.

FRANKL, V. E. **Logoterapia e analisi esistenziale.** Brescia: Morcelliana, 1985

_____. **Dio nell'inconscio**. Brescia: Morcelliana, 1990a.

_____. **Alla ricerca di um significado della vita.** Milano: Mursia, 1990b.

_____. **Homo patiens. Soffrire com dignità**. Brescia: Queriniana, 1998.

LACAZ, F.A. Capitalismo organizacional e trabalho – a saúde do professor. **Universidade e Sociedade**, v. 45, p. 51-59, 2010.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** São Paulo: José Olympio, 2002.

MARTINELLI, M. Ser é ensinar. In: MIGLIORI, R. F. et al. **Ética, valores humanos e transformação**. São Paulo: Peirópolis, 1998, p. 81-89.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Portugal: Publicações Europa-América, 1982.

NANNI, C. **Introduzione alla Filosofia dell'Educazione. Professione pedagogista teorico?** Roma: LAS, 2007.

NÓVOA, A. Para uma formación de professores construída dentro de la profesión. **Revista de Educación**, n. 350, p. 203-218, sep./dic. 2009.

PAVIANI, J. **Problemas de filosofia da educação:** o cultural, o político, o ético na escola, o pedagógico, o epistemológico no ensino. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.

PELLEGRINELLI, M. L. P. A crise dos valores na educação, **Revista de Educação AEC**, Brasília, v.30, n. 118, p. 67-79, jan./mar., 2001.

PINTO, M.B. Precarização do trabalho docente: a educação como espaço de acumulação do capital. **Universidade e Sociedade**, v. 27, p. 55-61, 2002.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1983.

SEVERINO, A. J. A compreensão filosófica do educar e a construção da Filosofia da Educação. In ROCHA, Dorothy (Org.). **Filosofia da Educação. Diferentes abordagens.** São Paulo: Papirus, 2004, p. 9-36.

_____. Filosofia da Educação: o desafio de pensar a educação nos países e comunidades lusófonas. In: SEVERINO et al. (Orgs.). **Perspectivas da filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 23-45.

VASCONCELLOS, C. S. O professor como produtor de sentido. Em busca de um novo sentido para a escola, **Revista de Educação AEC**, Brasília, v.30, n. 118, p. 80-99, jan./mar. 2001.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ZARAGOZA, J. M.E. **O mal-estar docente. A sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

Σthφs & Σpistεμe
Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB – ANO VIII, VOLUME XVI – JULHO – DEZEMBRO 2012

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PROFESSORES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM COMPARATIVO ENTRE DUAS INSTITUIÇÕES NA CIDADE DE MANAUS

Carlos Henrique Soares Carvalho [1] Raimunda Nascimento da Matta [2]

(Recebido em 25/05/2012; Aceito em 28/07/2012)

RESUMO

O mercado de instituições de Ensino Superior não para de crescer ano após ano e, consequentemente, há uma disputa por profissionais qualificados para compor os quadros de professores. Este artigo tem como objetivo identificar as técnicas de recrutamento e seleção utilizadas no processo de contratação de docentes no Ensino Superior. Para isto, foi feita uma pesquisa exploratória e descritiva, que visa proporcionar um conhecimento mais profundo sobre como agem as instituições. Foi feita ainda pesquisa de campo em duas Instituições de Ensino Superior na cidade de Manaus, confrontando os modelos adotados pelos coordenadores de curso, responsáveis pela admissão. Diante dos questionamentos realizados, percebe-se a importância que as instituições estão dando às novas tecnologias, como internet e redes sociais, para o processo de recrutamento e seleção. O mesmo pode-se dizer sobre a comunicação e *feedback* dado aos selecionados, concluindo-se que estas instituições estão em consonância com as técnicas mais modernas praticadas no mercado.

Palavras-chave: Recrutamento; Seleção de Professores; Instituições de Ensino Superior; Feedback; Mídias Sociais.

ABSTRACT

The market for higher education institutions continues to grow year after year and therefore there is a competition for qualified professionals to form the frames of teachers. Thus, it is necessary to have good candidates and select the best, especially when it

[1] Me. em Administração Pública. Faculdade Salesiana Dom Bosco, Brasil. E-mail: chsc_80@yahoo.com.br
[2] Especialista em Gestão de Pessoas. Faculdade Salesiana Dom Bosco, Brasil. E-mail: ray-damatta@hotmail.com.br

comes to educators. Therefore, for the recruitment and selection should be mounted a profile of the job so you can meet the needs of the institution. This article aims to identify the techniques used in recruitment and selection process of hiring teachers in higher education. For this, we performed a descriptive and exploratory research aimed at providing a deeper understanding of how institutions operate. Were also conducted field research in two higher education institutions in the city of Manaus, interviewing two course coordinators. To the questions, you realize the importance that the institutions are giving the new technologies such as internet and social networks for recruitment and selection process. The same can be said about communication and feedback given to selected, concluding that these institutions are in line with the most modern techniques practiced in the market.

Keywords: Recruitment; Selection of Teachers; Higher Education Institutions; Feedback; Social Medias.

1. INTRODUÇÃO

A busca por profissionais competentes é um grande desafio que as organizações vêm enfrentando nos dias atuais, principalmente em se tratando de educadores. Cada vez mais as instituições são cobradas por melhores resultados e melhor qualidade de ensino, o que depende de um bom recrutamento e seleção dos profissionais que irão ensinar.

Para melhor compreender, recrutamento é um procedimento que visa atrair candidatos potencialmente qualificados para ocupar um cargo, e é o primeiro contato entre a organização e os interessados.

Seleção é o momento de avaliação das competências e habilidades de todos os candidatos, onde os mais preparados serão selecionados e passarão por outras avaliações.

Os métodos de recrutamento e seleção variam de organização para organização, cada uma tem sua própria forma de recrutar funcionário. Existe organização que trabalha com banco de dados, onde são arquivados os currículos para utilização futura em novos recrutamentos, como tem também organização que contrata funcionários através de indicação dos próprios colaboradores, e ainda há outras que terceirizam essa atividade.

O professor, por sua vez, será o representante da instituição frente aos seus alunos e clientes, e por esse motivo há toda uma a preocupação em melhorar cada vez mais a prática do processo seletivo, e para que a contratação de seus docentes seja bem sucedida não se pode abrir mão de recrutar e fazer uma ótima seleção, sobretudo quando estes são educadores.

Nessa perspectiva, a problemática que se apresenta refere-se ao seguinte questionamento: como é feito o processo de recrutamento e seleção de professores para uma instituição de ensino de nível superior?

O presente artigo teve como objetivo principal compreender as técnicas de recrutamento e seleção utilizadas por instituição de ensino e suas consequências para o trabalho.

Tal pesquisa se justifica do ponto de vista acadêmico porque irá ampliar o debate sobre o papel do RH e suas técnicas, porém voltadas justamente ao ambiente acadêmico, onde as ideias são formuladas e discutidas. Justifica-se também do ponto de vista social

porque uma vez conhecidas as consequências, as instituições de ensino poderão planejar e gerir melhor as contratações, tendo reflexos diretos sobre a qualidade de ensino repassada à sociedade, bem como os próprios candidatos poderão entender melhor como se desenvolve tal processo.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa adotados no primeiro momento iniciaram a partir de um levantamento bibliográfico, e foram realizadas consultas e revisões da literatura corrente para área de gestão de pessoas.

Com a finalidade de conhecer melhor o objeto de estudo, posteriormente foi realizada uma pesquisa de campo, com coleta de dados feita através de um questionário que possibilitou uma aproximação maior das práticas atuais. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e contou com as técnicas de observação direta, feitas a partir de um roteiro de perguntas abertas.

A pesquisa realizada classificou-se exploratória, que conforme Gil (2007), é desenvolvida para dar uma visão geral e aproximar-se do fato. O autor acrescenta também que esse tipo de pesquisa é feita quando o tema é pouco conhecido, com isso torna-se difícil formular hipóteses. É o caso da pesquisa em questão sobre recrutamento e seleção de professores que é um tema de extrema importância e tão pouco debatido.

Para desenvolver a pesquisa proposta foi elaborado um questionário, com onze perguntas, todas de respostas abertas, que foram aplicados a dois coordenadores de curso de diferentes instituições de ensino superior na cidade de Manaus. Não foi autorizada a divulgação de dados referentes às instituições pesquisadas.

2. A GESTÃO DE PESSOAS

Crescer na vida e ser bem-sucedido quase sempre significa também crescer dentro das organizações. Por outro lado, as organizações dependem direta e irremediavelmente das pessoas para operar, produzir seus bens e serviços, atender seus clientes competir nos mercados e atingir seus objetivos globais e estratégicos, ou seja, também crescer. Deve ser um casamento com benefícios mútuos.

A gestão de pessoas é uma área muito sensível à mentalidade que predomina nas organizações. Ela é contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos, como a cultura que existe em cada organização, da estrutura organizacional adotada, das características do contexto ambiental, do negócio da organização, de tecnologia utilizada, dos processos internos e de infinidade de outras variáveis importantes.

Conforme Chiavenato (2004) menciona: A gestão de pessoas é a função que aceita a cooperação eficaz das pessoas, empregados, funcionários, recursos humanos, talentos ou qualquer qualificação utilizada, para conseguir os objetivos organizacionais e individuais.

Os nomes – como departamento de pessoal, relações industriais, recursos humanos, desenvolvimento de talentos, capital humano ou capital intelectual – são utilizados para descrever a unidade, departamento ou equipe relacionada com a gestão de pessoas. Cada qual reflete uma maneira de lidar com a gestão de pessoas. O termo Administração de Recursos Humanos (ARH) ainda é o mais comum dentre todos eles.

Segundo Chiavenato (2004), as pessoas compõem o capital ativo da organização. Daí a necessidade de tornar as organizações mais conscientes e atentas para seus colaboradores.

Planejamento de Recursos Humanos é o processo de decisão a respeito dos RH necessários para atingir os objetivos organizacionais, dentro de determinado período de tempo. As organizações estão percebendo que apenas podem crescer prosperar e manter sua continuidade se forem capazes de aperfeiçoar o retorno sobre os investimentos de todos os parceiros, principalmente o dos colaboradores.

3. RECRUTAMENTO DE PESSOAL

Dentre as muitas responsabilidades da Administração de Recursos Humanos, inserem-se os procedimentos utilizados quando da necessidade de contratação de pessoal, onde se situam os processos de Recrutamento e Seleção, os quais serão expostos a seguir, analisando seus conceitos, sua importância à empresa, bem como os demais fatores relacionados ao seu funcionamento e aplicação nas organizações.

De acordo com Chiavenato (2002), enquanto o recrutamento abastece o processo seletivo, o objetivo básico da seleção é escolher e classificar os candidatos que mais se qualifiquem perante as necessidades da organização. Marras (2000) conceitua recrutamento como "atividade de responsabilidade do setor de Administração de Recursos Humanos que tem a finalidade de captar recursos humanos internos e externamente para a organização".

Para que o recrutamento possa abastecer adequadamente o processo de seleção, ele não deve limitar-se apenas a procurar candidatos de forma a preencher a quantidade de vagas em aberto na organização, mas fornecer pessoal qualificado e adequado às necessidades momentâneas.

No processo de contratação, algumas etapas devem ser seguidas, a saber:

- Determinação das necessidades de pessoal;
- Emissão da requisição de empregado;
- Processo de recrutamento;
- Processo de seleção;
- Feedback.

As atividades referentes ao recrutamento se iniciam a partir do momento em que cada setor avalia suas necessidades e recursos humanos existentes, e uma vez constatada a carência de pessoal, emite a requisição de empregado; quando se torna formal a necessidade de uma nova contração.

Neste momento, depois de verificados os itens necessários para o planejamento e estruturação do recrutamento, serão expostos às formas de recrutamento existentes na empresa, bem como as vantagens e desvantagens implicadas no emprego de cada uma delas, além das fontes de recrutamento externo.

2.1 As Principais Formas de Recrutamento

São duas as modalidades de recrutamento: a interna a externa. O recrutamento interno atua sobre os candidatos que estão trabalhando dentro da própria organização,

os seus colaboradores. O recrutamento externo age sobre os potenciais candidatos que estão no mercado, portanto fora da organização. As duas formas possuem suas vantagens e desvantagens, como descrito a seguir.

O recrutamento interno utiliza-se ao próprio quadro de trabalho que a empresa dispõe, e para que isso aconteça, a organização mantém atualizado o cadastro dos colaboradores. Algumas vantagens do Recrutamento Interno:

- Aproveita melhor o potencial humano da organização;
- Motiva e encoraja o desenvolvimento profissional dos atuais colaboradores;
- Incentiva a permanência e fidelidade dos colaboradores à organização;
- Probabilidade de melhor seleção, pois os candidatos são bem conhecidos;
- Custa financeiramente menos do que fazer recrutamento externo.

E algumas desvantagens do Recrutamento Interno:

- Pode bloquear a entrada de novas ideias, experiências e expectativas;
- Facilita o conservantismo e favorece a rotina atual;
- Mantém quase inalterado o atual patrimônio da organização;
- Mantém e conserva a cultura organizacional existente;
- Funciona como um sistema fechado de reciclagem contínua.

Quadro 1: Recrutamento interno

RECRUTAMENTO INTERNO
Os cargos vagos são preenchidos por funcionários, que são selecionados e promovidos dentro da organização.
Os candidatos são recrutados internamente dentro dos quadros da própria organização.
Os candidatos já são conhecidos pela organização, passaram por programa de treinamento e foram avaliados quanto ao seu desempenho.
As oportunidades de emprego melhor são oferecidas aos próprios funcionários, que podem subir a postos melhores e desenvolver sua carreira profissional dentro da organização.

Fonte: Adaptado de Chiavenato, 2006.

O recrutamento externo refere-se às demais fontes existentes no mercado de trabalho, sem ligação direta com a organização. Podem ser trabalhadores sem emprego no momento do recrutamento ou que estejam atuando em outras organizações. A principal forma de recrutá-los é por meio de anúncios (jornais de grande circulação, murais de faculdades, internet, rádio e órgãos públicos de apoio ao emprego), solicitando que seja enviado currículo para análise.

Algumas vantagens do recrutamento externo:

- Introduz sangue novo na organização: talentos habilidades e expectativas;
- Enriquece o patrimônio humano, pela contribuição de novos talentos e habilidades;
- Aumenta o capital intelectual ao incluir novos conhecimentos e destrezas;
- Renova a cultura organizacional e a enriquece com novas aspirações;
- Incentiva a integração da organização com o mercado.
- Desvantagens do Recrutamento Externo:
- Afeta negativamente a motivação dos atuais colaboradores da organização;
- Reduz a fidelidade dos colaboradores ao oferecer oportunidade a estranhos;
- Requer aplicação de técnicas seletivas para escolha dos candidatos externos. Isto significa custos operacionais;
- Exige esquemas de socialização organizacional para os novos colaboradores;
- É mais custoso, oneroso, demorado e inseguro que o recrutamento interno.

Quadro 2: Recrutamento externo

RECRUTAMENTO EXTERNO
Os cargos vagos são preenchidos por candidatos externos que são selecionados e ingressam na organização.
Os candidatos são recrutados externamente no mercado de recursos humanos.
Os candidatos são desconhecidos pela organização e precisam ser testados e avaliados pelo processo seletivo.
As oportunidades de emprego são oferecidas ao mercado, cujos candidatos podem disputá-los.

Fonte: Adaptado de Chiavenato, 2006

Segundo Milkovich e Boudreau (2000), recrutamento é um método de atrair um grupo de concorrentes, entre os quais serão indicados alguns para depois serem aceitos para o emprego. Para Chiavenato (2006), recrutar não quer dizer apenas atrair pessoas; ao contrário do papel do recrutamento, é suprir as necessidades da organização, ou seja, fornecer adequadamente o processo de seleção.

Enquanto para Toledo e Milione, (2000) recrutamento "é o começo do processo de busca e atração de mão-de-obra para a organização, buscando abastecer o número apropriado de candidatos para as posições em aberto".

Conceituando recrutamento como "atração de mão-de-obra", uma organização terá maior facilidade no recrutamento externo quanto melhor for sua imagem perante a sociedade. Essa imagem, aliada a uma remuneração oferecida, carreira, segurança etc.

Isso levará a empresa a ter maior facilidade na disputa pelos melhores profissionais do mercado de trabalho. É claro que a organização tem pontos positivos, e cabe ao recrutador ressaltá-los, de modo que ela passe a ser conhecida por essa imagem positiva.

Assim sendo, recrutamento não é uma atividade passiva, de ficar esperando na organização candidatos, mas sim uma atividade muito ativa, de atrair e despertar o interesse de possíveis candidatos às vagas. Para ser feito uma boa seleção é preciso ter bons candidatos. O sucesso da seleção é traduzido pelo sucesso no recrutamento.

4. SELEÇÃO DE PESSOAL

Uma vez feito o processo de recrutamento, é necessário selecionar um (ou mais) candidatos para a vaga pretendida. O processo de seleção é um sistema de funções ou dispositivo, os quais a empresa utiliza objetivando analisar as qualificações dos candidatos e verificar se os mesmos são aptos ao cargo.

De forma similar, Chiavenato (2002) considera que a seleção buscará entre os candidatos recrutados aqueles mais adequados ao cargo, visando assim solucionar dois problemas básicos: a adequação do homem ao cargo; e sua eficiência e eficácia no cargo.

Outro ponto importante a salientar é que se necessita não apenas avaliar as aptidões atuais do candidato, mas também as suas possibilidades de desenvolvimento de carreira dentro da organização.

Para tal, o processo de seleção poderá utilizar de várias técnicas, as quais poderão variar de organização para organização, dependendo da área/setor em questão, ou até mesmo do próprio nível de burocracia da organização.

A seleção visa escolher o candidato certo para o cargo certo, para que se possa aumentar a eficiência e o desempenho de pessoal, bem como a eficácia da organização.

Deve-se através da seleção, solucionar também a adequação do homem ao cargo, como também a eficiência dele ao cargo. Se todos os recrutados fossem iguais e tivessem as mesmas condições para aprender a trabalhar não haveria necessidade de se efetuar a seleção, mas na realidade existem varias diferenças físicas e psicológicas.

4.1 Análise Candidato X Cargo

No primeiro momento da seleção ocorrerá a confrontação entre as características apresentadas pelo candidato e os requisitos exigidos para o cargo. Assim, só serão admitidos para etapa posterior aqueles que preencherem corretamente os requisitos mínimos exigidos pela organização.

Nesse ponto serão avaliados dados como grau de instrução que o candidato apresenta, cursos, graduações na função entre outros. É analisado também o desempenho do cargo conforme definido no plano de cargos, carreiras e salários da empresa, segundo Toledo e Milione (2000).

4.2 Análise Candidato X Candidato

Os candidatos que satisfizerem os requisitos mínimos poderão passar para a próxima etapa da avaliação, onde realmente ocorrerá a seleção propriamente dita. Nessa etapa, além de se avaliar os funcionários perante a função a ser desempenhada, será realizada uma comparação entre os candidatos, definindo qual melhor dentre estes para o cargo.

Além das informações referentes ao cargo, o teste deve obter informações sobre o aspecto profissional do candidato, se ele possui boas referências, se costuma permanecer longo período nas organizações onde trabalha e outras informações dessa natureza.

Nesse momento, deve-se levar em conta não somente as exigências mínimas da organização, uma vez que os candidatos já foram aprovados nesse requisito, mas também as características que apresentem maior relevância para o desenvolvimento da atividade em si.

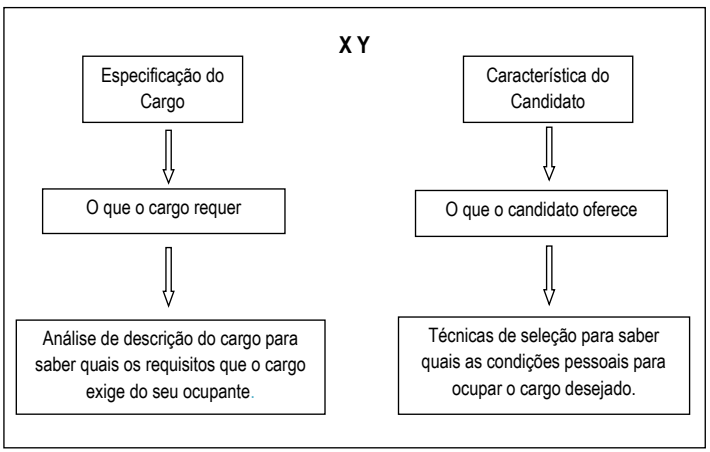
Assim, definindo as etapas que estarão compondo o processo de seleção, de acordo com Toledo (2000) a seleção deverá executar basicamente três atividades.

- Descrição e análise da função;
- Entrevista e testes dos candidatos;
- Controle da seleção;

Chiavenato (2002) considera ainda a ocorrência do processo de seleção baseado em duas formas. Na primeira situação, a seleção atua como um processo de comparação, na segunda, como um processo de decisão. No processo de comparação, o selecionador estará realizando o confronto de duas variáveis, x e y, onde x seria fornecida pele descrição e análise do cargo e y seria obtida a partir dos testes com o candidato.

É importante salientar que a comparação deve ser realizada a partir de uma faixa de aceitação flexível, de modo a admitir certa tolerância acima ou abaixo dos níveis ideais.

Figura 1: Seleção de Pessoal como uma comparação



Fonte: Chiavenato (2002)

Sobre a figura 1, Chiavenato (2002) complementa que Quando X e Y são iguais, afirmar-se que o candidato reúne as condições ideais para tanto e, portanto, é aprovado. Quando a variável y for maior que x, o candidato reúne mais do que as condições exigidas pelo cargo e, portanto, torna-se superdotado para aquele cargo.

Os candidatos que forem aprovados nessa etapa serão conduzidos à segunda etapa da seleção, ou seja, o processo de decisão. De acordo com Chiavenato (2002), o processo de decisão irá decidir dentre os aceitáveis ao cargo aquele que irá realmente exercer o cargo.

Segundo Chiavenato (2002), a seleção é um processo de comparação, na qual se encontra de um lado os requisitos necessários para o preenchimento do cargo, e de outro lado, o perfil de cada candidato. Nesse sentido, a organização irá utilizar técnicas de seleção que sejam mais adequadas para cada candidato e que o mesmo se aproxime do requisito da vaga em questão.

4.3 Definição do Perfil de um Cargo a ser Preenchido

De posse de aprovação da vaga, deve-se nesse momento determinar as características do candidato desejado, isto é, descrever os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que o novo colaborador deverá ter. Em outras palavras: quais as competências que esse candidato deve possuir.

Para um indivíduo ser considerado competente, ele deve possuir conhecimentos, habilidades e as atitudes necessárias ao desempenho de uma determinada função. Basicamente, temos para qualquer cargo a ser preenchido uma combinação de dois atributos:

a) **Requisitos Técnicos:** tais como conhecimentos, experiências habilidades especiais e outras exigências relacionadas com o campo do conhecimento e as tarefas a serem executadas;
b) **Expectativas de Resultados:** características essências que a pessoa precisa ter para que pudesse apresentar um desempenho satisfatório no cargo, ou pelo menos ter grande probabilidade de ter o desempenho esperado.

4.3.1 Requisitos técnicos

Os requisitos técnicos são especificações do cargo que o gestor ou diretor da área de atuação respectiva poderão indicar, baseando-se nos elementos do dia a dia e configurações dos profissionais que já atuam ou atuaram no cargo.

No caso específico de uma instituição de ensino, deve-se levar em consideração também a legislação em vigor e as avaliações feitas por órgãos externos, que atribuem pontos à instituição e ao curso também em função da formação de seu quadro de profissionais (quanto mais doutores e mestres, melhor avaliado o curso perante o MEC).

4.3.2 Expectativas de resultados

Nas expectativas de resultados procura-se "idealizar", no candidato, as condições que facilitariam a maximização de suas capacidades. Estas definições tendem a ser algo abstrato, sujeito a diversas interpretações, exatamente em função do estilo de que quem está emitindo a opinião ou definindo esse componente do perfil do cargo.

Para que um determinado cargo tenha um perfil definido, sugere-se que ao invés de "palavras chaves", adote-se como parâmetro as atribuições do cargo, no contexto específico em que o profissional irá atuar.

O estudo da função apresenta extrema importância para o processo de recrutamento e seleção, uma vez que com as suas informações serão elaboradas as exigências para o cargo, a serem utilizadas no recrutamento, com as quais serão confrontados os dados referentes aos candidatos apresentados, no processo de seleção. Chiavenato (p.124, 2002) salienta que:

> Como a seleção de recursos humanos é um sistema de comparação e de escolha tomada de decisão, ela deve necessariamente apoiar-se em algum padrão ou critério para alcançar alguma validade. O padrão, ou critério, é extraído a partir das características do cargo a ser preenchido.

Assim, a análise do cargo visa servir como base para a criação de um padrão referencial, ao qual todo o processo será dependente, direta ou indiretamente.

Toledo (2000) considera neste processo dois momentos distintos: a descrição de função e a análise da função. A descrição de função é uma simples apresentação do que se faz naquele cargo, ou seja, as tarefas desempenhadas no exercer de suas atividades.

Em seguida na análise da função, podem-se avaliar os demais detalhes e pormenores envolvidos nesta, de forma a extrair eficientemente as informações relevantes, como requisitos necessários à pessoa para o seu desempenho e responsabilidades que recaem sobre os colaboradores, além das condições e riscos de trabalho.

4.4 Etapas do Recrutamento e Seleção de Pessoal

O planejamento de pessoal fornece as estimativas das vagas que são abertas formalmente mediante o preenchimento do formulário "solicitação de pessoal" pelo requisitante (chefe da unidade). Partindo do pressuposto de que existe na organização o catálogo de descrições e especificações de cargos.

Apresentam-se a seguir as etapas comuns do recrutamento e seleção:

- Planejamento de pessoal;
- Análise de cargo;
- Abertura formal da vaga;
- Informações adicionais;
- Planejamento de pessoal;
- Analise de currículos recebidos;
- Recrutamento de pessoal.

Em alguns cargos, especialmente os chamados "chão da fábrica", não há solicitação de currículos, mas simples preenchimento de uma ficha de proposta de emprego. Considerando a seguir, os procedimentos para recrutamento e seleção de um nível "especializado", onde a vaga a ser preenchida corresponda a um cargo técnico, de conhecimentos e experiências que exijam análise de currículo.

Esse planejamento visa possibilitar ao responsável pelo recrutamento a capacidade de antecipar, na medida do possível, atividades como as de consultar a seus bancos de dados, pesquisas às fontes de recrutamento, entre outras atribuições.

4.2.1 Solicitação da Vaga

Antes de abrir um processo seletivo, primeiramente os associados devem estar cientes de que realmente esse processo é necessário. Existem duas maneiras para solicitação de recrutamento de um funcionário.

- Em função da substituição;
- Em função do aumento das atividades.

Para dar inicio ao processo, deve-se preencher um formulário de Solicitação da vaga e enviá-lo, via e-mail, aos cuidados do setor de Recrutamento e Seleção, explicando os motivos para a solicitação do novo funcionário.

Conforme Chiavenato:

> **Uma requisição de empregado apresenta certas semelhanças com uma requisição de material. Quando o almoxarifado a recebe, verifica se existe o material solicitado nas prateleiras para entregá-lo ao requisitante, caso contrário, emite uma ordem de compra para o material. No caso da requisição de empregado, quando o órgão de recrutamento a recebe, verifica se existe algum candidato adequado disponível; caso contrário, deve recrutá-los através das técnicas de recrutamento mais indicadas no caso. (CHIAVENATO, 2002).**

Quando se constatar a necessidade de contratação, mesmo estando ela prevista no planejamento, ou por alguma necessidade inesperada, oriunda de desligamento ou outros motivos qualquer, o setor em questão deverá solicitar ao recrutamento a contratação.

De acordo com Carvalho (2002), "o recrutamento começa com a requisição de pessoal que é emitida pela chefia requisitante ou por alguém devidamente autorizado pelo chefe".

A forma com que essa solicitação é realizada poderá variar de organização para organização, contudo, Chiavenato (2002) recomenda que essa solicitação seja oficializada através da emissão dessa Requisição de Empregado, que consistirá em um formulário a ser preenchido e assino pelo responsável que deseje suprir uma vaga em aberto no seu setor, ou aumentar seu quadro de funcionários.

O processo de recrutamento e seleção de docentes é um dos papéis mais importantes dentro de uma instituição, pois é através dele que a instituição consegue identificar profissionais que fazem o diferencial neste mercado tão competitivo. A falta de seriedade na seleção e o improviso ainda são muito grandes, existem instituições, por exemplo, que selecionam docentes para ministrar certo curso ou disciplina totalmente diferente de sua formação.

O atual desafio é a capacitação de educadores para preencher vagas, sendo que a ausência de critérios e instrumentos à seleção podem ocasionar sérios prejuízos à instituição.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Conforme informado anteriormente, os entrevistados não autorizaram a divulgação de dados das instituições a que pertencem e nem dados pessoais. Dessa forma, adotou-se nessa pesquisa a denominação fictícia de Instituição Alfa e Instituição Gama para diferenciá-las.

Quando questionados sobre a modalidade de recrutamento que é realizada, o coordenador da Instituição Alfa foi taxativo ao dizer que apenas o externo. Já na Instituição Gama, o coordenador relatou que o recrutamento é feito tanto no ambiente interno (docentes de um curso podem e devem atuar em outros cursos, desde que as disciplinas

sejam de seu domínio e esteja ligada a sua área de formação), quanto no ambiente externo, quando se busca profissionais que atendam aos requisitos solicitados.

A prioridade segue a ordem de titulação, tempo de casa (em caso de interno), e experiência profissional. Isto se dá em função do que preconiza o Plano de Cargos, Salários e Carreira da Instituição.

Quanto à forma como são divulgadas as vagas e feito o recrutamento, a Instituição Alfa disse utilizar de jornais, sites, blog da instituição e do curso, bem como *Facebook* e *Twitter*. Disse ainda se utilizar da indicação de conhecidos. Resposta semelhante à dada pela Instituição Gama, que acrescentou ainda anúncios em murais da Instituição.

Quando questionados sobre as principais formas de recrutamento, os coordenadores apontaram a internet e indicação de amigos como as mais usadas. São colocadas no site e blog da instituição as vagas em aberto juntamente com o perfil e as características do candidato a ser contratado.

Em relação às técnicas de seleção utilizadas, foi relatada pela Instituição Alfa a análise de currículo, redação e prova didática (aula). Pela Gama, são vários os testes e avaliações aplicadas em todas as modalidades citadas como exemplo (entrevistas, dinâmicas, teste práticos e psicológicos) e ainda em outras que não foram mencionadas. O processo tem desfecho com a aula prática para a banca avaliadora que necessariamente precisa ser feita.

Sobre o *feedback* dado aos candidatos após a seleção, a Instituição Alfa relatou que sempre entra em contato, por telefonema do coordenador ao candidato, informando sobre sua aprovação ou não. Na Instituição Gama, o retorno é dado a todos os participantes, independente de sua aprovação ou não, porém o aspecto quantitativo das notas atribuídas ao candidato é reservado ao avaliador, pois o instrumento é próprio e a forma de avaliação é propriedade da Instituição, tendo caráter exclusivo e confidencial.

O contato com os cinco candidatos selecionados é feito via fone e e-mail, o mesmo acontecendo com os três candidatos que foram classificados para ministrar a aula para a banca avaliadora. O contato com o escolhido para a vaga é de forma presencial, sendo que ele é chamado para que saiba o resultado pessoalmente.

O coordenador da Instituição Gama fez questão de acrescentar que são feitas pela Instituição as seguintes análises eliminatórias:

- Análise documental pessoal;
- Análise documental de família;
- Análise documental de moradia;
- Análise documental profissional;
- Análise documental profissional na docência;
- Análise documental de Currículos (Vitae/Lattes);
- Análise documental de produções acadêmicas;
- Avaliações escritas (diversas);
- Avaliação presencial de aula prática.

Estando apto o candidato passa para as avaliações médicas e demais voltadas para a legislação vigente de contrato de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista disso, pode-se concluir que a instituição Gama demonstrou estar muito preocupada em oferecer um ensino superior de qualidade, pois a mesma é muito rígida na busca de profissionais e muito exigente na procura de bons docentes. Ela faz uso de todos os procedimentos de recrutamento e seleção demonstrados anteriormente, ou seja, as técnicas utilizadas são basicamente as mesmas apresentadas por vários autores já mencionados antes, que ajudam na Administração de Recursos Humanos no momento dos procedimentos de recrutamento e seleção de docentes.

Enquanto a instituição Alfa em muitas perguntas foi limitada, respondendo somente o questionado sendo mais rígida quanto aos procedimentos de recrutamento e seleção de seus docentes, isso não prejudicou no resultado dessa pesquisa, ao contrário contribuiu muito para se chegar ao objetivo esperado entre as respostas de ambas como acontece o processo de recrutamento e seleção de professores para uma instituição de ensino superior.

Assim observou-se que a Instituição Alfa antes de ir ao mercado externo, tem buscado o recrutamento interno visando oferecer oportunidade aos seus docentes já existentes no quadro, e isso tem um efeito positivo junto aos professores, pois estes veem que podem ter uma nova oportunidade dentro da Instituição.

Lembrando também que nos dias atuais as instituições são vistas e avaliadas de acordo com o seu corpo docente, e isto tem um efeito bastante significativo para o crescimento da Instituição, o que comprova a importância do docente dentro dela, o que faz com que o coordenador de recrutamento e seleção busque sempre atuar cada vez mais com eficiência, procurando trazer o melhor, de forma que isto possa refletir de forma positiva perante a sociedade, fazendo com que Instituição consiga sempre atingir seus objetivos com uma boa avaliação.

Essa pesquisa foi muito importante para saber de forma mais detalhada como funciona o processo de recrutamento e seleção para uma instituição de ensino superior e percebeu-se que quase não há diferença entre a contratação de colaboradores comuns e a contratação de profissionais como docentes, existe apenas uma exigência maior, pois neste caso os professores precisam de fato, agradar a todos dentro da instituição, principalmente aos alunos, que estão sendo preparados para encarar um mundo moderno que está em constantes mudanças.

Sugere-se que o processo de recrutamento e seleção de docentes seja realizado em todas as etapas citadas (teste de conhecimentos, entrevistas, testes práticos, testes psicológicos, dinâmicas), pois um sistema de recrutamento e seleção de docente adequado aumentaria as chances de se ter um professor no cargo certo de acordo com os requisitos da vaga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Luiz César. **Gestão de Pessoas**, edição compacta – São Paulo, 2010.

CARVALHO, Antônio Vieira. **Administração de Recursos Humanos.** São Paulo, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, Recrutamento e seleção de Pessoal.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Recursos Humanos** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Cientifico**. – 7ª ed. São Paulo, Atlas, 2007.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos:** 3ª ed. São Paulo, 2000.

MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. **Administração de Recursos Humanos.** São Paulo: Atlas, 2000.

PONTES, Benedito Rodrigues. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal.** – 4ª ed.- São Paulo, 2004.

TOLEDO, Flávio e Milione, Benedito. **Dicionário RH de Administração de Recursos Humanos.** São Paulo, 2000.

Σthφs & Σpistεμe
Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB – ANO VIII, VOLUME XVI – JULHO – DEZEMBRO 2012

FORMACIÓN DEL PENSAMIENTO ESTADÍSTICO EN LOS ESTUDIANTES DE LA CARRERA DE LICENCIATURA EN ECONOMÍA

Msc. Odalys Falcón Acosta[1] Msc. Sonia Benavides García[2] Drc. Maritza Petersson Roldan[3]

(Recebido em 18/07/2012; Aceito em 20/10/2012)

RESUMEN

El artículo recoge la experiencia del colectivo de la disciplina de Matemática en Ciencias Económicas en la implementación de una estrategia para la formación del pensamiento estadístico en los estudiantes de la carrera Licenciatura en Economía de la Universidad de Matanzas "Camilo Cienfuegos", Cuba, en el curso escolar 2011-2012. La estrategia metodológica está concebida de forma tal que los estudiantes logren alcanzar con éxito los objetivos fijados, tanto los de naturaleza técnico-profesional, como los de su desarrollo individual, proponiendo un conjunto de acciones a seguir desde el segundo año, con la impartición de la asignatura Estadística, hasta el último semestre de cuarto año donde culmina la enseñanza de la estadística con la asignatura Aplicaciones con SPSS. La estrategia además contempla el análisis de los conceptos, el desarrollo de las habilidades necesarias para interpretar la teoría y los modelos matemáticos, así como la apropiación del modo o estilo de pensamiento matemático.

Palabras-clave: Pensamiento estadístico, acciones, estrategia.

ABSTRACT

The article describes the experiences of collective discipline of Mathematics in Economics in implementing a strategy for training of statistical thinking in students career BA in Economics from the University degree in economics of University of Matanzas "Camilo Cienfuegos", Cuba, during 2011-2012. The methodological strategy is designed so that students achieve successfully achieve the objectives set so much the vocational nature, such as individual development, proposing a set of actions to be taken from the second

[1] Ingeniera Industrial, Universidad de Matanzas "Camilo Cienfuegos", Cuba, odalys.falcon@umcc.cu
[2] Ingeniera Industrial, Universidad de Matanzas "Camilo Cienfuegos",Cuba, sonia.benavides@umcc.cu
[3] Licenciada en Matemática, Universidad de Matanzas "Camilo Cienfuegos", Cuba, maritza.petersson@umcc.cu

year, with the teaching of the subject Statistics until the last semester of the fourth year which culminates teaching statistics with SPSS Applications course. The strategy also includes an analysis of the concepts, developing the skills necessary to interpret the theory and mathematical models, thus as ownership of the mode or style of mathematical thinking.

Keywords: Statistical thinking, action, strategies.

INTRODUCCIÓN

En la Universidad de Matanzas "Camilo Cienfuegos", Cuba, se estudia la carrera de Licenciatura en Economía. El plan de estudio actual está organizado en un currículo base, que contiene los elementos esenciales que garantizan la formación del profesional en todos sus campos de acción y un currículo propio, que complementa esta formación a partir de las características de los centros de Educación Superior donde la carrera se imparte, de los intereses donde estos se encuentran enclavados y de la experiencia de su claustro. También este plan de estudio contempla un espacio mayor para el currículo optativo; con asignaturas que se escogen a partir de la oferta que realizan las disciplinas y el colectivo de carrera.

La carrera de Licenciatura en Economía consta de 14 disciplinas, siendo una de ellas la disciplina de Ciencias Matemáticas que contiene cuatro asignaturas del currículo base (Matemática I y II, Estadística Matemática y Econometría I), dos del currículo propio, Matemática III y Econometría II y cuatro del currículo optativo, estas se imparte en años superiores y son: Aplicaciones con SPSS, Análisis Multivariantes, Diseño de Experimentos y Teoría de Colas e Inventarios.

La disciplina juega un papel importante dentro de la formación profesional del economista, al proporcionar los conocimientos y habilidades requeridas por el futuro egresado en el campo de las matemáticas y que son utilizadas tanto dentro de la disciplina como en otras disciplinas.

El desarrollo del pensamiento estadístico de un profesional es vital para el desarrollo de la ciencia de la experimentación; para la comprensión, explicación, utilización e interpretación de muchos fenómenos vinculados a la realidad económica-social.

En nuestros días la estadística adquiere gran importancia por ser una herramienta de análisis necesaria en cualquier investigación y toma de decisiones. En 1975 M. Spiegel señala la influencia creciente de la ciencia estadística en múltiples esferas del conocimiento humano y J. Freund, en el 2002, plantea que la estadística no es simplemente la compilación y presentación de datos en tablas y gráficos, sino la ciencia de tomar decisiones en presencia de la incertidumbre.

Existen muchos autores con diferentes opiniones pero todos coinciden en señalar la importancia del método estadístico como método inductivo de carácter experimental que tiene gran incidencia e importancia en la solución de problemas derivados de la investigación.

Este artículo tiene como objetivo dar a conocer la estrategia metodológica seguida por el colectivo de la disciplina de Matemática en Ciencias Económicas para fomentar el desarrollo del pensamiento estadístico, en la que estarán implicadas solo un grupo de las

asignaturas antes mencionadas, no implica esto restarle importancia a las asignaturas de Matemática sin las cuales no se formarían las bases necesarias para el desarrollo de las técnicas que se estudian.

En el proceso de enseñanza-aprendizaje, estrategia es el "camino para llevar a los alumnos de la situación en que se encuentra hasta aquella que les permite alcanzar los objetivos fijados tanto los de naturaleza técnico-profesional, como los de su desarrollo individual" (DÍAZ, 1982, p.95).

Desde un punto de vista complementario: "Las estrategias comprenden el plan diseñado deliberadamente con el objetivo de alcanzar una meta determinada, a través de un conjunto de acciones (que puede ser más o menos amplio, más o menos complejo) que se ejecuta de manera controlada". (Castellanos, D…et al. 2002. P.24).

Una estrategia se clasifica como metodológica cuando se aplica en una asignatura determinada. La misma está encaminada fundamentalmente al cómo emprender el proceso de enseñanza-aprendizaje, por lo que presta atención principal a los docentes, en particular a los métodos por ellos empleados en el referido proceso.

En un sentido más amplio se considera a la estrategia como la habilidad que se emplea para resolver un asunto o alcanzar un objetivo, desde el punto de vista didáctico, las estrategias son todo aquello que posibilita que el profesor dirija con efectividad el aprendizaje de sus estudiantes. El término de enseñanza se le atribuye a la actividad del docente orientado a la transmisión de conocimientos, instruir, educar y preparar para la vida y el trabajo.

DESARROLLO

1. Asignaturas de la disciplina Ciencias Matemáticas que contribuyen a la formación del pensamiento estadístico.

La Estadística comienza a impartirse a los estudiantes de Economía desde el segundo año de la carrera y culmina en el cuarto año.

En la siguiente tabla se muestran las principales características de las asignaturas que contribuyen a la formación del pensamiento estadístico.

Tabla 1 Asignaturas de la disciplina Ciencias Matemáticas

Asignatura	Clasificación	Año	Semestre	Docencia	Evaluación Final	CPPD
Estadística Matemática	B	2	4	72	EF	2
Econometría I	B	3	5	45	TC	1
Econometría II	P	3	6	45	TC	2
Diseño de experimentos	O	4	7	30	TC	-
Aplicaciones con SPSS	O	4	8	30	TC	-

Leyenda:
B: Asignatura del Currículo Básico P: Asignatura del Currículo Propio O: Curriculum Optativo
EF: Examen Final TC: Trabajo de Curso CPPD: Contribución a la disciplina Preparación para la Defensa

La Estadística y la Econometría brindan al estudiante no sólo los conocimientos básicos de medición, análisis y proyección de datos para estudios económicos, sino también los métodos más modernos de investigación empírica, con el uso de paquetes estadísticos de computación utilizados internacionalmente. Lo anterior, dota al egresado con las habilidades necesarias para la toma de decisiones técnicamente fundamentadas tanto a escala empresarial, territorial y nacional.

Las asignaturas optativas tienen como objetivo que los estudiantes apliquen de forma creadora los conocimientos adquiridos en asignaturas precedentes partiendo del estudio de casos que reflejen una situación real afín a su especialidad.

La disciplina contribuye además a:

La formación de valores profesionales, socio – políticos y ético – morales.

Reafirmar el carácter instrumental de la matemática, enfatizando en su carácter simplificador de la realidad, y en consecuencia su utilidad como complemento del análisis económico.

Consolidar la conciencia de la necesidad de una permanente formación matemática para contribuir a fundamentar las decisiones técnicamente, y poner al servicio de la construcción de la sociedad socialista los conocimientos y capacidades adquiridas.

Dar solución a problemas utilizando las formas de pensamiento lógico – deductivo y la capacidad de razonamiento, mediante el análisis de los conceptos y el desarrollo de las habilidades necesarias para interpretar la teoría y los modelos matemáticos, así como la apropiación del modo o estilo de pensamiento matemático.

2. Sistema de conocimientos y habilidades.

El egresado en Economía debe saber cómo emplear los métodos estadísticos para la descripción de grandes grupos de datos para medir e interpretar la relación entre las variables económicas. Modelar series de tiempo. Formular y estimar modelos econométricos. Utilizar los más actualizados paquetes de procesamiento de la información y las técnicas de computación inherentes a estos contenidos.

Las asignaturas deben estar diseñadas de forma que contribuyan a desarrollar un conjunto de habilidades como son:

Aplicar e interpretar los fundamentos de la teoría de las probabilidades en la solución de problemas donde sea válida la definición de probabilidad clásica o la estadística mediante relaciones de probabilidades, así como conocer los fundamentos de la teoría Bayesiana de la probabilidad.

Hacer uso de variables aleatorias discretas y continuas, y sus funciones de probabilidad para distribuciones univariadas y bivariadas. Interpretar las características numéricas más importantes de las distribuciones univariadas y bivariadas, tales como esperanza matemática y varianza, covarianza y coeficiente de correlación. Utilizar las tablas y paquetes de programas estadísticos.

Desarrollar habilidades en la aplicación de técnicas de modelación econométricas, con la utilización de las técnicas más avanzadas que permiten la integración del conocimiento con otras asignaturas de la especialidad a través de la medición de indicadores económicos y cálculo de pronósticos en un periodo de tiempo, las mismas dotan al estudiante para avalar la teoría económica en estudio.

Resumir y utilizar sistemáticamente la información de textos tanto en idioma español como en inglés.

3. Formas de enseñanza, tipos de clases y métodos.

Las asignaturas están diseñadas de forma tal que subsisten diferentes formas de enseñanza: conferencias, clases prácticas, laboratorios y seminarios. Más del sesenta porciento del fondo de las asignaturas se dedican a actividades prácticas.

En las conferencias prevalece el método problémico de forma tal que los contenidos quedan articulados a través de un problema económico. Se emplean además de los ejemplos matemáticos clásicos, ejemplos económicos para que el alumno domine el uso de estos instrumentos en la solución de situaciones reales, insistiendo en la interpretación de los resultados, para contribuir al desarrollo del pensamiento lógico del estudiante.

En las clases prácticas los alumnos trabajan de forma independiente. Todos los ejercicios están conceptualizados. Para problemas más complejos el profesor resuelve los ejercicios mediante la elaboración conjunta. En las clases se utilizan métodos activos que estimulan la actividad productiva, contribuyendo al saber hacer, al desarrollo de la independencia, el pensamiento creador al poder aplicar los contenidos a la solución de problemas reales de la economía en el mundo de hoy.

Las acciones metodológicas del colectivo están encaminadas a garantizar la adecuada aplicación del plan de estudio actual, asegurar que en el curso, todas las asignaturas que se imparten estén adecuadamente soportadas en plataformas interactivas además de que cuenten con la preparación sobre el trabajo docente y metodológico. Los profesores deben controlar la implementación de las normas para los descuentos ortográficos y evaluar el impacto de esta labor y por último se debe fortalecer la actividad investigativa de los profesores, garantizando que todos los profesores se encuentren investigando en algunos de los proyectos de investigación.

4. Acciones para fomentar el pensamiento estadístico de los estudiantes de licenciatura en Economía.

A pesar de todos los esfuerzos realizados por el colectivo de disciplina, la Estadística no es vista por los estudiantes, ni comprendida por los mismos, con la significación que actualmente se requiere.

El estudiante recibe los conocimientos teóricos y no los emplea o los utiliza de forma inadecuada en otras asignaturas o prácticas laborales, sin el rigor que muchas de estas técnicas exigen. Una vez vencida la asignatura, el estudiante no siente la necesidad de volver a los métodos estadísticos ni al razonamiento estadístico. Ni siquiera en su trabajo de diploma se le exige el uso de esta poderosa herramienta. En conclusión el futuro egresado no siente la Estadística como necesaria para su actuación profesional a pesar de todos los esfuerzos de los profesores de preparar las asignaturas con un alto nivel científico y metodológico.

¿Qué acciones debe entonces realizar el docente?

El logro de este objetivo se considera que será a largo plazo, pues requiere de una preparación teórica y metodológica no solo de los profesores que imparten la asignatura,

sino de todo el claustro de la carrera, pues se necesita ante todo desplegar los conocimientos correspondientes a la interdisciplinariedad. Las acciones metodológicas del colectivo contemplan un conjunto de seminarios, clases abiertas u otras actividades para la superación de sus miembros pero no se hace extensivo al resto de otros colectivos.

Como solución alternativa a corto plazo se diseñó la asignatura Aplicaciones con SPSS, con la que cierra el ciclo de formación del pensamiento estadístico, de manera que paralelamente al aprendizaje del software se reactiven los conocimientos teóricos y requisitos de las técnicas ya estudiadas en asignaturas precedentes. La experiencia demuestra que el estudiante es capaz de retomar dichos conocimientos aparentemente olvidados en un período de tiempo muy breve.

El lugar que ocupa la asignatura con SPSS en el plan de estudio de la carrera de Licenciatura de Economía favorece el logro del objetivo propuesto. En el octavo semestre de la carrera coincide con la asignatura Metodología de la Investigación y aprovechando esta coyuntura se han diseñado algunas clases que consolidan el diseño de toda investigación y los incentiva al descubrir las posibilidades que representan las técnicas estudiadas en su ya cercano trabajo de diploma.

La asignatura se imparte mediante el estudio de casos que contienen base de datos que el estudiante debe organizar, describir, interpretar e incluso puede establecer relaciones entre dos o más variables o hacer inferencias sobre el comportamiento de los fenómenos abordados.

En la bibliografía se define este método, el estudio de casos, de las siguientes maneras:

Adelman, señala que "Un estudio de casos es un término paraguas para referirse a un conjunto de métodos de investigación que tienen en común la decisión de investigar en torno a un ejemplo". (Adelman, 1984).

Yin afirma que "Es una investigación empírica que estudia fenómenos contemporáneos en su contexto real, donde los límites entre el fenómeno y el contexto no son claros y en la que son utilizadas múltiples fuentes de información" (Yin, 1984).

Guba y Lincoln sostienen que: "Se trata de un análisis completo o intensivo de una faceta, tema o suceso a lo largo de un tiempo. Es algo más que el relato de un ejemplo o una anécdota interesante, es el estudio de un ejemplo en acción..." (Guba, y Lincoln, 1981).

La Enciclopedia Encarta define el estudio de casos como método de investigación que tiene por objeto comprender las conductas sociales de pequeños grupos o de individuos concretos, a través de la observación en profundidad.

El estudio de casos estimula el interés de los estudiantes sobre la base de lo novedoso, lo incierto, lo incompleto, lo sorprendente, lo conflictivo y problémico. En el estudio de casos se incluye la observación científica en sus diferentes modalidades, la entrevista, el test y el análisis de documentos y desarrolla habilidades que los prepara para su futuro desempeño profesional y personal como son:

Identificación de los datos inmersos en el enunciado del problema.

Evaluación del dominio de conocimientos y habilidades necesarias (pre-requisitos).

Evaluación del desarrollo de la habilidad resolver problemas a lo largo de la actividad docente.

Explicación de la relevancia que tiene desarrollar la habilidad resolver problemas, para su futuro desempeño profesional y personal

CONCLUSIONES

Queda concebida la estrategia metodológica de la disciplina de Matemática para la formación del pensamiento estadístico en los estudiantes de la carrera de Licenciatura en Economía teniendo en cuenta que este es un proceso de desarrollo progresivo que transita por tres etapas. La primera etapa comienza en el segundo año de la carrera con la creación de la base teórica de las probabilidades y estadísticas, donde prevalecen los problemas con un nivel reproductivo-productivo, predominando la dimensión gnoseológica, es decir, el estudiante aprende y conoce el método. La segunda etapa comienza en el tercer año de la carrera y los problemas a resolver tienen carácter interdisciplinario y se aplican a un nivel esencialmente productivo. La tercera y última etapa comienza en el cuarto año de la carrera con la impartición de las asignaturas optativas como "Aplicaciones con SPSS" en la que se logra la aplicación profesional del método estadístico. El contenido estadístico se aplica con un nivel productivo-creativo en la solución de problemas propios del ejercicio de la profesión y se abren perspectivas para incrementar la aplicación de las técnicas estadísticas en el ejercicio de culminación de estudios.

En el futuro el trabajo metodológico del colectivo de la disciplina estará encaminado a seguir perfeccionando las asignaturas, fortaleciendo las relaciones necesarias de las mismas con las que la anteceden y suceden en el plan de estudios, de forma tal que quede bien definido como realizar y evaluar el proceso que garantice el desarrollo progresivo del pensamiento estadístico en los estudiantes de la carrera de Licenciatura en Economía. Por otra parte, debe lograr que se sumen a esta tarea profesores de otras disciplinas con lo que se garantizará la formación académica, laboral e investigativa de los estudiantes**.**

REFERENCIAS.

ADELMAN, A. **Re-thinking case study**. Harper & Row. Londres, 1984.

ÁLVAREZ DE ZAYAS, C. **Metodología de la investigación científica**. Universidad de Oriente. Centro de estudios de educación superior "Manuel F. Grant". Santiago de Cuba, 1995.

CASTELLANOS, D. **Estrategias de enseñanza y aprendizaje: los caminos de aprendizaje autorregulados.** Curso pre congreso. Pedagogía 99. Palacio de las Convenciones. Ciudad de la Habana: /s.n /. (Cuba), 2002.

FREUND J. **Estadística elemental moderna**. Empresa gráfica Federico Engels, C. Habana. Cuba. 2002.

MEDINA, N; Diéguez R. **Modelo didáctico y metodología propuesta para desarrollar el razonamiento estadístico en la solución de problemas en la carrera de agronomía**. En CD- Universidad 2006.

SAN FABIAN, J. **Evaluación etnográfica de la educación**. En Perspectivas en la evaluación del sistema educativo de Blanco Sánchez, B. Et al. K.R.K ediciones, 1992.

SPIEGEL, R. **Teoría y problemas de estadística**. Ed. Pueblo y Educación, Habana, 1975.

PLACERES, I; ARIAS, O. **Propuesta de estrategia didáctica para desarrollar la habilidad resolver problemas de bioestadística**. Disponible en http://monografias.umcc.cu/monos10.htm

Σthφs & Σpistεμe
Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB – ANO VIII, VOLUME XVI – JULHO – DEZEMBRO 2012

A CONVIVÊNCIA FAMILIAR DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI ATENDIDOS NO POLO DE LIBERDADE ASSISTIDA DA ZONA SUL

Kathyane Carmo de Souza[1] Aline Rocha Alves dos Santos[2]

(Recebido em 18/06/2012; Aceito em 20/08/2012)

RESUMO

O presente estudo aborda a questão da convivência familiar do adolescente em conflito com a lei como uma predisposição para o cometimento o ato infracional já que o meio familiar é dinâmico e podem ocorrer conflitos. Tendo como objetivo de investigar a existência de conflitos relacionados ao convívio familiar do adolescente autor de ato infracional. O cometimento do delito é um problema a ser enfrentado com o suporte familiar sendo a mobilização da mesma fundamental para o cumprimento da medida socioeducativa e para que o adolescente não reincida no cometimento de delitos. Ao longo desse estudo é realizada uma breve diligência sobre os problemas relacionados ao convívio familiar do adolescente, através de pesquisa de natureza qualitativa e finalidade exploratória realizada com os adolescentes e técnicos do polo de liberdade assistida da zona sul onde foi constatado que o descaso do responsável para com o adolescente e a medida socioeducativa são agravantes para a situação de conflitos com a lei por parte do mesmo. Foi observada também a importância da família na mudança de atitude e na concepção do adolescente sobre o ato infracional, e no resgate dos valores afetivos.

Palavras-chave: Adolescência; família; ato infracional.

ABSTRACT

This study addresses the issue of family adolescents in conflict with the law as a predisposition to commit the offense as the family environment is dynamic and there may

[1] Pós-graduanda em Políticas Públicas de Atenção a Família da Faculdade Salesiana Dom Bosco. E-mail: kathyanesouza85@gmail.com.
[2] Professora Mestre da Faculdade Salesiana Domo Bosco. Orientadora do TCC. E-mail: alinerocha1006@hotmail.com.

be conflicts. Aiming to investigate the existence of conflicts related to family of the teen author of the infraction. The commission of the offense is a problem to be faced with family support and the mobilization of the same key to the fulfillment of socio-educational measure and that the teen does not prevent in the commission of crimes. Throughout this brief study is performed diligence on the problems related to adolescent family life, through qualitative research conducted exploratory purpose and with teens and the technical hub of probation from the south where it was found that the negligence of the responsible to the adolescent by social and are aggravating the situation of conflict with the law on the part of it. It was also observed in the importance of family change in attitude and conception of the adolescent on the offense, and the rescue of affective values.

Keywords: Adolescent; family; an infraction.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa investigar a questão do convívio familiar do adolescente autor de ato infracional, levando em consideração o vínculo familiar e a relevância da medida socioeducativa para a família do adolescente. Pondo em questão o papel da família na formação da personalidade e do caráter do adolescente e dos valores morais.

Ao falar de adolescente autor de ato infracional não se pode deixar de discorrer sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e as medidas socioeducativas. O ECA é fruto da Lei nº 8.069, de 1990, que é lei maior no que diz respeito ao direito da criança e do adolescente no Brasil.

As medidas socioeducativas são previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que define seis tipos de medidas a serem aplicadas aos adolescentes que cometem ato infracional, a saber: Advertência, Obrigação de reparar o dano, Prestação de Serviço a Comunidade, Semi-liberdade, Internação e Liberdade Assistida.

A Liberdade Assistida é o acompanhamento do adolescente e família por pessoas capacitadas em um período mínimo de seis meses, podendo ser prorrogado a qualquer tempo pelo juiz. Cabe ao orientador da liberdade assistida inserir em programas de auxilio ou assistência social, acompanhar a vida escolar e incluir em cursos de capacitação profissional.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE reafirma a natureza pedagógica das medidas socioeducativas e prioriza as medidas em liberdade como a prestação de serviço à comunidade e a liberdade assistida entre outras. A liberdade assistida é um exemplo do caráter pedagógico das medidas na qual o adolescente que comete ato infracional passa a ser acompanhado juntamente com a família por uma equipe técnica por um período de seis meses ou mais de acordo com o estipulado pelo Juizado, a equipe realiza acompanhamento escolar desde a matrícula até a frequência e o desempenho, acompanhamento psicológico e social com o objetivo de ressocializar o adolescente para que após o cumprimento da medida socioeducativa este esteja apto a ingressar no mercado de trabalho.

Nesse sentido o trabalho tem como problema: O convívio familiar do adolescente em conflito com a lei pode estar relacionado ao cometimento do delito? E o objetivo é investigar a existência de conflitos relacionados ao convívio familiar do adolescente autor de ato infracional. Bem como analisar o contexto familiar; identificar supostos

conflitos que tenham relação com o cometimento do ato infracional e levantar situações de vulnerabilidade que envolvem o adolescente e a família.

Portanto torna-se imprescindível conhecer a realidade do adolescente e família, pois somente a partir dela podem ser identificadas situações que precisam de uma maior atenção por parte dos profissionais que atuam na área da criança e do adolescente. Além de possibilitar a criação de um projeto que venha amenizar supostos conflitos existentes no meio familiar.

Cabe ressaltar os aspectos metodológicos adotados neste trabalho para que possa alcançar os caminhos que devem ser percorridos de modo que possibilite almejar os objetivos propostos neste estudo, especialmente, o de compreender a importância fundamental da família do adolescente na superação da situação de conflito com a lei.

Visto isso foi realizada pesquisa de campo com os técnicos e adolescentes do polo de liberdade assistida da zona sul. No primeiro momento foi feito um levantamento bibliográfico relacionado com o tema que deu origem a pesquisa com caráter cientifico.

De natureza qualitativa, pois descreve o reflexo do ato infracional no convívio familiar, com a óptica dos adolescentes e técnicos. De finalidade exploratória a pesquisa foi realizada junto a cinco adolescentes e dois técnicos do polo de liberdade assistida zona sul com o propósito de identificar a opinião e a realidade vivenciada pelos mesmos em relação ao tema desta pesquisa, e a partir dos resultados são identificados os principais fatores relacionados com o delito.

A pesquisa foi aplicada através de um roteiro de entrevista contendo perguntas abertas e fechadas. Foram elaborados dois roteiros, um para o adolescente e responsável e outro para os membros da equipe técnica que responderam individualmente contando apenas com a presença do pesquisador.

Este artigo se torna relevante por colocar em pauta o questionamento sobre o convívio familiar do adolescente em conflito com a lei como um agravante para o cometimento de delito e para o cumprimento ou não cumprimento da medida socioeducativa.

1. A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITO DE DIREITO

As questões que envolvem o adolescente autor de prática infracional são cercadas de mitos e preconceitos. A maioria desses adolescentes vive com a família em condições de vulnerabilidade social, o que propicia a prática de ato infracional. A vulnerabilidade é definida por autores, como Bronzo (2009), como sendo uma situação de fragilidade e de risco.

Antes do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente o atendimento à infância e à juventude era baseado no Código de Menores que regulamentava a FUNABEM que tinha como finalidade implantar a Política Nacional do Bem Estar do Menor, em nível estadual foram criadas as FEBEMS que eram conhecidas pelas denúncias de torturas e maus-tratos. No período de funcionamento da Funabem, a questão da criança e do adolescente vulnerável era tratada como "menor-problema social", termo este que foi utilizado em publicações oficiais da Funabem como esse trecho citado abaixo:

> Antes da FUNABEM, já outros órgãos funcionavam, e ainda o fazem atendendo ao menor, tais como a Legião Brasileira de Assistência SENAI, SESI,

> SENAC, SESC, entidades religiosas das mais variadas confissões e obras particulares inspiradas pelo espírito de solidariedade humana. Todos são úteis e procuram desincumbir-se de suas tarefas. Todavia, faltava no Brasil uma diretriz de governo, uma estratégia, um órgão especializado, um sistema coordenado de âmbito nacional, uma política, enfim, que desse consistência, direção, harmonia, método, técnica e ciência aos esforços realizados em favor do 'menor-problema social'. (FUNABEM, 1975 apud FERNANDES, 1985, p.28).

Ainda no período da Funabem era considerado o "menor em situação irregular" as crianças e adolescentes que estava em situação de abandono ou de pobreza, ou seja, aquelas nas quais as famílias não tinham condições de atender às necessidades básicas e mantê-los inserido na escola, pois, nesse período o fardamento e materiais escolares não eram fornecidos pelo Estado, se a família não tivesse condições financeiras de adquirir tais objetos, os filhos não poderiam frequentar a escola.

> Nesse contexto, a criança pobre passa a ser tratada de forma estigmatizada com o termo "menor", que muda de sentido, deixando de expressar apenas as situações de dependência, fixas na lei, para designar a criança pobre e abandonada material e moralmente pelos pais, Estado e sociedade, que vaga pelas cidades, vulneráveis à marginalidade, á criminalidade e a inúmeros vícios. (RODRIGUES;LIMA, 2007, p.74)

Com a Constituição Federal de 1988, surge a consciência de que a criança e o adolescente necessitam de proteção especial. Foi a partir dessa consciência que foi criada a Lei 8.069, sancionada em 13 de julho de 1990, cujos 267 artigos entraram em vigor no dia 12 de outubro (Dia das crianças) do mesmo ano. Nesse momento surge a Doutrina da Proteção Integral regulamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A criança e o adolescente passam as ser cidadãos detentores de direitos. Onde o atendimento a esse segmento passou a ser baseado na universalização dos direitos sociais, garantindo a todas as crianças e adolescentes sem discriminação os direitos à liberdade, à vida, à educação, à saúde, ao lazer e à convivência familiar. O Artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente define que:

> Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

A doutrina da Proteção Integral que é regulamentada pelo ECA, parte do paradigma de que a criança e o adolescente são seres em formação, cuja personalidade ainda está se desenvolvendo como afirma no art. 6º, de modo que precisa de uma justiça especializada que assegure os direitos de forma que esse jovem tenha as condições mínimas para o desenvolvimento físico e intelectual.

No campo do ato infracional, o ECA dispõe das medidas socioeducativas que são de caráter pedagógico determinando a inclusão do adolescente na sociedade, seja por meio de cursos, de profissionalização ou atividades de esporte e lazer abrindo, assim, porta para uma juventude cidadã. Nesse sentindo, Volpi (2008, p.14) afirma que:

> A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento coloca aos agentes envolvidos na operacionalização das medidas socioeducativas a missão de

> proteger, no sentido de garantir o conjunto de direitos e educar oportunizando a inserção do adolescente na vida social. Esse processo se dá a partir de um conjunto de ações que propiciem a educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais direitos assegurados legalmente.

As medidas são aplicadas de acordo com a gravidade da infração cometida e da capacidade do adolescente de cumpri-la. Estas são de caráter punitivo uma vez que só são aplicadas aos adolescentes que cometem infração, porém o aspecto educativo está no sentido de inserir o adolescente em atividades que possam influenciá-lo a seguir um caminho de sucesso. O Estatuto propõe a participação indispensável da família e da comunidade como apoiadores do adolescente e até mesmo como fiscalizadores das atividades desenvolvidas pela instituição que executa as medidas.

O ECA (2005) propõe que as medidas socioeducativas garantam o acesso do adolescente a oportunidades que possam mudar a condição atual de ato infracional, tendo pleno acesso à formação de valores positivos e a participação na vida social. Propõe ainda a participação indispensável da família e da comunidade como apoiadores do adolescente e até mesmo fiscalizadores das atividades desenvolvidas pela instituição que executa as medidas.

O estatuto prevê seis medidas socioeducativas que podem ser aplicadas aos adolescentes que cometerem ato infracional. As medidas se apresentam em ordem crescente que vai da infração menos grave a mais grave. Que são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

A medida socioeducativa de Liberdade Assistida é prevista no artigo 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente, consiste no acompanhamento da vida social do adolescente e sua família por uma equipe técnica por um período de seis meses ou mais, dependendo da determinação judicial. Cabe a equipe que acompanha o adolescente e sua família promovê-los socialmente orientando-os e inserindo-os em programas de auxílio e assistência social; realizar o acompanhamento escolar desde a matrícula até á frequência e o desempenho, inserir em cursos de capacitação profissional e auxiliá-los no ingresso ao mercado de trabalho.

Outra característica que o estatuto impõe às medidas socioeducativas é a inserção do adolescente e família em programa oficial ou comunitário de auxilio à assistência social. Os técnicos deverão ser capacitados para lidar com o adolescente respeitando a condição de pessoa em desenvolvimento. Não devem ser atribuídas ao adolescente, nomenclaturas pejorativas e discriminatórias.

A partir do ECA o termo "menor" em situação irregular passou a ser extinto e a criança proveniente de família pobre deixou de ser marginalizada e alvo das instituições de internação. Porém as questões que envolvem o adolescente e principalmente o oriundo de família da classe menos favorecida ainda o torna vulnerável a diversas situações como o preconceito da sociedade. Toda essa trajetória dos direitos da criança e do adolescente ainda é muito recente na sociedade atual como afirma Rodrigues e Lima (2007, p. 59):

> O significado social que a infância tem adquirido nas sociedades ocidentais, expresso, na atualidade, pelo reconhecimento da criança como sujeito de direitos, na verdade um ser em desenvolvimento, com etapas vitais específicas e fundamenteis para a integralidade de sua formação implica a repulsa

> e a condenação de situações historicamente "naturalizadas", por indignas e prejudiciais à sua plenitude e obstáculo ao seu desenvolvimento saudável. Daí que práticas como mendicância, prostituição, abandono, violência, trabalho, entre outros, têm mobilizado a sociedade em torno da defesa dos direitos da criança e do adolescente, que quanto mais pobre são, mais são vilipendiadas.

A mobilização de uma parte da sociedade foi significativa e determinante para o futuro das crianças pobres que ficavam no esquecimento das autoridades. E quando adultas refletiam nos filhos a educação não adquirida, a cultura não aprendida e a agressividade inerente à autodefesa e à sobrevivência.

2. RELAÇÃO ATO INFRACIONAL, POBREZA E VULNERABILIDADE: FAMÍLIA POBRE, ADOLESCENTE VULNERÁVEL.

Bronzo (2009) afirma que se deve distinguir pobreza de vulnerabilidade, pois nem todos que se encontram em situação de vulnerabilidade são necessariamente pobres e nem todos que se encontram em situação de pobreza são vulneráveis.

> É importante distinguir entre pobreza e vulnerabilidade; estes dois universos – pobres e vulneráveis – não são necessariamente os mesmos. Nem todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade são pobres – situados abaixo de alguma linha monetária de pobreza – nem todos os pobres são vulneráveis da mesma forma. (BRONZO, 2009, p.03)

Porém, não se pode negar que em alguma circunstância pobreza e vulnerabilidade se relacionam, pois uma pessoa em situação de pobreza que mora em condições precárias, onde não há saneamento básico, em um bairro periférico dominado pelo tráfico, pode-se afirmar que essa pessoa está vulnerável, seja a doenças, seja a se envolver com drogas, seja a morrer atingida por uma bala perdida.

No entanto, quando o adolescente se encontra no dilema entre estudar ou trabalhar para contribuir com a renda familiar, acaba optando pela segunda alternativa e na maioria das vezes não consegue conciliar o estudo com a jornada de trabalho, por não possuir idade, escolaridade e profissionalização necessária para inserção no mercado de trabalho formal, só resta ao adolescente o informal.

Visto essa necessidade do jovem de se inserir no mercado de trabalho cada vez mais cedo, o governo Lula criou e estruturou alguns programas que são voltados para a população jovem com idade entre 15 e 24 anos como o: Agente Jovem, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, Programa Nacional de Inclusão do Jovem – Projovem, Projeto escola de Fábrica, que objetivam aumentar o nível de escolaridade e profissionalizar o jovem como afirma Santos (2007, p.87).

> [...] todos esses programas se propõem a ofertar formação profissional, apoiar ou garantir a elevação de escolaridade e favorecer a inserção do jovem de baixa renda no mercado de trabalho. A ênfase, por exemplo, do projovem está na elevação da escolaridade, enquanto o Primeiro Emprego se propõe a articular qualificação e inserção no mercado de trabalho. O Escola de Fábrica, por conseguinte, visa oferecer uma primeira experiência profissional.

Porém as políticas públicas de geração de emprego e renda para a juventude não têm conseguido estabelecer ações contínuas, flexíveis e de longo prazo, além de serem segmentadas e seletivas em relação ao público-alvo, pois são poucos os jovens que conseguem fazer parte desses projetos devido ao limitado número de vagas disponíveis. Desse modo os programas sociais que fazem parte dessas políticas públicas acabam sendo tão excludente e discriminatório quanto o mercado de trabalho.

> [...] é preciso garantir a universalização de acesso e lidar com a diversidade sem cair na fragmentação. O primeiro passo será lembrar sempre que pobreza e desigualdades sociais se retroalimentam, mas não são resultados de dinâmicas especificas. O desenho de políticas públicas dirigidas para a multifacetada juventude brasileira deve ser feito de maneira a universalizar direitos e acessos sem produzir desigualdades. (NOVAES, 2003 apud SANTOS, 2007, p.98)

O desemprego tem atingido principalmente os jovens sem experiência que estão em busca do primeiro emprego. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2006 e atualizados em 2008, no Brasil o desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos é de 17,8% sendo mulheres e negros com maiores índices que são de 24,7 e de 20,4%, respectivamente. E 57,4% dos jovens empregados não têm carteira assinada, trabalhando sem proteção legal. Além do desemprego, esses jovens estão despreparados para o mercado de trabalho que é cada vez mais competitivo. A falência do ensino de qualidade na rede pública e dos bons cursos profissionalizante impõe aos jovens pobres uma cruel realidade. A origem do problema está na infância abandonada e sem acesso à educação.

Portanto, além de conviver com a falta de emprego, os jovens não têm acesso a postos de trabalho mais bem remunerados porque lhes falta educação de qualidade desde a primeira infância até o ensino médio.

Diante de tantos obstáculos para ingressar no mercado de trabalho, o jovem acaba buscando outros meios para contribuir com a renda familiar, seja através do mercado informal, seja através de delitos como furto, roubo e tráfico de drogas. Pois o adolescente pobre é sempre um alvo fácil do tráfico que alicia, vicia e desvirtua.

2.1 As Situações de Vulnerabilidade Vivenciada pelo Adolescente em Conflito com a Lei e o Processo de Convivência Familiar

A criança e o adolescente sofrem violência antes mesmo de entrar para a vida do crime. Tornam-se vítimas de uma sociedade seletiva, a qual exclui aquele que não se enquadra dentro dos padrões sociais. Nas ruas essas crianças e adolescentes acabam perdendo toda ou qualquer noção afetiva familiar, deixando assim de ter as referências básicas para o desenvolvimento e já carregando consigo o estigma de marginal.

Rosa, (2002, p.184) afirma que as famílias em situação de pobreza são repudiadas pela sociedade de forma a não haver espaços para essa parte da população:

> Somos obrigados a viver em uma sociedade em que um segmento significativo é abandonado e privado de possibilidades. As famílias pobres não têm lugar reservado na produção e passam a depender do emprego intermiten-

> te ou das esmolas e pequenos furtos dos filhos para sobreviver. São filhos para os quais a sociedade não reservou lugar acabam vivendo espalhados pelas cidades, nas ruas, onde gradativamente se encaminham para a prática de ato infracional.

A distribuição de renda desigual no Brasil acarreta inúmeras situações de vulnerabilidade e exclusão social nas famílias de baixa renda, tornando os jovens que provêm destas famílias vítimas da própria condição. Famílias estas que muitas vezes são constituídas apenas pela mãe e os filhos, onde a genitora tem que desenvolver a função de pai e mãe além de prover o sustento da família. Nesse sentido Losacco (2007, p.72) afirma que:

> Esse quadro se agrava ao nos depararmos com fatores determinantes do processo de exclusão: crescimento significativo da população juvenil brasileira; dificuldade de acesso ao sistema de saúde; baixos valores de rendimento familiar; evasão escolar; etc. A vulnerabilidade própria da idade, somada com esses fatores, expõe o jovem pobre a situações adversas, como uso, o abuso e o tráfico de drogas; a gravidez precoce e indesejada; as transgressões, as infrações e os crimes dos quais são vítimas e/ ou autores; a morte precoce e outras.

Como já foi dito, os adolescentes que cometem ato infracional geralmente provêm de famílias que se encontram em situação de pobreza e de vulnerabilidade e por este motivo carregam consigo um estigma de marginal. O meio social desse adolescente normalmente é cercado pelo tráfico e pelo bandidismo decorrente do mesmo. No mundo do crime os maiores de idade que são considerados imputáveis buscam influenciar as crianças e os adolescentes daquela comunidade a cometer delitos como forma de sustentar e contribuir com o tráfico.

No caso de adolescentes a própria fase de transição entre a infância e a vida adulta os deixa vulneráveis por ser um momento de mudanças físicas, de descobertas, de desafios e de construção da própria identidade. Nesse período de transformação, a participação da família é essencial para o desenvolvimento sadio desse adulto em formação. Porém seria interessante que o próprio responsável pela formação do adolescente buscasse conhecer melhor as peculiaridades inerentes dessa fase.

3. O CONTEXTO FAMILIAR DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

A adolescência é a fase de transição entre a infância e a vida adulta onde acontecem mudanças físicas e psicológicas por ser um momento de descobertas, de desafios e de construção da própria identidade, onde o adolescente busca um adulto como referência, podendo ser, o pai, a mãe ou alguém do convívio familiar ou social. Nesse sentido Losacco (2007, p. 68; 69):

> O adolescente é um viajante que deixou um lugar e ainda não chegou no seguinte. Vive um intervalo entre liberdades anteriores e responsabilidades/ compromissos subseqüentes; vive uma última hesitação antes dos sérios compromissos da fase adulta. É um período de contradição, confuso, ambivalente e muitas vezes doloroso. (...) Se por um lado, não querem ser como determinados adultos, por outro, escolhem alguns como seus ídolos e almejam ser como eles, imitando-os sem questionamento.

A ausência de figura paterna pode levar o adolescente do sexo masculino a buscar referência em pessoas do convívio social que podem ser positivas ou negativas.

Gallo (2007) afirma que a falta da presença paterna na família também pode levar o adolescente a cometer delito além de causar problemas psicológicos na criança. O autor toma como base uma pesquisa realizada na Fundação Casa de São Paulo, onde 51% dos internos foram criados apenas pela mãe. Gallo acrescenta que o problema está relacionado também a falta de condição financeira da mãe para educar os filhos sozinha; a baixa renda obriga essa mãe a mudar de casa com muita frequência por ter dificuldades de pagar o aluguel e os filhos acabam não se adaptando bem ao espaço e sofrem pressão para serem aceitos em novos grupos de amizade, aceitando fazer coisas que não fariam normalmente como usar drogas e praticar delitos.

> Sem o suporte de uma família com a participação e orientação paterna efetiva – muitos desses jovens acabam marginalizados. Estimativas apontam que 60% dos pais jovens, que tiveram filhos durante a adolescência acabaram se separando após um ano de relacionamento. Isso representa um volume de 400mil crianças envolvidas em casos de separação todos os anos, embora muitos destes pais nunca tenham sido casados oficialmente. (GALLO, 2007, p.18).

Segundo Vicente (2000) o contexto familiar desse adolescente na maioria das vezes não existe um diálogo, não existe informação para que esse adolescente não caia nas emboscadas do tráfico. A falta de diálogo acontece pelo pouco tempo que os pais têm para estarem com os filhos devido a longa jornada de trabalho, e às vezes estes precisam ter mais de um emprego para manter a família.

> Percebemos a ausência dos adultos advinda, dentre outros fatores, do acúmulo ou da busca de trabalhos. Decorre daí uma disponibilidade escassa de tempo para as relações pessoais, principalmente no âmbito familiar. Essa ausência, mesmo que involuntária, leva o adolescente/ jovem a estabelecer outros laços em sua comunidade, muitas vezes bastante desviantes. (LOSACCO, 2007, p.73).

Isso quando há um pai presente, pois como já foi dito é comum que adolescentes em conflito com a lei sejam criados só pela mãe o que gera grande revolta nesses jovens. No espaço familiar existem também conflitos e tensões que podem ser visíveis ou ocultos dependendo de como a família lida com esses conflitos que podem variar de um modelo autoritário e intolerante ou de forma democrática.

A forma de lidar com conflitos podem variar de modelos autoritários e intolerantes, nos quais predomina um relacionamento adultocêntrico, de opressão e silenciamento dos mais fracos, em geral, as crianças. O modo de lidar com os problemas pode ser também democrático e de respeito pelas diferenças, e mesmo de valorização da crise, quando o modo preferencial de lidar com as dificuldades é pelo entendimento, pela linguagem, pela conversa. (VICENTE, 2000, p.54).

> Em algumas famílias os pais são indiferente em relação à vida dos filhos, não dão atenção necessária, não procuram saber como vão na escola, quem são os amigos, quais os problemas e dificuldades. Os filhos crescem absorvendo

todos os conflitos existentes no lar, e quando chegam à fase da adolescência tornam-se revoltados, agressivos e sem limite.

Os conflitos familiares são agravantes para a situação do adolescente que se encontra em conflito com a lei, pois é muito comum que os pais joguem a culpa um no outro ou atribua ao próprio adolescente a culpa da atual situação, o que não contribui para a superação da situação de delito do adolescente, pelo contrário, revolta-o mais ainda. Desta forma, percebe-se que a falta de estrutura familiar torna a criança e o adolescente vulneráveis às diversas situações do cotidiano.

Em algumas famílias o fato de o adolescente estar em situação de conflito com a lei é irrelevante, para muitos pais isso pouco afeta o cotidiano. A família se acomoda e não dá apoio algum ao adolescente deixando que o mesmo cumpra a medida socioeducativa sem dar suporte algum, e esse não tem responsabilidade nenhuma devido à falta de maturidade decorrente da idade, e logo abandona a medida o que acarreta uma internação.

Nesse contexto, verifica-se a importância da família nos aspectos afetivos e materiais para o desenvolvimento e bem-estar dos componentes e, sobretudo, na educação formal e informal, pois é no seio familiar que o individuo absorve valores éticos humanitários, aprofundando laços de solidariedade e traços culturais.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dentro desse contexto foi realizada uma pesquisa com os adolescentes e técnicos do Polo de Liberdade assistida da Zona Sul, onde foi aplicado roteiro de entrevista com uma amostra de cinco adolescentes e responsáveis que se dispuseram a cooperar com a pesquisa.

Ao desenvolver a pesquisa de campo foi observado que a maior parte dos adolescentes relata que tem uma boa convivência familiar, o que chama a atenção, pois somente um adolescente afirmou ter uma péssima convivência familiar, *a gente convive bem, só que meus pais não param em casa porque trabalham muito ai não dá pra (sic!) falar muito com eles*. Nesse discurso é possível perceber que a relação familiar não é melhor pelo fato de os pais ou responsáveis trabalharem muito e não ter um tempo de qualidade para estar com os filhos e dar a atenção necessária.

Nesse sentido Baptista, (2001 apud LOSACCO 2007 p. 65) afirma que "O empobrecimento da família impõe mudanças significativas na organização familiar, criando novos desafios e dificuldades para o exercício de suas funções primordiais de proteção, de pertencimento, de construção de afeto de educação e de socialização".

Em relação à medida socioeducativa a maioria dos adolescentes afirmou que tem auxilio e o apoio necessário da família para cumprir a medida e superar a situação de conflito com a lei. Somente um adolescente relatou não ter o apoio necessário, pois o mesmo afirma que foi abandonado pela mãe quando criança e o pai é ausente devido ter uma nova família. *Minha mãe não quero nunca mais ver ela, ela me deixou eu era molequezinho num (sic!) gosto nem de falar nela, dá logo raiva.*

Redl e Winemam (1970 apud Sánchez, 1990, p.23) acrescentam que: "devemos lembrar que as crianças que odeiam são filhos do abandono, foram cronicamente traumatizadas por uma consequência de frustrações de muitas de suas necessidades básicas".

Quando foi questionado aos adolescentes se falam com a família sobre o delito e o

motivo do cometimento do mesmo, uma parte considerável dos entrevistados afirmou que prefere não tocar no assunto e apenas um adolescente disse ter um diálogo aberto com os responsáveis.

Segundo Silva (2006) a falta de apoio familiar é um importante fator de risco, sendo inclusive considerada causa para uma depressão. Nesse sentido percebemos que o delito em si é um tabu entre adolescente e família. E no momento da entrevista essa pergunta causou certo desconforto nos entrevistado, esta reação se deu talvez por pensarem que entraríamos em detalhe sobre o delito, o que não aconteceu, pois essa questão não fazia parte da pesquisa.

Em relação à escolaridade, foi perguntado aos adolescentes se os pais ou responsáveis participam da vida escolar, a maior parte relatou que os pais não participam por ter uma longa jornada de trabalho e não ter tempo de acompanhar o rendimento escolar dos filhos, outro entrevistado admitiu não estar estudando e o que leva a esse fato é a falta de motivação.

Este fato reforça a firmação de Vicente (2000, p. 56): "Na idade escolar a participação dos pais na escola e no processo de aprendizagem da criança são importantes para evitar a evasão. O estímulo, a expectativa positiva e o interesse pelo que a criança realiza têm um papel muito significativo".

O relato de um adolescente chamou a atenção quando foi questionado quanto à participação dos pais na vida escolar relatou o seguinte: *Não gosto que eles se mete (sic!) na minha vida, minha mãe só vai na escola quando o diretor ou a professora me dá suspensão.* Nessa fala pode-se perceber a existência de conflitos já que o próprio adolescente tenta manter os pais afastados em relação à vida escolar.

Ao indagar sobre as atividades desenvolvidas pelos adolescentes nas horas vagas, observou-se que em média as atividades preferidas pelos mesmos é jogar futebol e ir para lan house. Sendo que um afirmou gostar de estar na casa da tia porque a mesma permite que o jovem assista televisão o dia todo, e outro adolescente disse gostar de estar em casa com a mãe onde ajuda nas tarefas domésticas e pode dialogar com a mesma sobre diversos assuntos.

Apesar de anteriormente a maioria dos adolescentes ter afirmado que mantinham um bom relacionamento familiar e que dispunha do apoio e auxilio necessário para superar a situação de conflito com a lei, neste momento observa-se que as atividades preferidas por esses adolescentes não fazem parte do meio familiar. De acordo com Vicente (2000, p.54) "O fato de a família ser um espaço privilegiado de convivência, não significa que não haja conflitos nesta esfera. Segundo Salen (1998), 'cada ciclo de vida familiar exige ajustamento por parte de ambas as gerações, envolvendo, portanto, o grupo como um todo'".

Na entrevista realizada com os técnicos foi questionado quanto à participação da família no cumprimento da medida socioeducativa, todos relataram que as famílias têm participado e contribuído no sentido de fazer com que o adolescente compreenda a gravidade do delito cometido pelo mesmo e suas consequências. Um dos entrevistados relatou que quando a família compreende a gravidade do delito o adolescente passa a levar mais a serio a medida socioeducativa e entende que tem que arcar com as consequências do ato cometido.

Ou seja, mesmo que a família não se adapte dentro dos padrões sociais, os valores mesmo destorcidos têm influência sobre os adolescentes que compõe a mesma, como destaca Losacco (2007, p.64).

> Muito embora os meios de divulgação e mesmo alguns profissionais da área da infância e da juventude enfatizarem que a instituição família encontra-se em processo de desestruturação, de degradação ou de crise, temos que ter claro que, mesmo aquela que apresentam problemas, ela é ainda o "porto seguro" para os jovens e as crianças.

É importante ressaltar que a família é peça fundamental para o sucesso das medidas socioeducativas, pois é através da mesma que torna-se possível redefinir os valores e princípios do adolescente.

Foi perguntado aos técnicos se os problemas na convivência familiar podem ser um pré-requisito para o cometimento de delitos por parte do adolescente, todos tiveram a mesma opinião, o técnico 1 afirmou que *sim, em virtude da disfuncionalidade do grupo familiar e devido aos novos arranjos familiares*. E o técnico 2 relatou *que hoje em dia os filhos não têm medo e nem respeito aos pais, fazem o que bem entendem.*

Sánchez (1990, p. 23-24) discorre que uma família que vive uma realidade frustrante, num ambiente delituoso, está vulnerável a adotar o mesmo estilo de vida e transgredir a lei, "se a tudo isso acrescentarmos conflitos familiares num ambiente agressivo e perturbador, será muito difícil que o adolescente possa se conter neste mundo de ansiedades sem atuar e se tornar delinquente".

Quanto ao compromisso da família com a medida socioeducativa a maioria dos técnicos relatou que os familiares têm se comprometido. O técnico 1 discorreu que *sim, as famílias têm se comprometido com a medida dos filhos, mas ainda há um pequeno número que não vê a medida socioeducativa com o comprometimento que requer*. Contudo o técnico 2 exprimiu que *há responsáveis que só trazem problemas e nunca soluções e dizem que a medida não dá em nada, é só perca de tempo.*

Uma das perspectivas almejadas pelas medidas socioeducativas é envolver a família para a construção de um ponto de apoio para o adolescente, tornando os familiares um referencial positivo capaz de impor limites. Assim como Sawaia (2007, p.43) defende que:

> [...] o trabalho socioeducativo e militante, que adota a família como lócus do protagonismo social para usar o feitiço contra o feiticeiro, ir na contracorrente do biopoder, usando o mesmo remédio para obter efeitos contrário: em lugar da disciplinarização, a liberdade; em lugar do isolamento, a abertura ao coletivo.

A força maior que guia a família é o afeto por mais tumultuada que seja a relação entre seus membros ainda assim existe uma afetividade que precisa ser trabalhada e usada como fonte de renovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho, pôde-se observar que a convivência familiar do adolescente em conflito com a lei pode sim influir no cometimento do ato infracional, devido à adolescência já ser por si só uma fase de conflitos onde o jovem busca um local de destaque dentro da família e se frustra quando não consegue a atenção que necessita nessa etapa da vida, por este motivo torna-se vulnerável a pessoas de má índole, pois sempre busca no adulto uma referência a seguir. Quando esta busca ocorre no meio familiar nem

sempre este ambiente possui princípios e valores condizentes com os padrões sociais que acabam por levar o adolescente pelo caminho da delinquência.

E levando em consideração o ambiente familiar, pode-se concluir que os conflitos existentes no meio são os mais diversificados, porém muitas vezes velados como foi constatado na pesquisa quando foi perguntado sobre a convivência familiar, uma parte afirmou ser boa, porém outra parte também afirmou que não gosta de tocar no assunto do delito cometido e outra parte considerável dos adolescentes afirmou que na horas vagas prefere fazer atividades extrafamiliares. Assim quando perguntado sobre a participação da família na vida escolar do adolescente, boa parte respondeu que os pais não participam ou que não estão estudando.

Nesse sentido foi observado também que o abandono e o descaso dos responsáveis são agravantes para a entrada do adolescente na delinquência. Um dos entrevistados mostrou muito ressentimento ao falar da mãe. Jovem este apontado pelos técnicos como alguém muito agressivo, mas que no momento da entrevista mostrou-se bastante receptivo e bem a vontade ao revelar os motivos que o levaram a transgredir a lei, embora não foi entrado em detalhes sobre o delito cometido.

Durante a pesquisa foi possível identificar os diversos fatores de vulnerabilidade que levam o adolescente a cometer ato infracional que são: a falta de oportunidades como curso de capacitação e qualificação profissional, o baixo nível de escolaridade que impossibilita a entrada desse jovem no mercado de trabalho formal restando o mercado informal que por sua vez não tem capacidade de absorver uma demanda tão grande de pessoas, outro fator que conduz o adolescente para a armadilha do ato infracional é a ausência da família que o leva a buscar como referência pessoas que nem sempre são boas influências por já terem envolvimento com drogas lícitas ou ilícitas.

A falta de execução de políticas públicas eficientes no âmbito do ato infracional e da família tem causado um alto índice de ocorrência de novos atos infracionais cometidos por adolescentes e de reincidência, faz-se necessário um trabalho mais aprofundado da vida do adolescente e da família buscando assegurar os direitos fundamentais para que estes tenham a possibilidade de sobreviver em uma sociedade capitalista e seletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 8,069. de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2005.

BRONZO, Carla. **Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão**. Concepção e questão de proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Unesco, 2009.

FERNANDES, Ecléa. **A questão do menor – depoimento de um ex-presidente da Funabem.** In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano 6, nº. 19, 1985.

GALLO, Rodrigo. **Crime de abandono**. Revista Sociologia Ciência & Vida. São Paulo, ano I, nº.10, 2007.

LOSACCO, Silvia. **O jovem e o contexto familiar**. In: Família: redes, laços e políticas públicas. 3.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/ SP, 2007.

PRESTES, Maria Lúcia**. A pesquisa e a Construção do Conhecimento científico:** do planejamento aos textos, da escola à academia. 3 ed. São Paulo: Rêspel, 2007.

RODRIGUES, Maria Aurenice e LIMA, Antonia Jesuíta. **Infância, pobreza e trabalho infantil.** In : Revista de serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano 28, n° 90, 2007.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **Adolescente com prática de ato infracional:** a questão da inimputabilidade penal. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano 22, n°. 67, 2001.

SÁNCHEZ, Manuel Chamorro. **Psicoterapia dinâmica na delinquência juvenil**. Tradução: Débora do Nascimento Leite, Kátia Barbosa Macedo; revisão de originais, conceitual e técnica Amaury Oliveira Tavares. Goiânia, GO: Dimensão editora, 1990.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães. **Mercado de trabalho e políticas públicas para a juventude**. In: Revista de Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano 28, n° 90, 2007.

SAWAIA, Bader. **Família e afetividade:** a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: Família: redes, laços e políticas públicas. 3.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/ SP, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Lúcia e TONETE, Vera Lúcia. **A gravidez na adolescência sob a perspectiva dos familiares:** compartilhando projetos de vida e cuidado. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n2/v14n2a08.pdf. Acesso em: 25 maio 2011 às 14h03min.

URIBE, Gustavo. **Desemprego entre jovens é 3,2 vezes maior que entre adultos.** São Paulo, 2009. Disponível: http://www.estadao.com.br/noticias/economia,desemprego--entre-jovens-e-32-vezes-maior-que-entre-adultos,396327,0.htm. Acesso em: 17 fev. 2011às 18h15min.

VICENTE, Cenise Monte. **O direito à convivência familiar e comunitária:** Uma política de manutenção do vinculo. In: Família brasileira a base de tudo**.** 4.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2000.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o Ato Infracional**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Σthφs & Σpistεμe
Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB – ANO VIII, VOLUME XVI – JULHO – DEZEMBRO 2012

A LOGÍSTICA REVERSA DO LIXO TECNOLÓGICO

Fabíola da Silva Almeida Beletatti[1] Núbia Briglia Figueira[2]

(Recebido em 18/04/2012; Aceito em 20/09/2012)

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de verificar a implantação da logística reversa do lixo tecnológico na gestão ambiental das empresas, fazendo um levantamento bibliográfico sobre questões que abrange os riscos ambientais e a saúde coletiva, a legislação ambiental, a preocupação na ação conjunta envolvendo empresas privadas, sociedade e órgãos governamentais no combate à poluição pelo lixo eletrônico, além da busca de novas tecnologias incentivadas pelas empresas através de projetos que visam a pesquisa e o desenvolvimento de técnicas de fabricação destes produtos com componentes que agridam menos o meio ambiente, constatando que a maior dificuldade para a implantação deste programa é o alto custo para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Lixo tecnológico; logística reversa; empresas.

ABSTRACT

This work aims to determine the implantation of e-waste reverse logistics in the corporate environmental management, doing a levy about questions that covering the environmental risks and the public health, environmental legislation, the concern in joint actions covering private companies, societies and government agencies in combat to pollution by electronic waste, above of new technologies encouraged through of projects that aims the research and the development of techniques for production these products with components that attack less the environment,

[1] Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas UEA. E-mail: biola_almeida@hotmail.com
[2] Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade do Amazonas, docente da Faculdade Salesiana Dom Bosco. E-mail: nbfigueira@gmail.com

verifying that the greatest difficulty for the implantation this program is the high cost for this development.

Keywords: Technological waste; reverse logistics and companies.

1. INTRODUÇÃO

Com a crescente procura mundial por aparelhos eletrônicos, houve um aumento significativo de produtos descartados. Este fato foi influenciado pelo surgimento de economias emergentes como da China e da Índia que passaram a enquadrar-se nos modelos das economias ocidentais desenvolvidas.

Este trabalho apresentará possíveis soluções de um reaproveitamento consciente destes resíduos através da logística reversa do lixo. Sabe-se que o período de funcionamento destes eletroeletrônicos é geralmente curto, comprova-se esta afirmação pelo volume de novos produtos que são lançados no mercado periodicamente, isso abrange tanto computadores como aparelhos celulares, o custo do tratamento dos resíduos produzidos por estes aparelhos é muito alto, tal situação é agravada pela falta de políticas públicas para esta área. Porém sabe-se que o processo de reaproveitamento dos materiais citados tem repercutido no meio empresarial em face da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável em evidência na atualidade.

Sabe-se que com o advento dos produtos ecologicamente corretos difundidos na sociedade, muitos consumidores preocupam-se com o descarte dos materiais eletroeletrônicos. Desta forma surge uma Logística Verde baseada nos conceitos da Logística do Pós-consumo. A logística reversa torna possível tanto o desagravo dos impactos ambientais causados pelos resíduos eletrônicos, quanto o ganho de eficiência e sustentabilidade das operações nas organizações (LEITE et al, 2009).

Desta forma, o consumidor cada vez mais ciente da importância da responsabilidade dos produtores em prejudicar menos o meio ambiente faz com que empresas criem projetos destinados a Logística Reversa da pós-venda ou Administração de Devoluções.

Outro foco dado à logística reversa é o reaproveitamento e remoção de refugo, feito logo após o processo produtivo.

Gestão Ambiental

Ao citar a questão da Gestão Ambiental, destaca-se a importância de três conferências para os temas de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável mundialmente. A Conferência da Biosfera, realizada no ano de 1968, em Paris, onde foram abordadas questões referentes à conscientização ecológica mundial, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, tratou das questões ambientais para as organizações internacionais e a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, onde se comemorou o aniversário de 20 anos da Conferência de Estocolmo.

Para Hammes (2004):

> "As questões ambientais são veiculadas na mídia com mais freqüência, e isto causa uma maior conscientização da sociedade sobre o meio ambiente. Os órgãos ambientais determinam novas legislações que buscam reduzir ou regulamentar emissões de efluentes ao ambiente, com isso as empresas buscam compartilhar suas atividades com a natureza, para mitigar seus impactos ambientais".

A divulgação dos problemas ambientais na mídia e suas possíveis consequências resultaram em projetos, legislações etc. inclusive de documentos abrangendo a questão ambiental e empresarial.

Segundo Seiffert (2006):

> "O surgimento das normas ISO 14000 foi o resultado de discussões que buscava promover o desenvolvimento econômico frente às questões ambientais. Estas normas buscam desenvolver uma abordagem organizacional que resulte em uma gestão ambiental efetiva. Essa família de normas foi o resultado dos inúmeros fóruns de discussões sobre a questão ambiental, e que pretendem levar soluções ao ambiente produtivo. As empresas procuram passar uma imagem ambientalmente mais adequada, induzida pelas mudanças nos hábitos de consumo, patrocinadas pelo aumento da preocupação ambiental, que repercute negativamente na compra de produtos identificados como ambientalmente inadequados. Esta mudança de hábitos por parte do consumidor despertou nas organizações o interesse pela gestão ambiental".

Ainda em relação sobre ISO 14000 Moreira (2006) afirma:

> "ISO – International Organization for Standardization, é uma federação mundial que tem por objetivo propor normas que representam o consenso dos diferentes países para homogeneizar métodos, medidas, materiais e seu uso em todos os domínios de atividades, e a série de normas ISO 14000 é a que trata exclusivamente da questão ambiental."

Sabe-se que as normas ISO 14000 é também uma solução para as exigências legais do mercado, conforme cita Seiffert(2006):

> "Tais exigências tem relação direta com as possibilidades de atuação que se abrem nas organizações. O acesso ao mercado e o aumento do lucro é cada vez maior para as empresa ambientalmente corretas, sendo inverso o raciocínio para as empresas que não gerenciam seus riscos ambientais.

A certificação ISO 14000 nos faz refletir que é possível um desenvolvimento econômico pautado em normas que se preocupam com a preservação do meio ambiente principalmente porque a maioria das políticas públicas busca atualmente o desenvolvimento sustentável nas nações.

Diante disso as empresas passam a focar o equilíbrio da produção com as necessidades ambientais e finalmente os resultados esperados pela Organização.

Segundo Mino e Gomes (2002):

> "As normas da série ISO 14000 não dizem às empresas como conduzir seus negócios. Mas sim definem os processos críticos que precisam ser seguidos durante a produção de um produto para controlar o impacto que a empresa sofrerá dentro do seu próprio ambiente. A empresa pode es-

> pecificar quais processos serão exercitados e qual impacto ambiental será tolerado".

Porém sabe-se que para qualquer mudança seja de ordem produtiva ou organizacional é necessário um planejamento com avaliação para a implantação destas políticas.

Como o problema do descarte de produtos eletrônicos é alarmante nesta década, as empresas deverão implantar projetos que visem à redução de resíduos, onde produtos e o processo de produção sejam menos impactantes.

Importante ressaltar que o poder público ao implantar políticas ambientais deverá incentivar que a exigência de uma postura ecologicamente correta por parte das empresas seja realmente efetivada, gerando benefícios tanto para o meio ambiente quanto para os envolvidos neste projeto.

Gestão de Resíduos Sólidos

A gestão de resíduos sólidos requer um envolvimento tanto do setor privado como do poder público, pois ambos agindo em conjunto obterão uma maior participação social e comprometimento com os aspectos ambientais, com isso resultará no Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos onde vários órgãos da administração pública e da sociedade civil com o objetivo de pôr em prática a limpeza urbana, a coleta e o tratamento do lixo, resultando uma melhoria na qualidade de vida da população e limpeza urbana.

Para Mesquita (2007) esse gerenciamento integrado consiste em:

> "Na integração dos diversos atores, de forma a estabelecer e aprimorar a gestão dos resíduos sólidos, englobando todas as condicionantes envolvidas no processo e possibilitando um desenvolvimento uniforme e harmônico entre todos os interessados, de forma a atingir os objetivos propostos, adequados às necessidades e características de cada comunidade".

Com o desenvolvimento das Ciências Ambientais, criaram-se novos termos relacionados ao lixo, ou seja, resíduos sólidos, sabe-se que existe uma classificação para cada tipo de resíduo, os produzidos nas residências, além do vidro, da garrafa PET e dos objetos de plástico como também de outros produtos que a matéria-prima pode causar danos ambientais.

Além dos resíduos citados, existem os resíduos sólidos especiais e reversos, o projeto de Lei n. 1991/07 consiste que estes produtos podem ser restituídos através da logística reversa, reaproveitando através do tratamento e para a fabricação de novos produtos, além do envolvimento da política de resíduos sólidos dos Estados e do Distrito Federal onde os municípios serão responsáveis por todas as etapas de tratamento destes resíduos, com o objetivo de impedir os impactos ambientais frequentes, como a poluição de rios, a queima destes materiais e a importação dos mesmos.

Legislação Ambiental

Para que haja um sistema integrado da Gestão de Resíduos Sólidos, é importante que haja também uma legislação ambiental para que a população juntamente com os órgãos públicos e as entidades privadas possam se fundamentar.

Além da conscientização da população em reduzir o consumo para com isso gerar menos resíduos, é importante ressaltar que é necessário um monitoramento das instituições envolvidas no controle destes resíduos.

Quanto à participação social, Monteiro (2001) afirma:

> "As ações que tornam o sistema de limpeza urbana excelente e a população colaboradora formam um poderoso binário capaz de solucionar os principais problemas vinculados ao sistema de limpeza urbana. Essas ações, que atuam no desenvolvimento das operações com qualidade e em um programa bem estruturado de educação ambiental, necessitam de instrumentos legais que as fundamentem".

A Convenção de Basiléia (1989)

Segundo Silva (2007):

> "A Convenção de Basiléia é um tratado internacional que visa incentivar a minimização da geração de resíduos perigosos, inclusive com mudanças nos próprios processos produtivos e a redução do movimento transfronteiriço desses resíduos. Esse tratado pretende monitorar também o impacto ambiental das operações de depósito, recuperação e reciclagem que se seguem este movimento de resíduos perigosos. O documento estabelece, por exemplo, a necessidade de consentimento prévio, por escrito, por parte dos países importadores para os resíduos especificados para importação, a adoção de medidas adequadas de minimização da geração de resíduo, e a administração ambientalmente correta de resíduos e seu depósito".

Conforme esta Convenção que aconteceu em 1994, propôs-se o banimento dos resíduos compostos por ligas de metais como arsênio, cádmio, chumbo, mercúrio e vestígios dos aparelhos eletroeletrônicos e proibiu a partir do dia 31 de dezembro de 1997 a movimentação transfronteiriça de resíduos perigosos oriundos dos países membros do OCDE – Organization for Economic Co-operation and Development.

Agenda 21

Na Rio-92, Conferência que tratou sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento organizada pelas Nações Unidas, assumiu-se o compromisso com o desenvolvimento sustentável, para essas diretrizes foi criada a Agenda 21, onde algumas propostas citam os resíduos sólidos e resíduos perigosos:

> "Redução de rejeitos de resíduos sólidos: otimização no uso dos recursos, maior eficiência na produção e mudanças nos padrões de consumo; desenvolvimento de novas tecnologias para controlar e impedir a poluição do ar e da água; tratamento e despejo ambientalmente saudáveis:

estabelecimento de padrões internacionais; ampliação dos serviços de lixo : planejamento nacional, internacional e financiamentos; redução de rejeitos perigosos: uso de tecnologia de fabricação mais limpa, reciclagem, substituição de materiais perigosos e transferência de tecnologia sustentável; reciclagem, recuperação e uso repetido de material de lixo tóxico: incentivos mercadológicos, econômicos e legais;melhoria nos procedimentos para manuseio, transporte , armazenamento, despejo e destruição de rejeitos perigosos, abrangendo seu ciclo de vida total; programas de informação pública, treinamento e legislação específica para que as pessoas inocentes não sejam vítimas dos danos causados pelos resíduos perigosos; cooperação internacional, para disseminação de informações sobre riscos, controle dos transportes transfronteiriços e difusão do conhecimento de novas tecnologias". (MMA 2011).

Resolução CONAMA 257/1999

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e considerando os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de pilhas e baterias usadas.Com essa resolução propôs-se um gerenciamento adequado do descarte das pilhas e baterias usadas pela população, com o intuito de disciplinar a coleta, reutilização, tratamento e disposição final destes materiais.

Apesar da legislação ainda não há uma efetiva preocupação sobre o destino destes materiais por grande parte de população, portanto a legislação resolve:

> Art. 1º As pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, necessárias ao funcionamento de quaisquer tipos de aparelhos, veículos ou sistemas, móveis ou fixos, bem como os produtos eletro-eletrônicos que as contenham integradas em sua estrutura de forma não substituível, após seu esgotamento energético, serão entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização,reciclagem,tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.
> Parágrafo Único. As baterias industriais constituídas de chumbo, cádmio e seus compostos, destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partida de motores diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues pelo usuário ao fabricante ou ao importador ou ao distribuidor da bateria, observado o mesmo sistema químico, para os procedimentos referidos no *caput* deste artigo. (MMA/2011)

Política Nacional de Resíduos Sólidos

No Brasil, em 2010 o Congresso Nacional decretou o Projeto Lei 305/10, instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos que diz respeito ao gerenciamento desses resíduos, ou seja, a segregação, a coleta, a manipulação, a triagem, o acondicionamento,

o transporte, o armazenamento, o beneficiamento, a comercialização, a reciclagem, a disposição final e o tratamento.

De acordo com o Artigo 7º a Política Nacional tem por objetivos:

> I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
> II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
> III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
> IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
> V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;
> VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
> VII - gestão integrada de resíduos sólidos;
> VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;
> IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;
> X- regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;
> XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:
> a) produtos reciclados e recicláveis;
> b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
> XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
> XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;
> XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;
> XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável. (http://www2.camara.gov.br.)

Lixo Eletrônico

Os resíduos sólidos de dispositivos eletrônicos são popularmente conhecidos como lixo eletrônico e abrange aparelhos como geladeiras, televisores, máquinas de lavar, microcomputadores, telefones celulares a aparelhos de CD ou mp3. Para Candido (2007) equipamentos eletrônicos são:

> "O que, à primeira vista, são equipamentos inofensivos, muitas vezes, de uso normal e que são confeccionados para nos trazerem comodidade e conforto, podem em pouco tempo se transformarem num grande desastre ambiental, se as autoridades brasileiras não tomarem providências urgentes para o descarte seguro de equipamentos eletrônicos. Antes feitos para durar, os eletrônicos de consumo são hoje projetados para serem substituídos quando quebram ou quando se tornam obsoletos. O ciclo de vida dos

eletroeletrônicos é, em geral, curto. A cada dois anos um microcomputador é substituído por outro. A taxa de renovação de celulares é ainda mais impressionante. Aliado ao curto ciclo de vida e a alta taxa de renovação, os preços do desmantelamento e tratamento dos elementos químicos encontrados nos eletroeletrônicos são muito altos. Esse quadro é agravado pela falta de políticas públicas. Tudo isso, pode fazer da revolução digital uma catástrofe ambiental. Afinal, já são jogados fora no mundo, anualmente cerca de 50 milhões de toneladas de novos resíduos eletrônicos. No Brasil, são mais de 40 milhões de microcomputadores e de 130 milhões de celulares".

Os efeitos do lixo eletrônico no meio ambiente

Sabe-se que atualmente o meio ambiente sofre inúmeros impactos ambientais dentre os quais são aqueles causados por resíduos eletrônicos, tais impactos comprometem o solo, os recursos hídricos, o ar, comprometendo tanto a saúde humana quanto dos animais em seu ecossistema alterando as características físico-químicas e biológicas deste habitat.

Conforme Celere et al (2007): O saneamento ambiental age no controle desses fatores, incluindo o conceito de limpeza urbana que engloba a coleta, o tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, entre outros.

No ambiente encontramos metais pesados, porém em pouca quantidade contribui para a manutenção da vida, em quantidades superiores causam efeitos danosos à saúde. Neste contexto afirma-se que o lixo eletrônico é uma ameaça ao meio ambiente e a sociedade como um todo. Materiais de informática obsoletos que não tendo destino adequado poderão ser lançados nos lixões, aterros controlados e aterros sanitários gerando impactos ambientais contribuindo para a poluição ambiental, através do contato com o chorume poderão contaminar o solo, águas superficiais ou mesmo as águas subterrâneas, além de comprometer a vida dos seres vivos como animais e plantas através da bioacumulação que consiste na concentração de compostos químicos nos organismos vegetais e animais podendo ser difundido através da cadeia alimentar.

As empresas e o lixo eletrônico

Sobre a possibilidade da reciclagem dos componentes dos computadores, estima-se que 94% destes componentes podem ser reciclados, inclusive uma empresa de grande renome como a Itautec passou a reciclar a partir de 2003, onde houve um aumento de seu faturamento com a venda de material usado reaproveitado dos PCs que estavam obsoletos nos escritórios da empresa (CANDIDO, 2007).

Pela constatação de materiais tóxicos na maioria dos componentes dos PCs, atualmente as empresas buscam tecnologias diferenciadas que consumam menos estes elementos e que sejam mais fáceis de serem desmontados no processo de reciclagem.

Com base nestas informações comprova-se que é possível reciclar e utilizar técnicas de reaproveitamento dos elementos químicos presentes nos computadores e em periféricos de informática, porém para que tal empreendimento tenha êxito, é necessária uma maior conscientização tanto dos consumidores quanto dos fabricantes, inclusive desenvolvendo projetos de pesquisa que visem o desenvolvimento destas técnicas (CANDIDO,2007).

Sabe-se que em países como Japão, França e Alemanha onde o movimento ambientalista é mais ativo, existe o incentivo a reciclagem, inclusive com impostos cobrados àqueles que mantêm aterros sanitários, isso se justifica mediante legislações rigorosas em relação aos crimes ambientais.

Porém como lidar com os rejeitos produzidos pelos próprios fabricantes dos produtos eletroeletrônicos? Pelo fato do processo de reaproveitamento e reciclagem destes produtos terem um custo elevado, algumas empresas estimulam pesquisas para solucionar essa problemática.

Empresas como a VIVO de telefonia móvel teve uma iniciativa para reciclar seus rejeitos através de um convênio com a empresa americana de reciclagem Recellular, também outras empresas do mesmo segmento estão incentivando pesquisas para diminuir os índices de metais pesados na fabricação de seus aparelhos celulares (CANDIDO, 2007).

Quanto a uma regulamentação eficaz no que diz respeito ao lixo eletrônico no Brasil, ainda são tímidas as leis que abrangem este assunto, o descarte de pilhas e baterias é regulamentado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) por meio das resoluções 257 e 263/99. Estados como São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro se mobilizam para a elaboração regulamentações sobre esse tipo de resíduo, neste último tramita na Assembleia Legislativa (Alerj) um projeto que estabelece normas para a destinação e o gerenciamento do lixo eletrônico proveniente de aparelhos eletroeletrônicos cujo conteúdo consta da divulgação através das empresas, sobre os componentes tecnológicos dos produtos, as quantidades vendidas como também as diretrizes para um plano de coleta e destinação final dos mesmos com o objetivo de impedir a contaminação do solo.

Logística Reversa

A logística reversa consiste no reaproveitamento de resíduos pela própria empresa fabricante do produto. Conforme Rogers & Tibben-Lembke (1998):

> "O conceito de logística reversa evoluiu ao longo do tempo. Inicialmente em seu conceito mais simples, a logística foi definida como o movimento de materiais do ponto de origem ao ponto de consumo. Assim também aconteceu com a logística reversa, que teve como definição nos anos 80 o movimento de bens dos consumidos para o produtor por meio de um canal de distribuição."

Em 1998, Carter e Ellram definindo a Logística Reversa, incluíram a questão da eficiência ambiental, mediante ao desenvolvimento dos conceitos da Logística Reversa abrangendo as empresas, onde surge a logística empresarial, há uma preocupação em desencadear nos aspectos logísticos a questão da reutilização ou da reciclagem dos resíduos industriais originando matérias primas secundárias que poderão ser reutilizadas novamente no processo produtivo.

Quanto à possibilidade de lucratividade direta ou indiretamente com a Logística Reversa além da importância do equilíbrio do meio ambiente, Leite (2009) afirma:

> "Devido a maior atenção dada à preocupação com o meio ambiente, as empresas estão adquirindo uma nova visão de marketing social, ambiental

> e principalmente de responsabilidade empresarial, por terem consciência que mesmo involuntariamente, acabam poluindo e causando danos ao meio-ambiente"

Quando se refere a empresas, sabe-se que é necessário um planejamento bem definido com estratégias para alcançar os resultados, abrangendo uma cadeia reversa, o custo/benefício, a logística de transporte.

Para que esta cadeia funcione é necessário que os atores interajam entre si, consistindo na cadeia de suprimento tradicional, os especializados em cadeias reversas e as instituições governamentais, os atores especializados na cadeia reversa formada pelos coletores, especialistas em reciclagem, fundações ou organizações voltadas para o tema, cooperativa entre outras (SIMPOI,2009).

Percebe-se a importância das instituições que utilizam a reciclagem ou o reaproveitamento dos resíduos eletrônicos como forma de criar uma nova alternativa para diminuir estes poluentes no meio ambiente.

Ainda Simpoi (2009) classifica os tipos de canais em:

> "Canais de pós-venda e pós-consumo. Os produtos de pós-venda retornam à cadeia de suprimentos por diversos motivos como término da validade, excesso de estoques nos canais responsáveis pela distribuição, sistema de consignação ou problemas de qualidade."

Estes produtos podem ser destinados ao desmanche, reaproveitamento, reciclagem de produtos.

Para que a cadeia de suprimento tradicional juntamente com a cadeia reversa seja implantada por todas as empresas, são necessários recursos para a implantação desta ação, porém o alto custo deste projeto impossibilita tal empreendimento.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a Logística Reversa atualmente é um assunto de grande pauta nas empresas fabricantes de produtos eletrônicos, estes ao serem descartados possuem em seus componentes substâncias nocivas ao meio ambiente gerando uma preocupação das empresas em minimizar tais afeitos através de incentivos a pesquisas em busca de matérias primas menos poluentes, além da preocupação no reaproveitamento e reciclagem deste material através de cadeias tradicionais e reversas para combater o problema da poluição ambiental.

Atualmente as indústrias do segmento eletroletrônico têm um crescimento acelerado, mas de uma forma desorganizada, não existe um levantamento concreto da quantidade de materiais que retornam às indústrias com a finalidade de reaproveitá-los. Além disso, constata-se que um dos maiores entraves para que a Logística Reversa seja implantada nestas empresas, além do custo, é a logística em si, ou seja, o retorno destes eletroeletrônicos através dos estoques, transportes e principalmente a coleta.

Não há uma integração entre os ciclos tradicionais e os reversos, se isso ocorresse poderia diminuir os custos relativos ao retorno de materiais e seria mais positivo para as empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Carlos Eduardo da Silva; SILVA, Wagner Campos da, **Educação Ambiental:** O Lixo Eletrônico. UFRJ, 2007.

CELERE. Marina S. et al. **"Metais presentes no chorume coletado no aterro sanitário de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, e sua relevância para saúde pública".** Cadernos de Saúde Pública, vol. 23, nº 4, Rio de Janeiro, Abril, 2007.

HAMMES, Valéria Sucena. Editora técnica – Sistema de gestão Ambiental e as empresas - **Agir, Percepção da gestão Ambiental,** volume 5 / Embrapa – São Paulo: Globo, 2004. 280p.

LEITE, P.R. LAVEZ, N. SOUZA, V.M**. Fatores da logística reversa que influencia no reaproveitamento do "lixo eletrônico" – um estudo no setor de informática**. Anais SIMPOI, 2009.

MOREIRA, Maria Suely. **Estratégia e Implantação do Sistema de Gestão**

Ambiental Modelo ISO 14000. Nova Lima: INDG tecnologia e Serviços Ltda. 2006.320p.

MINO, Fábio Takechi; GOMES, Walker Ferreira. **Certificação ISO 14001 e Controle de Ruído em Subestações**. Curitiba: 2002. Dissertação (Graduação em Engenharia Industrial Elétrica) – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 27/08/2011.

MESQUITA JÚNIOR, José Maria de. **Gestão integrada de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

MONTEIRO, José Henrique Penido.et al. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos /** coordenação técnica Victor Zular Zveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 34p.

SILVA, Bruna Daniela da; OLIVEIRA, Flávia Cremonesi; MARTINS, Dalton Lopes, **Resíduos Eletroeletrônicos no Brasil**. Santo André, 2007.

"Política Nacional dos Resíduos Sólidos" - Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em http://www2.camara.gov.br. Acesso em 27/08/2011.

ROGERS, Dale S.; TIBBEN-LEMBKE, Ronald S. **Going Backwards:** Reverse Logistics Trends and Practices. University of Nevada, Reno – Center for Logistics Management, 1998.

SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. – **ISO 14001 Sistemas de Gestão**

Ambiental: implantação objetiva e econômica. – 2ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2006. 260p.

SIMPOI, 2009, **Fatores de Logística Reversa que influem no Reaproveitamento do "Lixo Eletrônico"- Um Estudo no Setor de Informática**, 2009.

Σthφs & Σpistεμe
Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB – ANO VIII, VOLUME XVI – JULHO – DEZEMBRO 2012

ESTRATEGIA PEDAGÓGICA PARA CONTRIBUIR A DISMINUIR LAS MANIFESTACIONES DE CONDUCTAS AGRESIVAS EN LOS ADOLESCENTES

Elsa de las Mercedes Cano Galarraga[1]
Regla de la Caridad Llerena Álvarez[2] Nirma Gómez Matos[3]

(Recebido em 20/06/2012; Aceito em 01/08/2012)

RESUMEN

La preparación de los profesores y las familias para contribuir al desarrollo del proceso pedagógico y el comportamiento en la comunidad, constituye una necesidad para la Educación General, dirigida a tener en cuenta las posibilidades y potencialidades de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas, siendo ésta la temática seleccionada para la investigación. Se elabora una estrategia pedagógica como parte de la intervención comunitaria en correspondencia con las dificultades detectadas en el diagnóstico, esta consta de acciones y vías, que facilitan la preparación a los docentes, adolescentes y familias, para contribuir a disminuir las manifestaciones de conductas agresivas.Es de particular interés la implicación de la familia y la escuela en el proceso de prevención educativa, pues como instituciones sociales desempeñan un papel importante en el desarrollo de la personalidad de los adolescentes y contribuyen a la formación de patrones conductuales adecuados.Durante el transcurso del estudio fueron empleados métodos teóricos: el histórico lógico, analítico - sintético, inductivo - deductivo, modelación y como métodos empíricos: estudio de documentos, observación, encuesta, prueba pedagógica y psicométrica; como método matemático se utiliza análisis porcentual.

Palabras-clave: estrategia pedagógica; conductas agresivas; adolescentes; intervención.

[1] MSc, Esp. profesora asistente. Universidad de Matanzas, Cuba.
[2] MSc, profesora auxiliar. Universidad de Matanzas, Cuba.
[3] MSc. Centro de Diagnóstico y Orientación, Colón, Matanzas, Cuba.

ABSTRACT

The present investigation is aimed to the preparation of the professors and the families to contribute to the development of the pedagogical process and the behavior in the community of the adolescents with manifestations of aggressive behaviors. It constitutes a necessity for the General Education to keep in mind the possibilities and the adolescents' potentialities.

In this paper the authors propose a pedagogical strategy as part of the community intervention in correspondence with the difficulties detected in the diagnosis carried out. It consists of actions and ways that facilitate the preparation of teachers, adolescents and families, to contribute to diminish the manifestations of aggressive behaviors.

A special interest is given to the role of the family and the school in the process of educative prevention since they are social institutiones that play an important role in the development of the personality of adolescents as well as in the formation of adequate behavioural patterns.

During the investigation theoretical methods were employed: the historical one logical, analytic - synthetic, inductive - deductive, modelation and empiric methods: study of documents, observation, interviews, pedagogical and psychometrical test; as well as mathematical method percentage analysis.

Keywords: pedagogic strategy; aggressive behaviors; adolescents; intervention.

INTRODUCCIÓN

A partir de la preocupación del grupo de prevención del Consejo Popular Sur (CP Sur), por la creciente tendencia de las manifestaciones de comportamientos agresivos observados en los alumnos de la escuela secundaria básica es que se decide investigar las causas que generan estas conductas y proponer soluciones.

El constatar que los docentes muestran poca preparación para lograr con éxito en la práctica pedagógica, el trabajo con los adolescentes que presentan manifestaciones de conductas agresivas, el análisis de informes de visitas especializadas realizadas, los intercambios con profesores, directivos y miembros de la familia de los adolescentes que presentan manifestaciones de agresividad, permite delimitar dificultades relacionadas con la atención a los mismos en la escuela y en el hogar, entre las que se citan las siguientes:

- Insuficiente conocimiento sobre los factores que provocan las manifestaciones de agresividad y las particularidades generales que poseen los adolescentes con estas conductas.
- Escaso conocimiento sobre las condiciones organizativas que deben crearse en la escuela y la familia para la atención a los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva
- Insuficientes habilidades y actividades para brindar atención individualizada a los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva.
- Pobre conocimiento sobre las dificultades que originan las manifestaciones de conductas agresivas en el aprendizaje de los adolescentes.

- Ineficaz proyección de la labor social, dirigida a la preparación de la familia de los adolescentes con manifestaciones de conducta violenta.

En cuanto a las familias de estos adolescentes, se pudo apreciar la existencia de factores de riesgo que contribuyen al desarrollo de las manifestaciones de conductas agresivas en los mismos, así como problemas relacionado con la funcionalidad de estas dentro de los que se aprecian:

- Afectaciones en el desenvolvimiento económico familiar
- Consumo de bebidas alcohólicas
- Maltratos a los adolescentes y otros miembros de la familia
- Abandono del hogar por parte de uno de los miembros de la familia (padre o madre)
- Padres con alto potencial delictivo que se encuentran cumpliendo sanción

La situación problemática descrita conduce a la formulación del problema científico de esta investigación: ¿Cómo contribuir a disminuir las manifestaciones de conducta agresiva en los adolescentes del CP Sur?

Se define como objeto de investigación: La atención a los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva y como campo de estudio: La preparación de docentes y familias para contribuir a disminuir estas manifestaciones.

En correspondencia con el problema planteado se formula como objetivo: Diseñar una estrategia pedagógica para contribuir a disminuir las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes de la secundaria básica José Martí del CP Sur del municipio Colón.

Su alcance presupone dar respuesta a las siguientes **preguntas científicas:**

1. ¿Qué referentes teóricos permiten fundamentar una estrategia pedagógica para contribuir a eliminar las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes?
2. ¿Cuál es el nivel de desarrollo actual de conductas agresivas que presentan los adolescentes del Consejo Popular Sur?
3. ¿Qué acciones pueden integrarse en una estrategia pedagógica que contribuya a la preparación de docentes y familias para disminuir de las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes del Consejo Popular Sur?
4. ¿Qué transformaciones se logran después de aplicada la estrategia pedagógica en la disminución de las manifestaciones de conducta agresiva en los adolescentes del Consejo Popular Sur?

Para el desarrollo de la investigación se seleccionó un **universo** conformado por 26 adolescentes escolarizados del Consejo Popular Sur con problemas de manifestaciones de conductas agresivas y la **muestra** estuvo integrada por 5 adolescentes, estudiantes la Escuela Secundaria Básica José Martí, con manifestaciones de conductas agresivas existentes en el Consejo Popular, sus familias y 12 profesores de la secundaria básica. La **decisión muestral** es intencional, el **criterio de inclusión** son todos los adolescentes que participaron en los episodios de violencia acaecidos en el Consejo Popular Sur y

que a su vez son estudiantes de la secundaria básica, enclavada en este consejo, donde se produjeron hechos connotados de manifestaciones de conductas agresivas.

El **método general** que se utiliza durante la investigación es el dialéctico materialista de la filosofía marxista leninista, que permite la relación de la teoría y la práctica y la objetividad en el trabajo.

Para dar cumplimiento a las tareas de investigación fue necesaria la utilización de variados métodos de nivel teórico, empírico y matemático. Entre los métodos teóricos se utilizan:

- **El histórico lógico** permitió estudiar la trayectoria del fenómeno objeto de la investigación.
- **El analítico sintético,** para la sistematización de la bibliografía general y especializada sobre los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas y su disminución, así como en la interpretación de la información obtenida.
- **El inductivo deductivo,** con el objetivo de proporcionar una base lógica, objetiva que enlaza lo singular con lo general; aporta un conocimiento verdadero, lo que permitió arribar a generalizaciones y conclusiones acerca de la estrategia pedagógica como parte de la intervención comunitaria, para contribuir a la disminución de las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes del Consejo Popular Sur.
- **La modelación**: se empleó para elaborar la estrategia pedagógica, realizar el análisis de sus relaciones esenciales y el vínculo necesario con la práctica pedagógica en la disminución de las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes del Consejo Popular Sur.

Como métodos del nivel empírico se utilizaron:

- **Observación participante,** se aplicó a clases y actividades con el objetivo de constatar el tratamiento que se le brinda a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas en el Consejo Popular Sur.
- **Estudio de documentos,** se efectuó a expedientes psicopedagógicos, planes de clases y documentos del escolar.
- **Entrevista**, se aplicó a directivos y profesores de diferentes grados de la escuela secundaria básica del Consejo Popular Sur para valorar la preparación que poseen sobre la atención individual a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Técnicas utilizadas

- **Prueba pedagógica,** se realizó a los adolescentes que presentan manifestaciones de conductas agresivas incluidos en la escuela secundaria básica del consejo popular Sur con el objetivo de valorar las dificultades en el aprendizaje.
- **Pruebas psicométricas**, se aplicó a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas con el objetivo de valorar sus capacidades intelectuales.
- **Entrevista en profundidad,** se aplicó a los adolescentes con el objetivo de modificar sus conductas, a los profesores, para obtener información acerca de la

conducta de los adolescentes y a los padres para obtener y suministrar informaciones acerca de los adolescentes

- **Estudio de casos**

Como método matemático se utilizó el procedimiento **cálculo porcentual,** para la cuantificación e interpretación de la información obtenida.

La significación práctica de esta investigación se expresa en que se diseña una estrategia pedagógica, como parte de la intervención comunitaria, que favorece la preparación de los docentes y la familia para contribuir a la disminución de manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes que estudian en la secundaria básica del Consejo Popular Sur, en aras de propiciar un buen desarrollo del proceso docente y comportamiento social de los mismos.

DESARROLLO

La investigación se desarrolla en el municipio Colón en la provincia Matanzas, en una escuela de la educación general media, en los cursos 2008-2009, 2009-2010 y 2010-2011.

Se realiza la investigación a partir de una población de adolescentes, de séptimo, octavo y noveno grado escolarizados en la secundaria básica del CP Sur, sus familias y profesores de este centro educacional, en el municipio Colón. Se selecciona como muestra intencional 5 adolescentes y sus familias, que ha asistido al Centro de Diagnóstico y Orientación (CDO) y 12 profesores ubicados en estos centros del municipio Colón.

Los criterios de inclusión son los siguientes:

- adolescentes que presentan graves manifestaciones de conducta agresiva en la escuela,
- vinculados a indisciplinas sociales ocurridas en el Consejo Popular Sur
- dificultades pedagógicas,
- y que pertenecen a la escuela que atiende la autora por el grupo de prevención social del Consejo Popular Sur del municipio de Colón.

Para la realización de la investigación se utilizan cinco grupos de estudio: cuatro de muestra y uno de información.

Grupo 1: Doce profesores de los adolescentes con marcadas manifestaciones de conductas agresivas. La investigación en este grupo trascurrió durante el diagnóstico, aplicación y la validación de la estrategia pedagógica propuesta como parte de la intervención comunitaria.

Grupo2: Adolescentes con marcadas manifestaciones de conductas agresivas: cinco adolescentes, de séptimo (1), octavo (3) y noveno grado (1) ubicados en la escuela secundaria básica, del Consejo Popular Sur. La investigación en este grupo trascurrió durante el diagnóstico, aplicación y la validación de la estrategia pedagógica propuesta como parte de la intervención comunitaria.

Grupo 3: Director y profesores guías. Cinco directivos: director de la escuela secundaria, tres profesores guías, un metodólogo municipal de la Educación General Media.

Grupo 4: Familias de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas:

dos nuclear, tres reconstituidas, tres disfuncional. La investigación en este grupo trascurrió durante el diagnóstico, aplicación y la validación de la estrategia pedagógica propuesta como parte de la intervención comunitaria.

Grupo 5: Cuatro especialistas del Centro Diagnóstico y Orientación (CDO).

En la ejecución de la investigación se cumplen cuatro etapas.

Primera Etapa: Estudio previo del problema.

Recopilación de información acerca de los antecedentes teóricos de la evolución conceptual de los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva y sus particularidades a través de: revisión, análisis de los estudios de casos, así como expedientes acumulativos de los adolescentes

Segunda Etapa: Constatación del estado actual del problema a través de:

- Guía de observación a clases.
- Análisis de documentos (revisión de libretas y cuadernos).
- Encuesta a docentes de los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva.
- Entrevista en profundidad a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas y sus familias.
- Prueba pedagógica.
- Prueba psicométrica para evaluar inteligencia.
- Aplicación instrumentos y técnicas de evaluación para el diagnóstico (Rotter, tres deseos, dibujo)

Tercera Etapa: Elaboración de la estrategia pedagógica como parte de la intervención comunitaria para la disminución de las manifestaciones de conducta agresiva en los adolescentes de la secundaria básica del Consejo Popular Sur.

Cuarta Etapa: Aplicación de la estrategia pedagógica como parte de la intervención comunitaria para la disminución de las manifestaciones de conducta agresiva en los adolescentes de la secundaria básica del CP Sur.

Durante la ejecución de la primera etapa se pudo constatar que:

En el Consejo Popular Sur del municipio de Colón ocurrieron una serie de hechos vandálicos e indisciplinas sociales en las cuales se vincularon adolescentes en edades comprendidas entre 13 y 15 años.

En todas estas acciones se detectó la presencia de 26 adolescentes que estudian en la escuela secundaria básica enclavadas en este consejo popular, constituyendo esta situación una preocupación de la comisión de prevención de dicho consejo, ya que en la escuela de referencia se han producido hechos connotados con manifestaciones de conductas agresivas entre los estudiantes, por lo que se decidió realizar un diagnóstico en la misma con el objetivo de conocer el estado actual del problema, sus causas, consecuencias, y comportamiento de los 26 adolescentes implicados

En todos estos sucesos participaron los cinco adolescentes de la muestra.

Como resultado del diagnóstico aplicado se pueden determinar las principales potencialidades y necesidades que caracterizan a los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva de la secundaria básica del consejo popular. Entre ellas se pueden significar las siguientes:

a) Potencialidades:

- Los adolescentes seleccionados en la muestra participaron con responsabilidad y entusiasmo en la aplicación de las actividades.
- Los adolescentes seleccionados en la muestra mostraron interés en el desarrollo de actividades deportivas y culturales.
- Los adolescentes consideran posible la transformación de sus conductas y reconocen el interés de todas las influencias educativas de la comunidad.

b) Necesidades:

- Los docentes realizan una inadecuada atención diferenciada a los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva, porque su preparación resulta insuficiente.
- Los docentes poseen limitado dominio sobre el tema relacionado con la prevención de manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes.

Se pudo constatar que la familia posee escasa preparación y orientación para satisfacer la ayuda pedagógica y social que necesitan los adolescentes.

Los resultados alcanzados demuestran la necesidad de realizar una estrategia pedagógica como parte de la intervención comunitaria para disminuir las manifestaciones de conducta agresiva en los adolescentes de la secundaria básica objeto de estudio con el fin lograr un mejor desarrollo del proceso docente educativo y resolver problemas de la vida cotidiana. Todo ello conduce al diseño y fundamentación de la misma.

Estrategia Pedagógica

Es necesario considerar una definición de estrategia como resultado den investigación:

"Una estrategia; tiene como propósito fundamental la proyección del proceso de transformación del objeto de estudio desde un estado real hasta un estado deseado (….) Requiere tener claridad en el estado deseado que se quiere lograr y convertirlo en metas, logros, objetivos a largo, mediano y corto plazo y después planificar y dirigir las actividades para lograrlos (….) implica una constante toma de decisiones, de elaboración y reelaboración de las acciones de los sujetos implicados en un contexto determinado (…)opera como un instrumento que permite a los sujetos interesados determinada forma de actuar sobre el mundo, de transformar los objetos y situaciones que estudia." (Barreras, F 2004)

Considera Soto Ramírez, E. (2007) una estrategia como "resultado investigativo que integra, de manera sistémica, un conjunto de acciones tácticas para acometer en el ámbito escolar, cuyo fin se encamina al mejoramiento de aspectos determinados de la práctica educativa. Toda estrategia tiene una orientación determinada".

Valle Lima, A. (2010:188) plantea que es un conjunto de acciones secuenciales e interrelacionadas que partiendo de un estado inicial (dado por el diagnóstico) permiten dirigir el paso a un estado ideal consecuencia de la planeación. Los componentes del sistema son: la misión, los objetivos, las acciones, los métodos y procedimientos, los recursos, los responsables de las acciones y el tiempo en que deben ser realizadas, las formas de implementación, las formas de evaluación y analiza y define que una **estrategia peda-**

gógica es: el conjunto de acciones secuenciales e interrelacionadas que partiendo de un estado inicial y considerando los objetivos propuestos permite dirigir y organizar de forma consciente e intencionada (escolarizada o no) la formación integral de las nuevas generaciones. (Valle, Lima, 2010:190)

Según la finalidad con la que se utilizan, existen numerosas definiciones conceptuales sobre estrategia. Se asume la Valle Lima, por su carácter generalizador y se tuvo en cuenta en la elaboración de la estrategia pedagógica que se propone, considerar que las estrategias se conciben a largo alcance, que estas son planificadas, que en su concepción se estructuran en acciones relacionadas y dirigidas a un fin propuesto; se encamina fundamentalmente al cómo emprender el proceso docente educativo, en particular a los métodos que se emplean.

Asume además lo referido por Soto Ramírez (2007) en cuanto a que "este tipo de estrategia tiene un carácter amplio, aborda todas las posibilidades que en el ámbito pedagógico son factibles a acometer para mejorar la calidad de la educación, en el más amplio sentido de este término. En este tipo de estrategia es posible sustentar el trabajo en factores tales como la dirección escolar, los departamentos docentes, los docentes en la dirección del proceso de enseñanza-aprendizaje, la familia y la comunidad, por lo que es posible abarcar no sólo el trabajo docente, sino también el extra docente".

Todas estas concepciones sirven de sustento para considerar que la estrategia pedagógica para la preparación de los docentes, y los miembros de la familia se asume como la proyección de un proceso de transformación del docente y la familia desde un estado real hasta un estado deseado que condiciona todo el sistema de acciones para alcanzar los objetivos, con una optimización de tiempo y recursos.

Al final se obtiene un sistema de conocimientos y habilidades, que opera como un procedimiento, que permite a los docentes determinadas formas de actuar, de transformar a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas e incidir la familia en el desarrollo de su personalidad.

Las acciones planificadas, organizadas, ejecutadas y evaluadas para la contribución a la disminución de las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes en las escuelas secundarias del CP SUR donde se muestran formas o variantes que se pueden utilizar para lograr esta transformación.

Fundamentación teórica de la estrategia

El resultado que se presenta constituye una estrategia que se inserta en el trabajo pedagógico con los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva en contextos pedagógicos integrados y persigue como objetivo contribuir a la integración de los mismos de manera que mediante la realización de acciones por etapas, se logre disminuir las manifestaciones de conductas agresivas y desarrollar sus potencialidades.

Los resultados del estudio, de la percepción acerca de las manifestaciones de conductas agresivas, del aspecto cognitivo de los adolescentes con estas manifestaciones, demuestran la necesidad de concebir una estrategia que oriente de manera científica hacia tales fines y constituya una solución a los problemas que se presentan en la práctica pedagógica así como en la formación y desarrollo de cualidades de la personalidad que sienten las bases para el logro de lo deseado.

La estrategia que se propone es pedagógica, condicionada por el carácter social y dirigido de la educación, cuyo sistema de influencias se centra no sólo en el educador, sino que abarca todo el proceso educativo de la etapa escolar, todas las agencias educativas y estructuras organizativas y metodológicas implicadas en el desarrollo de los adolescentes que presentan manifestaciones de conductas violentas.

Demuestra cómo organizar, planificar y ejecutar acciones que contribuyan a la atención a los adolescentes que manifiestan conductas agresivas y se basa en la concepción histórico-cultural y en los fundamentos de la Educación General Media en Cuba.

Los postulados de la escuela histórico-cultural constituyen el fundamento psicológico que tiene implicaciones en la teoría pedagógica. Los aportes que se deben tener en cuenta son: la psiquis como entidad dinámica; el carácter mediatizado de los procesos psíquicos; los estadios del desarrollo de los adolescentes y períodos críticos; la teoría de la actividad del desarrollo y la relación dialéctica entre lo cognitivo y lo afectivo, lo individual y lo social.

Constituye un fundamento importante la teoría sobre la actividad de A. Leontiev (1981), quien valora el papel fundamental de ésta en el desarrollo psíquico que mediatiza la relación entre el hombre y la realidad objetiva y tiene como principal característica la objetividad.

Al tener en cuenta que la experiencia social del ser humano es producto de la cultura, enriquecida por cada generación, se refleja en los productos de la actividad material y espiritual del hombre y se transmite como herencia cultural de una generación a otra, un espacio importante en la estrategia pedagógica se dedica a resaltar la unidad de influencias socioeducativas en la apropiación que hace el adolescente con manifestaciones de conducta agresiva de la experiencia social acumulada por el hombre.

El papel de la enseñanza en la conducción del desarrollo cumple determinados requisitos que hacen posible llevar el desarrollo ya alcanzado por el adolescente a niveles superiores, teniendo en cuenta su zona de desarrollo próximo. La comprensión de la zona de desarrollo próximo por parte del profesor facilita la interacción y comunicación que pone de manifiesto la relación entre sus dos niveles: el de desarrollo actual y el de desarrollo potencial.

En la propuesta se concibe un proceso educativo, en el que el adolescente sea colocado en el centro como protagonista esencial, que se relacione con sus compañeros y familiares, durante la resolución de determinadas situaciones de la vida. Un lugar importante en este proceso lo ocupa el educador, quien orienta y dirige la estrategia propuesta.

La relación dialéctica entre lo cognitivo y lo afectivo, lo individual y lo social, como fundamento teórico se asume también en la estrategia pedagógica presentada.

Son diseñadas acciones de carácter social, que responden a las características individuales del adolescente con manifestaciones de conducta agresiva, que más tarde se transfieren a su vida social. Además, se complementan los aspectos cognoscitivos y afectivos durante el desarrollo de la personalidad.

En la elaboración de la estrategia se valoran, además, entre los fundamentos teóricos y metodológicos de la educación escolar, los siguientes: el adolescente como centro del proceso, el papel rector del profesor en la educación del adolescente y la vinculación de la escuela con la familia.

El estudio de los fundamentos teóricos abordados conlleva a la determinación de una serie de principios específicos que constituyen los fundamentos principales de la

estrategia pedagógica propuesta, los cuales se exponen a continuación:

- Jerarquización de actividades en un diagnóstico integral
- Adaptación del contexto pedagógico.
- Preparación de profesores para la integración de los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva
- Desarrollo de las potencialidades de los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva
- Aprovechamiento de las situaciones incidentales para contribuir a la transformación de las conductas agresivas de los adolescentes

En el proceso pedagógico intervienen diversas agencias educativas: la familia, la institución, los medios de difusión y la comunidad. Es necesario unificar acciones dirigidas a la estimulación del desarrollo del adolescente, que incluyan diversas vías en la atención a las dificultades que se presentan a causa de la manifestación de conductas agresivas, para que el trabajo educativo cumpla los mismos objetivos.

Se deben integrar acciones específicas que propicien la atención a las dificultades que presentan, de manera que se contribuya al éxito de su aprendizaje.

El carácter desarrollador, preventivo, participativo constituye cualidades que distinguen la estrategia pedagógica que se propone.

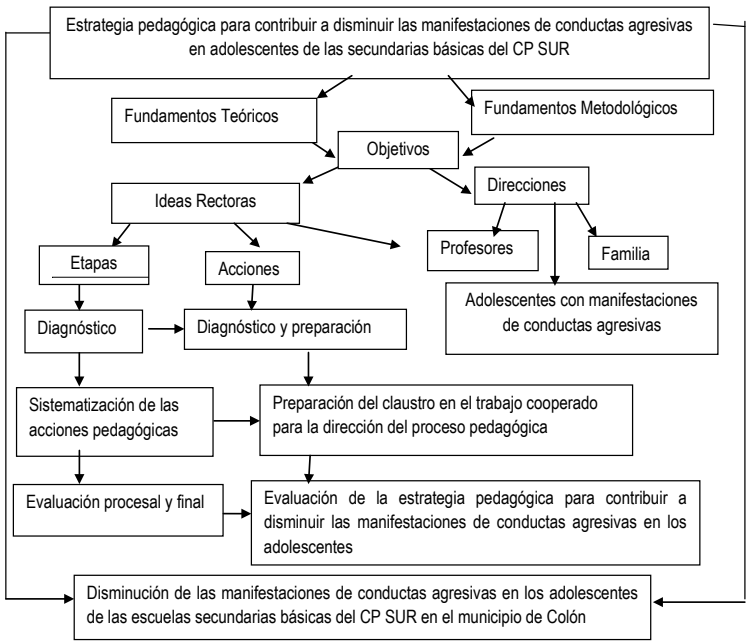
Componentes, contenido y estructura de la estrategia

La estrategia pedagógica propuesta tiene como componentes fundamentales: sus principios específicos, las cualidades, sus direcciones sus etapas y acciones. Los principios elaborados sobre la base de las concepciones teóricas asumidas, constituyen los fundamentos y la guía de todas las acciones que se desarrollen durante el cumplimiento de la estrategia pedagógica y determinan las cualidades que caracterizan su contenido, en las que se integran la atención de la escuela secundaria básica y el hogar para brindar la atención adecuada a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Estructura de la estrategia pedagógica como parte de la intervención comunitaria para contribuir a disminuir las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes de las secundarias básicas del CP SUR

Es necesario señalar que se diseñaron acciones dirigidas a los diferentes factores sociales que inciden en la evolución de estos adolescentes (entiéndase familia, comunidad, escuela) ya que partimos del criterio que un trabajo de intervención en grupo permanente posibilita que padres, docentes, trabajadores sociales puedan organizar su trabajo dentro del centro educativo y hacia fuera de éste, incluso a la inversa, desde el barrio al centro, convirtiendo al barrio en un educador más, todo ello con la colaboración de padres, profesores trabajando sólo en un área y por ello serán las encargados de promover la prevención, intervención, o bien estrategias acordes a la problemática y/o realidad del centro, fomentando "espacios de intersección" (socio-

educativos, socioculturales), y permitiendo la coordinación de diferentes agentes, la integración de actuaciones, la colaboración, la complementariedad, el trabajo de los docentes y otros facilitadores del proceso, como padres, y personas representativas de la comunidad).



Por lo que se resumen las acciones preventivas y pedagógicas de la siguiente forma:

1. Preparación de los adolescentes para eliminar las manifestaciones de conductas agresivas
2. Preparación de la familia para contribuir a eliminar las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes
3. Preparación de los profesores para contribuir a la formación de los estudiantes y transformar las manifestaciones de conductas

Entre las temáticas que se consideran fundamentales para la preparación de adolescentes, docentes y familia se encuentran:

1. La conceptualización relacionada con manifestaciones de conductas agresivas. Factores que inciden
2. Características de los adolescentes que muestran manifestaciones de conductas agresivas. Intervención
3. Aspectos del proceso preventivo
4. El trabajo con la familia e influencias educativas de la comunidad

Como posibles vías de preparación las siguientes: Curso de superación, clases demostrativas, sesiones de trabajo metodológico, el entrenamiento, los talleres, cines debate, escuelas de padres.

Objetivo estratégico: Contribuir a la preparación de los docentes para lograr la disminución de las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes de la secundaria básica José Martí del Consejo Popular Sur.

Direcciones de la estrategia concretadas en tres etapas.

- Diagnóstico y preparación para contribuir a la disminución de manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes de la secundaria básica del Consejo Popular Sur. Diagnosticar está presente en todas las etapas de la estrategia, con la aplicación correcta de esta etapa se facilita poseer el dominio de la fase inicial, el seguimiento y desarrollo en la búsqueda de la solución del problema. Permite además la sistematización del desarrollo alcanzado mediante la aplicación de los distintos instrumentos.
- En la primera dirección se le concede importancia a la preparación de los docentes que inciden en la formación de los adolescentes (los profesores, especialistas y directivos). Estos son los responsables de sistematizar, controlar en el proceso pedagógico la eficacia de la estrategia. La preparación debe girar en el dominio de los objetivos, direcciones de la estrategia, cómo medir la efectividad de estos y ver la estrategia para transformar la preparación de docentes y familia de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas para la adecuada atención.
- Sistematización de las acciones en el proceso pedagógico para contribuir con eficacia a la preparación de los docentes y familia para disminuir las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes de las secundarias básicas del CP SUR.

La preparación concebida con intencionalidad, favorece la atención correctiva en lo cognitivo, afectivo y social en el desarrollo integral de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas. Las acciones se organizaron en la actividad conjunta, encaminadas a utilizar las potencialidades en las que juega el papel protagónico el docente.

- Evaluación de la estrategia como herramienta viable del proceso pedagógico para contribuir a la disminución de las manifestaciones de conducta agresivas en los adolescentes de la secundaria básica José Martí del Consejo Popular Sur.

Esta dirección se dirige a evaluar la efectividad lograda en las acciones de los docentes y la familia. La evaluación facilita el propio enriquecimiento de la estrategia al propiciar con la meta de poder readecuar aquellas acciones que no tributen con los resultados esperados en la preparación de docentes y familias. Se considera evaluación como un proceso sistemático de análisis y valoración de los progresivos cambios que ocurren y tomar las nuevas decisiones

El cumplimento de los objetivos de cada etapa sienta las bases para la realización de las acciones correspondientes a la etapa posterior. El tránsito de una etapa a otra es flexible y da la posibilidad de volver a la etapa anterior, en dependencia de las características del proceso. A medida que se realicen las acciones de cada una de las etapas de

la estrategia se lleva a cabo un control sistemático de logros y dificultades, de manera que se puedan rediseñar éstas para que se produzca la transformación del estado real al deseado.

Etapas y acciones de la estrategia pedagógica.

Primera etapa: Diagnóstico preparatorio para contribuir a la preparación de los profesores, adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas y la familia.

Objetivos:

Identificar el estado inicial y los conocimientos de los profesores y la familia para desarrollar con intencionalidad la transformación de la conducta de los adolescentes en aras de contribuir a disminuir las manifestaciones de conductas agresivas.

Caracterizar niveles de manifestaciones de conductas agresivas que presentan los adolescentes

Coordinar las influencias educativas de los docentes, la familia y la comunidad de modo que se puedan desarrollar las actividades en la segunda etapa.

Acciones:

Determinación del estado real en que se encuentra la preparación de los docentes y las familias para la transformación de las conductas agresivas de los adolescentes.

Responsable: Especialistas del CDO **Período de ejecución** Nov. Feb. 08

Participan: Profesores y familias

Familiarización con los niveles de correspondencia entre el desarrollo de los docentes y la familia con las vías para acceder al conocimiento e influir en la atención de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Responsable: Directivos **Período de ejecución** Nov. Feb. 08

Participan: Profesores y familias

Procesamiento e interpretación de la información diagnóstica.

Responsable: Especialistas del CDO **Período de ejecución** Nov. Feb. 08 **Participan**: Profesores y Especialistas CDO

Organización y planeación de las acciones con los docentes y la familia para tratar los temas y las vías de preparación para la atención a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Responsable: Director **Período de ejecución** Nov. Feb. 08

Participan: Profesores y familias.

Organización y planeación de las acciones con los adolescentes y comunidad para tratar los temas y las vías de preparación para la transformación de los adolescentes en aras de disminuir manifestaciones de conductas agresivas.

Responsable: Director **Período de ejecución** Nov. Feb. 08

Participan: Adolescentes, miembros de la comunidad.

Evaluación con los docentes y la familia de los resultados del diagnóstico realizado.

Responsable: Director **Período de ejecución** Nov. Feb. 08

Participan: Profesores y familias.

Elaboración de la caracterización individual y grupal para la efectividad de la estrategia.

Responsable: Director **Período de ejecución** Nov. Feb. 08

Participan: Profesores

Segunda etapa: Ejecución y sistematización de las acciones de preparación a los docentes para la atención a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.
Resulta de vital importancia en esta etapa, que se enmarca en los meses noviembre-abril durante el curso escolar ya que las acciones propuestas contribuyen a mejorar el accionar en la atención individual de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas. La dirección del centro como vía fundamental sobre la estructura de dirección sin dejar de utilizar las acciones propuesta en la estrategia pedagógica diseñada. Se incorporan las influencias educativas que brinda la comunidad.

Objetivo:

Incorporar al proceso pedagógico las actividades que forman parte de la estrategia diseñada.

Objetivo específico: Familiarizar a los profesores con los referentes teóricos acerca de las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes.

Acciones:

Programación sistemática de actividades que propicien conocimientos sobre los adolescentes con conductas agresivas, talleres, actividades demostrativas, videos.

Responsable: Directivos **Período de ejecución:** Nov. Abr. 08

Participan: Profesores, familias, adolescentes.

Realización de un taller de familiarización con los fundamentos, conceptos, causas, factores de riesgo de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Responsable: Especialistas CDO **Período de ejecución** Nov. Abr. 08 **Participan**: Profesores y familias.

Revisión de los expedientes psicopedagógicos de los adolescentes como vía de conocer las particularidades de los mismos para realizar la preparación encaminada a los docentes y familias para caracterizar los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Responsable: Directivos **Período de ejecución** Nov. Abr. 08

Participan: Profesores.

Objetivos específicos: Demostrar como ejecutar el estudio de caso y el diseño de la caracterización de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Acciones:

Realizar entrenamiento metodológico para demostrar cómo se realiza una caracterización psicopedagógica de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Responsable: Especialistas CDO **Período de ejecución:** Abr. Jun. 08

Participan: Profesores y Directivos.

Demostrar en sesión metodológica la realización de un estudio de caso de adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Responsable: Especialistas CDO **Período de ejecución:** Abr. Jun. 08

Participan: Profesores y Directivos

Objetivo específico: Utilizar las potencialidades de la clase desde cada asignatura para realizar el trabajo correctivo.

Acciones:

Demostración desde talleres metodológicos, clases demostrativas y entrenamientos como realizar la corrección desde la clase como célula básica del proceso pedagógico.

Responsable: Metodólogo **Período de ejecución:** Abr. Jun. 08

Participan: Profesores y Directivos.

Aplicación de manera creadora técnicas y métodos en la atención diferenciada por los docentes a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.
Responsable: Especialistas del CDO **Período de ejecución:** Abr. Jun. 08
Participan: Profesores y Directivos.
Realizar escuela de padres para demostrar el trabajo correctivo desde el hogar en el desarrollo de la tarea escolar y en la prevención de manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes.
Responsable: Profesor Guía **Período de ejecución:** Abr. Jun. 08
Participan: Familia.
Efectuar dinámica grupal con las familias sobre la participación y comportamiento de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas en las actividades sociales.
Responsable: Grupo de trabajo comunitario **Período de ejecución:** Abr. Jun. 08
Participan: Familia y adolescentes**.**

Tercera Etapa: Evaluación y control de las acciones pedagógicas para contribuir a la preparación de los docentes, adolescentes y la familia en la disminución de manifestaciones de conductas agresivas.
Objetivo: Evaluar la estrategia como recurso del proceso pedagógico para contribuir a la preparación de los docentes, las familias y adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.
Acciones:
Reunión metodológica para el balance de los resultados de la preparación de los profesores a través de la estrategia diseñada.
Responsable: Metodólogo **Período de ejecución:** Set. Dic. 09
Participan: Profesores y directivos.
Aplicación de entrevistas a los profesores y directivos de la escuela secundaria del CP SUR sobre la efectividad de la estrategia.
Responsable: Especialistas **Período de ejecución:** Set. Dic. 09
Participan: Profesores y directivos
Ejecución de visitas a clases para constatar cómo se aplican las actividades de la estrategia diseñada.
Responsable: Directivos **Período de ejecución:** Set. Dic. 09
Participan: Profesores.
Reunión de padres para el balance de los resultados de la preparación de las familias y adolescentes a través de la estrategia diseñada.
Responsable: Directivos **Período de ejecución:** Set. Dic. 09
Participan: Profesores y familias.
Aplicación de entrevistas a los miembros de las familias para constatar las transformaciones logradas en la preparación de las familias para la disminución de las conductas agresivas de los adolescentes.
Responsable: Directivos **Período de ejecución:** Set. Dic. 09
Participan: Profesores y familias.
Ejecución de visitas al hogar para constatar cómo se aplica las actividades de la estrategia diseñada.
Responsable: Directivos **Período de ejecución:** Set. Dic. 09
Participan: CDO y familias.

Aplicación de entrevistas a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas para constatar transformaciones y disminución de la agresividad.
Responsable: Directivos **Período de ejecución:** Set. Dic. 09
Participan: CDO y adolescentes

Orientaciones generales para la aplicación de la estrategia.

La propuesta que se presenta se estructura de acciones que poseen una estrecha relación entre los fundamentos, ideas rectoras y las direcciones de la estrategia pedagógica lo que facilita el cumplimiento del objetivo general. Su aplicación no constituye un esquema rígido, lo que posibilita su modificación de acuerdo con las necesidades del diagnóstico.

Se realiza el planeamiento del proceso pedagógico con atención a los diferentes elementos componentes de la estrategia pedagógica con enfoques interdisciplinarios de modo que participe todo el colectivo de profesores incluyendo la familia, adolescentes y comunidad en general como agentes educativos a transformar.

Durante la aplicación de la estrategia pedagógica se deberá anotar las incidencias en un registro de notas que asegure la readecuación de las acciones

Actividades que conforman la Estrategia pedagógica.

Actividad 1 ¡Aprendemos a prevenir!
Tema: Introductorio.
Objetivo: Intercambiar con los profesores acerca del contenido de los talleres que deben recibir para la preparación de la atención y tratamiento de adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.
Medios: tarjetas, libro de texto prevención social, materiales impresos y digitales sobre adolescentes, violencia
Evaluación: oral
Metodología: Comenzar el Taller informando las principales temáticas relacionadas con el tema que serán abordadas.
La conceptualización relacionada con manifestaciones de conductas agresivas. Factores que inciden
Características de los adolescentes que muestran manifestaciones de conductas agresivas. Intervención, prevención.
Aspectos del proceso correctivo-compensatorio
El trabajo con la familia e influencias educativas de la comunidad
Dar a conocer los objetivos de los talleres y las actividades a desarrollar. Comentar el cronograma de desarrollo de los talleres. Recepcionar las sugerencias para el desarrollo de los talleres.
Orientaciones para el trabajo independiente.

Actividad: 2 Adolescentes agresivos ¿Por qué?
Tema: La violencia en los adolescentes. Definición, causas y factores de riesgo.

Objetivo: Identificar conceptos causas y factores de riesgo que inciden en las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes.
Forma de organización: Taller
Medios: materiales impresos y digitales relacionados con temas de violencia y agresividad en adolescentes, LT Psicología social y comunitaria, Prevención Social.
Evaluación: oral
Metodología
Se comienza el taller, escogiendo tirillas de papel ubicadas dentro de un buzón, las que contienen aspectos del concepto violencia, conductas agresivas, adolescencia y se establece un debate acerca de lo que conocen sobre el término a través de la experiencia adquirida en su aula.
Después de realizar el debate entre los profesores se presentarán conceptos expresados por diferentes autores. Se analizarán para determinar puntos de contacto, diferencias y luego asumir el concepto más actual. Los profesores reflexionarán sobre conceptualización de violencia y sus diferentes manifestaciones.
Para realizar esta actividad los profesores realizarán el análisis del material básico sobre el tema en cuestión agrupados en dos equipos. Seleccionarán un profesor para que exponga aspectos que considere importantes sobre el material y los problemas metodológicos por los que atraviesa este concepto.
Analizar el concepto que se asume y explicar los aspectos que lo determinan.

a) Exponer sus puntos de vista a partir de este análisis y según su experiencia, expresar en qué medida se ajusta el concepto a los alumnos que están en su grupo escolar.
b) Analice las características que aparecen en el filme y realice un resumen sobre las que manifiesta su alumno.

Se realiza un debate entre los profesores para analizar las características y particularidades de cada uno de sus alumnos.

Orientaciones para el trabajo independiente

Actividad: 3 ¿ Conoces a tus adolescentes?
Tema: Caracterización de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.
Objetivo: Reflexionar sobre la caracterización de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.
Forma de organización: Taller
Medios: libro de texto, expedientes psicopedagógicos, expediente acumulativo, diagnóstico.
Evaluación: Oral.
Metodología:
Se comienza con la presentación del objetivo y el tema del taller, realizando posteriormente un intercambio de las experiencias que poseen sobre la elaboración de caracterizaciones a través de las siguientes interrogantes: ¿Qué se entiende por caracterización? ¿Será importante poseer conocimientos acerca de esto? ¿Por qué?
El taller se realizará mediante la lluvia de ideas con el objetivo de conocer si los profesores realizan correctamente las caracterizaciones de sus alumnos.
Posteriormente se les orienta revisar los expedientes acumulativos del escolar y re-

flexionen acerca de las principales regularidades que existen en la realización de los mismos. Se retoman las lluvias de ideas.
¿Por qué es importante registrar las manifestaciones de los alumnos durante la realización de las actividades correctivo - compensatorias?
Ejemplifique cómo elaborar la caracterización de sus alumnos y destaque qué elementos no deben faltar.
En el segundo momento del taller se intercambia acerca del modelo de caracterización y se escuchan opiniones de profesores sobre sus experiencias y dificultades durante el proceso de caracterización.
Como conclusiones del taller se resumen las ideas en la pizarra con palabras claves sobre el proceso de caracterización.

Actividad: 4 Mi escuela, mi familia, mi comunidad.
Tema: El clima psicosocial de la escuela, la familia y comunidad donde se desarrollan los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.
Objetivo: Reflexionar sobre el medio social en que se desarrollan los adolescentes que presentan manifestaciones de conductas agresivas.
Forma de organización: Taller
Medios: Video, material impreso y digital relacionado con el tema, escenario previamente preparado que represente los tres climas abordados
Evaluación: Visita a los diferentes contextos o escenarios
Metodología.
Llevarlos a los escenarios preparados.
Mencionar cómo debe ser el comportamiento en cada uno de los escenarios y hacer representaciones que ejemplifiquen como se están comportando y cómo deben comportarse, en aras de prevenir y disminuir las conductas agresivas.

1. Asegurar que en cada escenario se reflexione acerca de las manifestaciones de conductas.
2. Exigir la participación de todas las influencias educativas que favorezcan la disminución de las manifestaciones de conductas violentas en los adolescentes
3. Determinar con el propio adolescente el clima más adecuado para su mejor evolución dada su correcta percepción.

Actividad: 5 ¿Cómo podré, sí no me dan la oportunidad?
Tema: Procesos cognitivos, intelecto y conductuales de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas
Objetivo: Identificar los procesos que se vinculan con los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas y conocer su disposición al cambio.
Forma de organización: Taller
Medios: pruebas de inteligencia, testimonios, entrevistas a especialistas, videos de inteligencia emocional.
Evaluación: Oral.
Metodología. Utilizar buzón con procesos escritos en tirillas de papel, los tomaran y reflexionaran sobre cómo se manifiestan en sus alumnos. Observar pruebas de inteligencia. Escribir sus ideas como conclusión.

Se entregan ejercicios elaborados. Aplicarlas en clases.

Actividad: 6 Mi profesor, mi familia, mi comunidad me ayudan así.
Tema: Trabajo correctivo para el logro de la transformación
Objetivo: Confeccionar ejercicios para la integración de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.
Forma de organización: Taller
Medios: materiales preparados para el tema, psicodrama (para contribuir al moldeamiento de la conducta).
Evaluación: Práctica.
Metodología: Realizar ejercicios demostrativos para trabajar la atención a las diferencias individuales de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas
Los profesores les presentaran a los estudiantes ejercicios construidos de forma tal que los motiven a resolverlos e ir trabajando sobre las dificultades
Matemáticas: Yo te regalo los números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 y tú pones entre ellos los símbolos de operaciones matemáticas de manera que la expresión resultante sea igual a 100. ¡Atención! el orden de los números no debe cambiarse.
La familia teniendo en cuenta que el mensaje implícito de determinados programas televisivos de consumo frecuente entre adolescentes exponen un modelo de proyecto vital que busca la aspiración a todo sin renunciar a nada para conseguirlo, siempre y cuando eso no signifique esforzarse o grandes trabajos, constituye un factor de riesgo para determinados individuos, en el ámbito familiar se les procurará a estos adolescentes programas y juegos didácticos que contribuyan a la transformación de su conducta y no que tributen más a su deterioro realizándose con esta acción un reforzamiento positivo de la conducta del adolescente.
En la comunidad se les propiciará escenarios para realizar talleres y encuentros entre adolescentes donde prime el deseo de la transformación

Actividad: 7 Mamá, Papá, y la familia.
Tema. Preparación a la familia.
Objetivo: Preparar a la familia para la atención que debe brindar en el hogar a los adolescentes que manifiestan conductas de agresividad.
Forma de organización: Escuelas de padres.
Medios: videos, TV y películas.
Evaluación: Oral
Metodología:
Mantener orientada a la familia para el apoyo cognitivo afectivo para contribuir a disminuir las manifestaciones de conductas agresivas y adecuada preparación mediante las escuelas de padres y visitas al hogar.

Resultados de la aplicación de la estrategia pedagógica.

Resultados de observación: se efectúan a treinta y seis clases: nueve visitas a clases de Lengua Española, siete clases de Matemática, siete clases de Educación Física nueve clases en el laboratorio de Informática y 4 clases de Física

En la observación de clases a profesores, después de puesta en práctica la estrategia pedagógica, se manifiesta una adecuada preparación para la atención a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas. Aún los profesores de Educación Física y Matemáticas no logran propiciar un ambiente adecuado para el trato de estos adolescentes. Se aprecia solidez en los conocimientos teóricos sobre las conductas agresivas de los escolares, el 83,3% propician el proceso para lograr la transformación conductual de los adolescentes.

En los adolescentes se corrobora que existe mejor disposición para recibir las clases donde más afectaciones presentan, son capaces de resolver conflictos a través del diálogo, la disciplina ha mejorado en un 89%, se ha visto mejorías en el cumplimiento de los deberes escolares

Solo un caso de los adolescentes estudiados no ha logrado transformar su comportamiento y se encuentra en estos momentos en la escuela de conducta

En cuanto al comportamiento en el contexto social también se aprecian transformaciones; aún en la comunidad persisten algunas indisciplinas pero están en vías de solución. Dos de los adolescentes se encuentran incorporados al proyecto sociocultural "Rescate de tradiciones: el danzón" y uno al equipo de ciclismo; se observa la participación con desenvolvimiento en las actividades sociales, se mantienen estimulados y han controlado sus manifestaciones de conductas agresivas.

Luego de aplicada la estrategia pedagógica se constata que aún existen insuficiencias en el trabajo con las familias, deben incrementarse las acciones en esta dirección, pero en sentido general, durante el desarrollo de las entrevistas a adolecentes como a familiares existe un marcado interés por contribuir a la transformación.

CONCLUSIONES

La sistematización teórica sobre el proceso de prevención, específicamente de la prevención de manifestaciones de conducta violenta en adolescentes en el contexto escuela-familia-comunidad, revela las particularidades de este proceso, su relación con la dinámica de los fenómenos socioeducativos, y la necesidad de concebir alternativas que potencien la participación de los diferentes contextos educativos en la transformación de la situación de riesgo que condiciona estas manifestaciones.

La concepción de la prevención de las manifestaciones de conducta agresiva en los adolescentes en el contexto escuela-familia y la delimitación de sus dimensiones posibilita la determinación de regularidades expresadas en potencialidades y dificultades durante el proceso de prevención desde el contexto escuela-familia.

La estrategia pedagógica que se propone está elaborada en correspondencia con las dificultades detectadas en el diagnóstico, esta consta de acciones y vías, que facilitan la preparación a los docentes, para contribuir a una correcta atención a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas en la secundaria básica José Martí del Consejo Popular Sur.

Con la aplicación de la estrategia pedagógica como parte del trabajo de intervención social comunitaria, de prevención social, se ha podido constatar que han disminuido las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes de referencia, el comportamiento social de los mismos ha mejorado.

BIBLIOGRAFÍA

ABRAMS, J MARQUEZ Y M HOGGS The social psychology of inclusion and exclusion (pp. 211-241) Philadelphia: Psychology Press, s/a.

ALAYÓN. G: "El surgimiento del Trabajo Social". En: Selección de lecturas sobre Trabajo Social Comunitario, s/a

ALONSO F; RIERA CM; RIVERO P R: Gestar lo comunitario Edit. Feijoo. UCLV. Santa Clara. Cuba, 2003.

ALONSO FREYRE, JOAQUÍN; et al. "Principios Básicos del Trabajo Comunitario" en El Autodesarrollo Comunitario. Críticas a las mediaciones sociales recurrentes para la emancipación humana. (pp. 11-79) Centro de Estudios Comunitarios. Universidad Central "Marta Abreu" de las Villas. Santa Clara, Cuba: Editorial Feijoo, 2004.

ANDER-EGG. E El trabajo social como acción liberadora. Buenos Aires, 1985.

ANNE, MARIE El Adolescente y su mundo. Barcelona, Ed. Herdor, 1984.

BARRERA HERNÁNDEZ, F. Conferencia presentada en el centro de estudios. ISP Juan Marinello. Matanzas 22 de abril, 2004.

CABALLO, V Y SIMÓN, M.A. Manual de psicología clínica infantil y adolescente .Madrid. Pirámide, 2001.

CAPERTON, GASTON & SEYMOUR, PAPERT "Visiones para la Educación. La Plataforma Caperton-Papert". En Revista La Tecnología en la Enseñanza. Quipus, México, s/a.

CAVA MJ Y MISUTI G La potenciación de la autoestima en la escuela. Barcelona: Paidós, 2000.

COLECTIVO DE AUTORES. Modelo teórico metodológico para la evaluación de eficacia de los programas sociales de la batalla de ideas en Villa Clara. Edit. Feijoo. UCLV. Santa Clara, 2003.

CUBA DÍAZ AGUADO, M J. Prevención de la violencia y lucha contra la exclusión desde la adolescencia. Madrid. INJUVE, 2004.

EMLER N Y REICHER S Adolescence and delinquency. Oxford: Blackwell, 1995.

_____ Delinquency: cause or consequence of social exclusion? En D, 2005.

RUTTER, M. GILLER, H. Y HAGELL, A) La conducta antisocial de los jóvenes. Madrid. Cambridge, 2002.

SALDAÑA, C Detección y prevención en el aula de los problemas del adolescente. Madrid. Pirámide, 2001.

MENÉNDEZ BENAVENTE ISABEL Adolescencia y violencia: ¿Crisis o patología? 2006.

JONASSEN, D. H. "Learning from, learning about, and learning with computing: a rationale for mindtools" en Computer in the classroom: mindtools for critical thinking. Englewood Cliffs, New Jersey: Merrill Prentice- Hall, 1996. pp.3-22.

KISNERMAN.N "Pensar en el Trabajo Social. Una introducción desde el construccionismo". Edit. Lumen- Humanitas. Argentina, 1998.

_____:"El proceso histórico del Servicio Social". En: Selección de lecturas sobre Sociología y Trabajo Social, s/a. Pág. 108.

LEIJÁ, M.A Elementos de criminología, Ed. Universidad Autónoma de Nuevo León. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. México, 1985.

MOIX. M. M. Introducción al trabajo social. Madrid, 1991.

MUÑOZ, G, TERESA Y HERNÁNDEZ M, AYMARA La sociología como ciencia independiente. Modernidad y Perspectiva Sociológica. En Selección de Lecturas sobre Trabajo Social. La Habana. Cuba, 2002.

MARX. C Manuscritos económicos y filosóficos de 1844, La Habana, Ed. Política, 1965.

NAVARRETE C. Influencia del micromedio en el desarrollo de la personalidad del adolescente trasgresor, en Selecciones de Lecturas de desviación de la Conducta Social, T.II, Ed. EMPES, U.H, 1987.

RIVERO P. RAMÓN Historia del trabajo en comunidades. Breves comentarios. Editorial Feijoó. UCLV, 2000.

_____ "Quince ideas a considerar para implementar el trabajo comunitario integrado". CEC. UCLV, Santa Clara. Cuba, 2004.

RIVIERE P, PAMPLONA Q, A Aprendizaje del rol de observador de grupos. Edit. Marie Langer. Madrid. España, 1996.

ROSENTAL. M. Diccionario filosófico. Editora Política. Ciudad de La Habana, 1981.

RUBINSTEIN. J. L. Principios de Psicología general. Edición revolucionaria, La Habana, 1977.

SERRANO Y TRUPUTEC Hacia un concepto de desarrollo humano y sostenible. Revista Paraninfo, del Instituto de Ciencias Rafael Heliodoro Valle, Tegucigalpa. Honduras, 1997.

SITJA. M. Terminología de los asistentes sociales. Barcelona, 1988.

SOTO RAMÍREZ. E. Sobre el diseño y otras consideraciones en la metodología de la investigación educativa (soporte digital). Curso de Metodología de la investigación educativa, (2007). p. 23

URRUTIA. L: "El Trabajo Social en Cuba. Desarrollo de una Profesión". En: Selección de lecturas sobre Sociología y Trabajo Social. s/a. Pág. 94.

VALLE LIMA, A. Algunos resultados científico pedagógicos. Vías para su obtención. Ciudad de La Habana. Editorial Félix Varela. Cuba, 2010.

RAMÍREZ RAMÍREZ, IGNACIO. Modelo teórico-metodológico para la introducción de los resultados científicos de la investigación educacional en los Centros de Referencia de la provincia de Matanzas. La Habana, 2008. Página 85.

ESCALONA SERRANO, EVA. Estrategia de introducción de resultados de investigación en el ámbito de la actividad científica educacional. Tesis presentada en opción al grado científico de Doctor en Ciencias Pedagógicas. La Habana. 2008. Página 86.

WATZLAWICK. P. Teoría de la comunicación humana. Editorial Herder. Barcelona, 1987.

ZAMANILLO. T. Y GOITÁN. L. Para comprender el trabajo Social. Editorial Verbo divino. España, 1987.

Σthφs & Σpistεμe
Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB – ANO VIII, VOLUME XVI – JULHO – DEZEMBRO 2012

A INSTITUIÇÃO DE UM CONSELHO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (CNTC) NO BRASIL COMO FATOR DE MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Beatriz Mota Moreira[1] Raimundo Nonato de Oliveira[2]

(Recebido em 20/08/2012; Aceito em 29/10/2012)

RESUMO

A Carta Magna brasileira no seu artigo 75 dispõe sobre a aplicação de normas de fiscalização contábil, financeira e orçamentária à organização e formação dos tribunais de contas do país. Inobstante a Carta Maior do país prescrever essa estrutura de controle e fiscalização, faz-se mister a institucionalização de um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC), a fim de se proceder à organização completa e efetiva dos auxiliares de controle externo do Parlamento nacional: os tribunais de contas. Tal órgão controlador será um órgão administrativo de controle institucional que fiscalizará a execução orçamentário-financeira e demais atos de gestão administrativa e operacional dos tribunais de contas do Brasil, atuando como um órgão de "controle externo" com jurisdição nacional sobre todos os tribunais. Da mesma forma que atua o CNJ – Conselho Nacional de Justiça, o CNTC responderá aos anseios da sociedade brasileira no que toca à celeridade, justiça e transparência dos atos de todos os tribunais de contas. São três propostas de Emendas Constitucionais (PEC) apresentadas ao Congresso Nacional visando à institucionalização do CNTC. A lacuna a ser preenchida nesta temática da pesquisa aborda a possível contribuição do CNTC à administração pública nacional, cujo intuito é identificar as futuras contribuições do CNTC à gestão pública brasileira. Na pesquisa foram utilizadas as tipologias bibliográfica e exploratória com abordagem qualitativa. O método utilizado foi o dedutivo. Concluiu-se, ao final da pesquisa, que a institucionalização do CNTC responderia aos anseios da sociedade nacional, considerando a atuação positiva e saneadora do similar CNJ existente no Poder Judiciário.

Palavras-chave: PEC; CNTC; gestão pública; Conselho.

[1] Acadêmica finalista do curso de Ciências Contábeis – Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB. (92) 8134-5812. E-mail: beatriz@hotmail.com

[2] Mestre em Contabilidade e Controladoria pela UFAM – Universidade Federal do Amazonas. Professor de Ciências Contábeis da Faculdade Salesiana Dom Bosco. Telefones: (92) 3238-6173, (92) 9985-8552. E-mail: raimundo@fsdb.edu.br / nonato1411@hotmail.com

ABSTRACT

The Brazilian Constitution in its Article 75 provides for the application of standards of accounting, financial and budgetary organization and training of all courts in the country. No prevent the Brazilian Constitution prescribe this structure of control and supervision, it is mister institutionalizing a National Board of Supreme Audit (CNTC), in order to proceed with the full and effective organization of auxiliary external control of the national Parliament : courts of auditors. This governing body is an administrative body of institutional control that will monitor budget execution, financial and other body of institutional control that will monitor budget execution, financial and other acts of administrative and operational audit courts of Brazil, acting as an organ of "external control" with national jurisdiction over all courts. Just as the acts CNJ - National Council of Justice, the CNTC respond to the desires of Brazilian society when it comes to speed, fairness and transparency of the acts of all courts of accounts. There are three proposed Constitutional Amendments (SGP) presented to Congress aimed at institutionalizing the CNTC. The gap to be filled in this theme of research discusses the possible contribution of CNTC the national administration, whose aim is to identify the future contributions of CNTC the Brazilian public management. In the research literature were used typologies and exploratory qualitative approach. The method used was deductive. It was concluded at the end of the survey, that the institutionalization of CNTC respond to the needs of the national society, considering the performance of similar positive and sanitizing CNJ existing in the judiciary.

Keywords: PEC; CNTC; public management; Council.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 75, incluso na seção IX ("Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária"), prescreve a aplicação de suas normas "à organização, composição e fiscalização" de todos os tribunais e conselhos de contas do país. Embora indique um controle relativo desses entes fiscalizadores, percebe-se, hoje, a necessidade de um controle maior e efetivo das suas ações via controle externo: daí os projetos ou propostas de emenda à Constituição pela instituição do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC).

O Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC) será um órgão administrativo que fiscalizará a execução orçamentário-financeira e demais atos de gestão administrativa e operacional dos tribunais de contas do Brasil, atuando como um órgão de "controle externo" com jurisdição nacional sobre todos os tribunais. Da mesma forma que atua o CNJ – Conselho Nacional de Justiça, o CNTC responderá aos anseios da sociedade brasileira no que toca à celeridade, justiça e transparência dos atos de todos os tribunais de contas. Hoje, existem no Congresso Nacional três Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) a propósito desse tema.

A primeira PEC de nº. 28/2007 - Criação do CNTC, "Acrescenta o artigo 73-A à Constituição Federal, criando o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, órgão externo de controle das Cortes de Contas", além de indicar sua composição com 14 membros (TCU, MP, Auditores de Tribunais de Contas, Cidadãos) e outras competências legais (HARADA, 2011).

A segunda, de nº. 30/2007, "Acrescenta o art. 75-A *à* Constituição Federal, para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas e dá outras providências". A terceira, de nº. 146/2007, por sua vez, trata da composição do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas: treze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Dessa forma, este estudo se revela importante para a sociedade, uma vez que cada cidadão poderá ter conhecimento do papel institucional do CNTC e de suas ações fiscalizatórias e normativas sobre as ações dos tribunais de contas no Brasil, atuantes no seu papel constitucional de acompanhar, avaliar e julgar os atos desses tribunais. O CNTC surgirá para tornar ainda mais transparente as contas e as ações daqueles tribunais, moralizando-os e corrigindo seus desvios. Também, torna-se importante para a academia e os acadêmicos, particularmente, o presente estudo posto que disponibilizará fontes de consulta e conhecimento para pesquisas futuras sobre este tema.

Este artigo se inicia com esta introdução, seguindo-se, após, relato sobre as relações existentes atualmente entre os tribunais de contas e a gestão pública brasileira, a forma legal e prática daquelas relações, as competências legais de um futuro CNTC, as melhorias trazidas pela sua institucionalização na vida pública nacional, o percurso metodológico realizado para a pesquisa e, por fim, as considerações do autor.

2. AS RELAÇÕES ATUAIS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E A GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Os tribunais de contas no Brasil, denominados, também, como Cortes de Contas, "que exercem o papel fundamental de controlar as contas públicas, não dispõem de um órgão controlador que fiscalize suas atuações. Ninguém controla o controlador de contas públicas" (HARADA, 2011).

Ressalta o autor:

> Por se caracterizar como órgão dotado de autonomia jurídica que, às vezes, cumpre o papel de auxiliar do Poder Legislativo, os membros das Cortes de Contas não se submetem à fiscalização do Conselho Nacional de Magistratura – CNM –, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP –, nem à fiscalização do Poder Legislativo, muito menos do Poder Executivo (HARADA, 2011).

Harada (2011), também, lembra que há relação entre os princípios da legalidade tributária e o das despesas públicas. Ressalta o autor:

> As despesas públicas devem corresponder invariavelmente aos dispêndios relacionados com finalidades de interesse público que são aqueles interesses coletivos encampados pelo Estado. Daí porque essas despesas hão de estar previamente fixadas na lei orçamentária anual para sua fiel execução. A sociedade que tem o dever de pagar tributos tem o direito de ver onde, quando e como são gastos os recursos financeiros públicos (HARADA, 2011).

Ainda, Harada (2011) relembra as disposições constitucionais relativas ao desempenho legal dos tribunais de contas:

> Nesse contexto, os Tribunais de Contas exercem o importante papel de auxiliar o Poder Legislativo no controle e fiscalização da execução orçamentária. Porém, a Corte de Contas não é mero órgão auxiliar do Poder Legislativo, pois a par dessa função de auxiliar (art. 71, I e VII da CF) ela recebeu diretamente do texto constitucional atribuições próprias que a habilita a desempenhar uma atividade contenciosa (art. 71, IV, V, VI, IX, X e XI da CF).

Particularmente, Giacomoni (2007, p. 341) relata sobre o papel institucional do TCU – Tribunal de Contas da União, o que pode ser estendido para seus pares estaduais e municipais, dizendo do seu alcance e "jurisdição própria e privativa em todo o território nacional sobre um conjunto variado de agentes", indicados na Carta Maior do país em seu artigo 70. Sua composição organizacional compreende ministros, auditores, ministério público, câmaras setoriais, comissões e secretaria, ainda, de acordo com Giacomoni (2007, p. 342-344).

A administração pública direta e indireta, conforme prescrições da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), está obrigada a atender demandas da sociedade através da prestação de informações periódicas aos órgãos fiscalizadores, particularmente aos tribunais de contas. No seu artigo 56, a LRF disciplina a abrangência das prestações de contas dos gestores públicos – Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sobre as quais apresentarão parecer prévio. O artigo 58 da LRF destaca o aspecto qualitativo das prestações de contas da gestão pública, quanto ao tema tributário:

> Art. 58. A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições (LRF).

A LRF (Lei Complementar nº. 101/2000) no seu início conceitua a responsabilidade na gestão fiscal como "a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas [...]". Decorre, também, daí a preocupação maior dos gestores em cumprir com maior denodo possível sua missão institucional, servindo à sociedade, que lhe outorgou um mandato, que, segundo Castro (2008, p. 243-244), aqueles são gestores de dois tipos: "aquele que exerce um mandato e foi eleito pelo voto popular para governar [...] e aquele que exerce uma função pública por designação, direta ou indireta, de um dos gestores eleitos", mas a ambos imputam-se as obrigações legais quanto à observância dos princípios da administração pública, dos orçamentários e do código de ética público.

Castro (2008) chama a atenção para os gestores que não se preocupam de modo eficiente em "prestar contas à sociedade das ações desenvolvidas para solucionar os problemas da comunidade", sobre as quais devem satisfação ao órgão institucional fiscalizador: os tribunais de contas. No processo de fiscalização das contas, são abrangidos "todos os recursos, orçamentários e extra-orçamentários, utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pela unidade jurisdicionada ou pelos quais ela responda [inclusive de fundos contábeis]", segundo Castro (2008, p. 249).

O autor (Castro, 2008, p. 250), ainda, cita relação de "peças" a comporem o processo de contas: "rol de responsáveis", "relatório de gestão", "demonstrativos contábeis", "declaração [sobre bens dos responsáveis]", "relatórios e pareceres [de órgãos e entidades sobre as contas]", "certificado de auditoria [de controle interno]", "relatório de auditoria de gestão", "parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno" e "pronunciamento do Ministro de Estado [sobre as contas]".

3. TRIBUNAIS DE CONTAS, GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA E OS PARÂMETROS PRÁTICOS LEGAIS

A origem dos tribunais de contas, conforme relata Delgado (2006), se dá na Alemanha, Berlim, no ano de 1714, "por inspiração do Rei Frederico Guilherme I, da Prússia. Naquela época foi criado um órgão colegiado chamado de Controladoria Geral de Contas que, em 1818, passou a ser denominado de Contadoria Geral de Contas e com sede em Potsdam".

Moraes (apud DELGADO, 2006) historia acerca dos tribunais de contas em algumas partes do mundo, demonstrando no seu discorrer curiosidades e semelhanças existentes entre as Cortes de Contas, por exemplo:

> a Contadoria de Contas da Prússia foi transformada no Tribunal de Contas do Reich Alemão, deixando de existir após a 2a Grande Guerra e sendo substituído, na então República Federal da Alemanha, pelo Tribunal Federal de Contas, cuja previsão encontra-se no art. 114 da Lei Fundamental [...]

Delgado (2006) relata sobre as experiências legais de Argentina, Chile, Espanha e Portugal, em suas Cartas Magnas. A Carta argentina, resultante de um processo constituinte, em 1994, prescreve no seu artigo 85:

> El control externo del sector público nacional en sus aspectos patrimoniales, económicos, financieros y operativos, será una atribución propia del Poder Legislativo. El examen y la opinión del Poder Legislativo sobre el desempeño y situación general de la administración pública estarán sustentados en los dictámenes de la Auditoría General de la Nación.

Ainda, Delgado (2006) relata sobre as Cartas chilena (de 1980, reformada em 2003), espanhola e portuguesa:

> [Chile. Artículo 87] Un organismo autónomo con el nombre de Contraloría General de la República ejercerá el control de la legalidad de los actos de la Administración, fiscalizará el ingreso y la inversión de los fondos del Fisco, de las municipalidades y de los de-más organismos y servidos que determinen las leyes; [...]
> [Espanha] Artículo 136. El Tribunal de Cuentas es el supremo órgano fiscalizador de las cuentas y de la gestión económica del Estado, así como del sector público. Dependerá directamente de las Cortes Generales y ejercerá sus funciones por delegación de ellas en el examen y comprobación de la Cuenta General del Estado.
> Art. 214°. (Tribunal de Contas).
> 1. O Tribunal de Contas é o órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe, competindo-lhe, nomeadamente: [...]

A natureza jurídica dos tribunais de contas é discutida amplamente em vista de suas atividades serem perceptíveis, nas mais das vezes, de forma não muito agradável pela sociedade. De conformidade com Magalhães (2010), os tribunais de contas no Brasil são visíveis pelo seu vínculo constitucional com o Poder Legislativo, "como órgão auxiliar" de controle e fiscalização, de acordo com artigo 71 da Carta Magna.

Incisivamente, Magalhães (2010) ressalta que "é importante analisar as prerrogativas conferidas aos Ministros do Tribunal de Contas da União e aos Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais". Segundo a Carta Maior do país, no seu artigo 73, § 3°., referida por Magalhães (2010):

> Artigo 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 96 [competências privativas dos tribunais de todas as esferas públicas]. Parágrafo 3°. *Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça*, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do artigo 40 [assegurado regime de previdência de caráter contributivo].

Nos estados, observa o autor retro (MAGALHÃES, 2010), é reproduzida a disposição constitucional aludida, estendendo aos conselheiros dos tribunais de contas as mesmas prerrogativas dos desembargadores. Ainda, Magalhães (2010) se refere à tentativa da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro de "fiscalizar os Conselheiros do Tribunal de Contas daquele Estado, medida semelhante à que tem, atualmente, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público". Tal intenção através da Emenda Constitucional n°. 40/2009 sofreu reação e gerou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n°. 4190, tramitada no STF – Supremo Tribunal Federal pela iniciativa Associação dos Tribunais de Contas. Conforme Magalhães (2010), o Pleno do STF concedeu liminar em vista "De relatoria do Ministro Celso de Mello, a ADI 4190 teve seu pedido de medida liminar apreciado e a segurança foi concedida, declarando, momentaneamente, inconstitucional todo o texto da emenda constitucional 40/2009".

Sustenta Magalhães (2010) que, em vista da necessidade de se controlar e fiscalizar os tribunais de contas do país, mister se faz a geração de emenda constitucional para "criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, ou então integrar as Cortes de Contas no rol de instituições subordinadas ao crivo do Conselho Nacional de Justiça". A segunda opção proposta por Magalhães seria enaltecida pela sociedade, certamente, pois reina em seu meio esse anseio de se promover o controle desses tribunais. Observa-se neste momento no Brasil que, enquanto o judiciário sofre ações moralizadoras do CNJ e os procuradores de justiça, do CNMP, os conselheiros dos tribunais de contas estão à solta, sem quaisquer controles (MAGALHÃES, 2010).

Na sua relação com os tribunais de contas, a administração pública brasileira se estrutura em – Gabinetes, Ministérios, Secretarias (Administração Direta), Autarquias, Fundações, Empresas públicas, Sociedades de economia mista (Administração Indireta) etc. – que visa à eficiência da gestão governamental, conforme Castro (2008). Todas devem atender aos princípios constitucionais de administração pública presentes no artigo 37, *caput*, da Carta Magna brasileira de 1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Os recursos financeiros da administração pública brasileira, segundo Castro (2008), originam-se da atividade financeira que esta realiza como parte da atividade do Estado. Ressalta Castro (2008, p. 24): "A existência de uma estrutura administrativa só se justifica, se ela visa atingir o objetivo do Estado, que pode ser traduzido, de maneira sucinta, como sendo o bem comum da sociedade. A Administração pública é que viabiliza esse objetivo".

O alcance dos objetivos da Administração Pública decorre de atividades relativas a educação, saúde, política, economia e outras, cujo nome é "atividade-fim", que Castro (2008, p. 24) traduz como aquela que afeta "diretamente o público-alvo da gestão pública, que é a população ou que tenham efeito sobre o problema que se quer resolver", [também] "ações que visam a atender as obrigações do governo, como manter o atendimento à seguridade social da população".

Atendendo a todas as disposições constitucionais, legais e normativas, a administração pública brasileira deve observar a "legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas" e prestar contas de suas atividades aos tribunais de contas (arts. 70 e 71, CF/1988). São esses aspectos que estão ao alcance dos tribunais de contas em todos os níveis federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios juntamente com seus órgãos e suas entidades antes aludidos.

Castro (2008, p. 252-253) destaca os indicadores para aferir a eficiência e a eficácia "das ações desenvolvidas pela entidade para atender os requisitos de avaliação fixados no Art. 74 da Constituição [propósitos do controle interno na administração pública]", os quais possuem características:

- representatividade [...] expressão das ações essenciais da entidade [...];
- homogeneidade [...] devem ser consideradas apenas variáveis homogêneas;
- praticidade [...] realmente funciona na pratica e permite tomada de decisões gerenciais;
- validade [...] deve refletir a ação a ser monitorada;
- independência [...] medir os resultados atribuíveis às ações que se quer monitorar;
- simplicidade [...] fácil compreensão e não envolver dificuldades de cálculo ou de uso;
- cobertura [...] representar adequadamente a amplitude e a diversidade de características do fenômeno monitorado;
- economicidade [...] manutenção da base de dados não pode ser dispendiosa;
- acessibilidade [...] facilidade de acesso às informações primárias;
- estabilidade [...] das variáveis componentes e do próprio indicador [e] dos procedimentos para sua elaboração;
- confiabilidade [...] fonte dos dados, utilizada para o cálculo do indicador, seja confiável [para] chegar aos mesmos resultados. (CASTRO, 2008, p. 252-253)

As atividades de controle interno, segundo Castro (2008), em vista das prestações de contas aos tribunais devem envolver:

- relação custo/beneficio;
- qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários;

- delegação de poderes e definição de responsabilidades;
- segregação de funções;
- instruções devidamente formalizadas;
- controle sobre as transações;
- aderência a diretrizes e normas legais. (CASTRO, 2008, p. 253-254).

As circunstâncias supraelencadas refletem as relações muito próximas entre a administração pública e os órgãos fiscalizadores, tribunais de contas que cumprem seu papel constitucional e legal de recepcionar as contas dos gestores públicos, porém, esses julgadores, não sofrem o mesmo processo por parte de outros órgãos fiscalizadores públicos, por isso surgiu a ideia de se instituir um Conselho Nacional de Tribunais de Contas com a incumbência legal de exercer sobre eles a fiscalização externa de seus atos administrativos, operacionais e gerenciais.

4. AS COMPETÊNCIAS LEGAIS DE UM CNTC

O Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC) será um órgão de controle externo semelhante ao Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conforme Emenda Constitucional nº. 45/2004 – a conhecida "Reforma do Judiciário". Segundo FILHO (2011, p. 4), o CNTC visará ao resgate da "confiança e a credibilidade das Cortes de Contas" tão ultrajadas pelos comportamentos inadequados e antiéticos de seus representantes e

> envoltas pela cooptação da vontade política, em total descrédito dos seus ideais. A nova instituição terá como encargo exercer o controle sobre a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU), dos estados, dos municípios e do Distrito Federal como medida para combater a corrupção, que há bastante tempo vem assolando o nosso País e corroendo a estrutura do Estado e, consequentemente, as instituições democráticas.

O Conselho Nacional dos Tribunais de Contas possibilitará a uniformização das decisões e avaliações de todo o sistema, avançando no sentido da transparência. Conforme Filho, autor da PEC 28/2007 (acrescenta o artigo 73-A à Carta Maior, que cria o CNTC), assim define sua criação: "um grande avanço no Brasil, pois será possível uniformizar as decisões dos tribunais e fazer avaliações de todo o sistema, agilizando o sistema de controle de contas no País e avançando no sentido da transparência" (HARADA, 2011).

O papel dos tribunais de contas é fiscalizar as atividades administrativas e operacionais de todos os órgãos administrativos de todos os entes públicos e políticos do país, na forma de uma auditoria externa, analisando aquelas atividades, os órgãos e suas competências como relata Almeida (2010, p. 1):

> Esta fiscalização e revisão são os elementos fundamentais do controle, sempre calcados no princípio da legalidade. A fiscalização nada mais é que o poder de verificação das atividades dos órgãos e agentes administrativos; é a verificação de que as atividades públicas estão cumprindo suas finalidades, enquanto a revisão é o poder de corrigir condutas administrativas, seja porque eivadas de vícios de legalidade, seja em função de mudanças nas políticas públicas.

Atualmente, há três propostas de Emenda Constitucional (PEC): a de número 28/2007, de iniciativa do Deputado Vital do Rêgo Filho; a 146/2007, de iniciativa do Deputado Jackson Barreto, e a de n° 30/2007, do Senado Federal. Todas estão em tramitação no Congresso Nacional. Essas três propostas contemplam as atribuições básicas do Conselho de controlar a atuação administrativa e financeira das Cortes de Contas, de controlar os deveres funcionais dos membros da Corte de Contas e de representar ao Ministério Público.

De acordo com posições de autores (HARADA, 2011; SINDILEGIS, 2011) as PECs em tramitação no Congresso Nacional estão em processo de análise e alterações já há algum tempo (em torno de seis anos!). Por exemplo, a PEC 28/2007 propõe, em seu texto substitutivo, a composição do CNTC com nove membros, a elaboração de uma lei orgânica nacional que "estabeleça o padrão mínimo de organização e funcionamento dos 34 Tribunais de Contas do Brasil, que fixará os critérios nacionais para indicação de ministros e conselheiros", além de propor concurso público para membros do MPC – Ministério Público de Contas e "servidores ocupantes de cargo efetivo" e criação de rito processual por normas gerais da União (HARADA, 2011).

Por sua vez a PEC 30/2007, no Senado Federal, estabelece de forma mais agigantada e prolixa a composição do CNTC a partir de 17 membros, assim:

> formado por Ministros, Conselheiros, servidores indicados por entidades de classe, cidadãos indicados pela Câmara e Senado e profissionais indicados por 5 (cinco) Conselhos de Fiscalização Profissional, como os Conselhos Federais da Ordem dos Advogados, de Contabilidade, de Administração, de Economia e de Engenharia (HARADA, 2011).

As duas PECs, que sofreram alterações em seus conteúdos originais, na visão do Sindilegis "não disporá de poderes para rever as decisões de controle externo proferidas no exercício da competência dos artigos 70 e 71 da Constituição, exatamente como funcionam os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público (CNJ e CNMP)", conforme Sindilegis (2011). Além disso, outro ponto de destaque é o papel a ser desempenhado pelo corregedor, que

> conduzirá as ações de controle disciplinar dos membros e servidores dos Tribunais e de promoção da correta administração das Cortes de Contas. No CNJ, o papel do corregedor é exercido pelo Ministro indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), cujas prerrogativas constitucionais são integralmente asseguradas aos Ministros do TCU (SINDILEGIS, 2011).

A PEC 146/2007, em relação às competências do CNTC, propõe:

> *PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 146, DE 2007*
> *Dá nova redação ao art. 75 da Constituição Federal e cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.*
> *Art. 1° A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 75-A:*
> *Art. 75 - A. O Conselho Nacional dos Tribunais de Contas compõe-se de treze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:*
> *I - dois Ministros do Tribunal de Contas da União, indicados pelo respectivo tribunal;*
> *II - dois Conselheiros de Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, de Tribunais ou Conselhos de Contas dos Municípios, indicados pelo Tribunal de Contas da União;*

III - dois membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, indicados pelo Procurador-Geral do respectivo Ministério Público;
IV - *um membro do Ministério Público junto a Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, de Tribunais ou Conselhos de Contas dos Municípios, indicado pelo Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;*
V - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
VI - dois contadores, indicados pelo Conselho Federal de Contabilidade;
VII - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. (HARADA, 2011).

Ainda, a retrocitada PEC prevê:

§ 1° O Conselho será presidido por um dos Ministros do Tribunal de Contas da União, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.
§ 2° Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
§ 3° Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Tribunal de Contas da União. (HARADA, 2011).

Quanto à competência do CNTC, a PEC prescreve:

4° Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal e dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar:
I- zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais atinentes à atividade de controle e fiscalização da Administração Pública, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;
II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos dos Tribunais de Contas, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Poder Judiciário;
III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal e dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, inclusive contra seus serviços auxiliares e Ministério Público, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais e das atribuições do Poder Judiciário, podendo avocar processos disciplinares em curso e aplicar sanções administrativas, assegurada ampla defesa;
V - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;
§ 5° O Ministro do Tribunal de Contas da União não eleito para a Presidência do Conselho exercerá a função de Ministro-Corregedor, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar, as seguintes:
I - receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros de Tribunais de Contas, Ministério Público a eles vinculados e seus serviços auxiliares;
II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;
§ 6° Junto ao Conselho oficiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil."
Art. 2° Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação. (HARADA, 2011).

A atuação futura de um CNTC certamente cercará de esperanças a sociedade, sedenta de um melhor tratamento a ser dispensado aos recursos públicos por ela recolhidos na forma de receita pública e demandados pelo atendimento de suas necessidades na forma de despesa pública.

5. AS POSSÍVEIS MELHORIAS DA GESTÃO PÚBLICA A PARTIR DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM CNTC

A plena atuação do CNTC no futuro possibilitará uma resposta aos anseios da sociedade quanto à melhor governança do setor público (Sindilegis, 2011), maior qualificação dos gestores públicos responsáveis pela arrecadação e aplicação dos recursos públicos originados do seio social e melhor controle e utilização dos artefatos técnicos à disposição das Cortes de Contas do Brasil, a fim de se otimizar a qualidade da gestão nacional.

Conforme manifestação do Sindilegis (2011),

> o CNTC poderá contribuir para a melhoria do padrão governança dos Tribunais de Contas desde que seja um órgão enxuto, com uma composição que lhe permita atuar tecnicamente, sem politização, previstas regras que elevem o grau de transparência da gestão das Cortes de Contas, tais como a institucionalização da Rede Nacional de Controle, atualmente coordenada pelo TCU mediante acordo voluntário dos participantes, e a obrigatoriedade de audiências públicas periódicas para os Tribunais prestarem contas à sociedade sobre sua gestão [PLCs nº. 229 e 248/2009].

Os PLCs (Projeto de Lei Complementar), aludidos neste trabalho, preveem, ainda, a criação, para os tribunais de contas, de "sistemas eletrônicos padronizados" e um Portal de Transparência que reúna todos os tribunais de contas do país com suas informações gerenciais, administrativas e financeiras, fato que contribuirá para "a uniformização tão almejada, sem comprometer [suas autonomias]".

A relação administração pública e tribunais de contas teria melhorias a partir de aplicação de critérios mais técnicos que políticos, ou um equilíbrio entre eles, vez que, hodiernamente, tem-se a prevalência destes sobre aqueles. É o que se depreende do relato de Delgado (2006), o que refletiria, implicitamente, as ações corretivas e de controle de um futuro CNTC:

> A maneira ordenada de se conceber o atuar dos Tribunais de Contas, por força dos resultados surgidos da integração das normas que os regem, em confronto com os princípios implícitos e explícitos definidos pela Constituição Federal, está a demonstrar o crescimento de suas atribuições na fiscalização da gestão da coisa pública e a *necessidade, imposta pela cidadania, de tornar-se eficaz e efetiva a disposição do Constituinte de 1988 de que a atividade pública há de ser exercida, de modo imperativo, vinculada, unicamente, à construção do bem-comum e apoiada em colunas construídas sobre bases de integridade, honestidade, transparência e amor à Nação* (DELGADO, 2006). (grifo nosso)

Delgado (2006) torna relevante o papel desempenhado pelos tribunais de contas a partir da prescrição constitucional relativa à sua atuação como auxiliar do Congresso

Nacional (CF, art. 71). Continuando, Delgado (2006) salienta, ainda, o papel da doutrina quanto ao estudo e à análise das "funções institucionais dos Tribunais de Contas no momento contemporâneo, em face das mudanças estruturais que estão sendo implantadas no Estado, especialmente, as já executadas no Brasil".

Fortalecendo seu posicionamento acerca do papel constitucional e institucional dos tribunais de contas, Delgado (2006) assevera que as mudanças pretendidas ou ansiadas pela sociedade reverberam nas atribuições constitucionais dos tribunais, que visam,

> na essência e no resultado, garantir o cumprimento dos princípios da moralidade, da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da impessoalidade e da eficiência por parte dos administradores públicos e semi-públicos (agentes privados vinculados ao Estado e que exercem, sob variados tipos de relação contratual, prestação de atos administrativos de império ou atos de gestão). (DELGADO, 2006).

Assim, pretende-se que, nesse campo vasto e multiplicador de ideias inovadoras, as atividades dos tribunais de contas revelem seu importante papel no processo democrático brasileiro, "haja vista ser impossível a tal órgão desenvolver a imposição das linhas mestras defendidas, fora das homenagens constantes aos princípios já mencionados, tudo em benefício da cidadania" (DELGADO, 2006).

6. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, pois foi necessária uma análise mais profunda sobre o assunto, e busca de percepção, entendimento e interpretação sobre a questão que foi estudada (RICHARDSON, 1999). De acordo com Richardson (1999, p. 90), "A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados, em lugar da produção de medidas qualitativas de características ou comportamento".

O método utilizado foi o dedutivo, pois esse método, segundo Gil (1999, p. 27), "parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica".

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi exploratória, pois há poucos estudos e pouca ou nenhuma literatura voltados para a Administração Pública relativa ao Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC). Segundo Gil (1999, p. 41), "as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou há constituir hipóteses".

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica, visto que esteve voltada para a Administração Pública e seu relacionamento com o CNTC e Tribunais de Contas, pois, para Gil (1999, p. 41), "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

Diante do exposto, o delineamento metodológico foi definido a partir da escolha do tema com o objetivo de pesquisar sobre a instituição de um futuro Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC) como forma de melhorar a gestão pública nacional, do levantamento bibliográfico de obras (artigos científicos, livros etc.) afins ao tema e ao estudo (GIL, 1999; ALMEIDA, 2010; PECs, 2007), da formulação do problema que visou

mostrar como o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas pode contribuir para a melhoria da administração pública brasileira, do plano inicial de estudo, da leitura e do fichamento de pontos principais do estudo e, por fim, da organização lógica do tema, que se organizou durante as leituras e os fichamentos.

7. CONSIDERAÇÕES

A administração pública nacional, como vista no decorrer deste trabalho, está obrigada ao cumprimento dos procedimentos administrativos e operacionais preditos pela legislação constitucional e infraconstitucional, cabendo aos gestores, responsáveis legais pela gestão, seguirem esses procederes. O vínculo dessa administração pública com os tribunais se dá pelo seu dever de prestar contas de seus atos periodicamente, de modo especial ao fim de cada período financeiro, estabelecido na legislação.

Por sua vez, os tribunais se vinculam indiretamente à sociedade, e diretamente aos representantes políticos dessa sociedade, ao terem de cumprir seus deveres constitucionais como anunciado, por exemplo, no artigo 71 da Carta Maior do Brasil. É nesse instante – de ter de cumprir seu papel constitucional, que emerge a figura do CNTC – Conselho Nacional dos Tribunais de Contas – como elemento novo de "controle do controle", o qual deverá submeter o órgão fiscalizador a sua fiscalização, visando à correição das ações fiscalizatórias, administrativas e operacionais dos tribunais de contas, algo muito ansiado pela sociedade brasileira.

As dúvidas que surgem da sociedade são as mesmas de hoje: será que o CNTC deverá mudar alguma coisa na relação tribunais de contas *versus* gestão pública? Deverá ele alterar e/ou melhorar o relacionamento político e técnico, permitindo que se crie nova visão Política dessa relação? Além dessas questões, mais uma se apresenta, e se refere à transparência dos atos públicos – com o CNTC a transparência será mais efetiva, realmente transparente a ponto de conseguir evidenciar os movimentos ilegais e permissivos de gestores públicos e políticos?

A pesquisa realizada com a temática CNTC permitiu que se vislumbrasse, particularmente, a importância da cidadania num momento em que a sociedade brasileira ansia por mudanças no campo de controle da *res publicae*, exigindo dos seus gestores: ética, responsabilidade, probidade e cumprimento dos dispositivos legais que os obrigam a esse controle.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geórgia C. de. **O papel dos Tribunais de Contas no Brasil**. Revista Jus Navigandi - Doutrina e Peças. 10/2005. Disponível em < http://jus.com.br/revista/texto/7487>. Acesso em 10.10.2012.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora. (Coleção Saraiva de Legislação) 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101. LRF**, de 04 de maio 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/ LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 12.05.2012.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria e Controle Interno na administração pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

DELGADO, José A. **Os Tribunais de Contas e a sua importância institucional.** Origem. Os Tribunais de Contas nas instituições da Alemanha, Argentina, Chile, Espanha e Portugal. Relação, no Brasil, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; TAVOLARO, Luiz Antonio. (Coord.). **Licitações e contratos administrativos**: uma visão atual à luz dos tribunais de contas. Curitiba: Juruá, 2006. p. 113-134.

FILHO, Vital do Rego. **Um plano Diretor para o Rio.** Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, nº. 43. Setembro 2011.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed.. São Paulo: Atlas, 1999.

HARADA, Kiyoshi. **Conselho Nacional dos Tribunais de Contas**. Artigo. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/conselho-nacional-dos-tribunais-de-contas>. Acesso em 12.10.2012.

MAGALHÃES, Bruno B. **Conselho dos TCUs***: necessidade ou extravagância? Artigo publicado na* Revista **Consultor Jurídico,** de 03 de abril de 2010. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2010-abr-03/conselho-nacional-tribunais-contas-necessidade-ou-extravagancia>. Acesso em 15.02. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SINDILEGIS. **Congresso pode criar Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. Artigo. 2011.** Disponível em <http://www.sindilegis.org.br/conteudo/ texto.asp?tipo=NoticiaSind&id=5191769162517743071976 77>. Acesso em 10.04.2012.

Σthφs & Σpisteφe
Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB – ANO VIII, VOLUME XVI – JULHO – DEZEMBRO 2012

A EPISTEMOLOGIA PRAGMÁTICA DE CHARLES PEIRCE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A DOCÊNCIA

Monique de Oliveira Paulo[1] Derlei Maria Correa Macedo[2]
Josefina Barrera Kahlil[3]

RESUMO

O presente artigo apresenta, de forma breve, alguns conceitos que permitem interligar saberes em busca de uma epistemologia pragmática, proposta por Charles Sanders Peirce, e suas possíveis contribuições para a docência. Nesse sentido, são explorados os conceitos de epistemologia e pragmatismo, visando trazer as ideias do próprio autor para o universo do fazer científico. Essa trajetória faz-se necessária ao longo deste estudo para uma compreensão ampla das ideias, em torno de uma filosofia da prática tratada e entendida como algo que deve orientar e modificar as ações, ou seja, as práticas no cotidiano do professor em sala de aula, para que possamos obter melhorias no ensino. Para isso, necessita-se compreender os percursos históricos do pragmatismo de Peirce. Além destes pontos, faremos uma breve análise da Semiótica proposta por Pierce e da sua contribuição para o pragmatismo atual.

Palavras-chave: Epistemologia; pragmatismo; filosofia; docência.

ABSTRACT

The article in hand presents, briefly, some concepts that allow a connection between different fields of knowledge oriented to a pragmatic epistemology, proposed by Charles Sanders Peirce, and its future contributions to the teaching. Under this perspective, concepts of epistemology and pragmatism will be explored, with the purpose of inserting the ideas from the same author into the universe of science-making. This course makes

[1] Licenciada em Matemática pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, Mestrado Acadêmico em Educação em Ciências na Amazônia da UEA. E-mail: nique_mat@hotmail.com

[2] Professora Especialista em Psicologia Psicopatologia e Técnicas Psicoterápicas da criança e adolescentes. Mestranda da Universidade d o Estado do Amazonas do Mestrado Acadêmico em Educação em Ciências na Amazônia. E-mail: derleimacedo@hotmail.com

[3] Doutora em Ciências Pedagógicas pela Universidade da Havana (2003). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia na Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: josefinabk@gmail.com

itself necessary for a wider comprehension of the subject, around a philosophy of teaching that should be understood as a guide to the day-to-day work of the teacher in the classroom so it can improve the science-teaching matter. To do so, it's required to understand the history of Peirce's pragmatism. Besides that, the article also demonstrates a short analysis of semiotics proposed by Peirce and its contribution to the pragmatism nowadays.

Keywords: Epistemology; pragmatism; philosophy; teaching.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordaremos a epistemologia pragmática de Charles Peirce com linha de pensamento norteadora instrumento de melhoria das práticas pedagógicas. Para iniciar essa discussão, apresentaremos aspectos referentes à epistemologia a qual orienta as práticas educacionais, sendo relevante a apresentação, ainda que breve, de um conceito de epistemologia. Desenvolver esta primeira parte – da discussão epistêmica – é de extrema importância pelo fato de proporcionar uma reflexão focada nos objetos de estudo sobre os quais a docência se apoia e, também, para buscar alguma alternativa de conhecimento sobre os caminhos percorridos para a compreensão desse objeto.

Ainda nesse contexto, veremos que não é possível falar de um pragmatismo único e homogêneo e sim, de vários. É com esse caráter pluralista que o pragmatismo perpassa por caminhos contrários ao espírito do cartesianismo, exibindo uma crítica à subjetividade. Utilizar a epistemologia de Peirce como base para tal discussão não é o bastante. Pretende-se ir além. Busca-se um entendimento do pragmatismo e também apresentá-lo como uma proposta epistemológica que possa contribuir com a ação do professor em sala de aula. Para isso, se faz necessário uma abordagem sistêmica do Pragmatismo bem como dos campos da Semiótica, uma das obras de maior influência na epistemologia pragmática de Charles Peirce.

2. PRESSUPOSTOS DA EPISTEMOLOGIA PRAGMÁTICA

Antes de entrarmos no campo do pragmatismo proposto por Charles Peirce, parece-nos importante delimitar o uso do conceito de epistemologia que permitirá o entendimento desta proposta de um modo mais simples. Ao estudarmos o termo epistemologia, chegaremos a uma concepção de que esta:

> [...] é o lugar da filosofia onde as questões sobre o conhecimento são discutidas: a possibilidade de conhecimento, sua validade e fundamentação. A epistemologia permite perguntar-se sobre se 'é possível o conhecimento?', 'o que conhecemos de fato?', 'que critérios de conhecimento podem ser considerados?' ou 'esses critérios são possíveis de existir?'" (SILVA, 2000).

O termo "epistemologia é de origem grega, e do ponto de vista etimológico, quer dizer: episteme (ciência) + logos (discurso/saber); assim, teríamos discurso científico ou saber científico" (SOUZA, 2010, p.5). Justificado o estudo do termo, passa-se ao exame do

mesmo. Como vimos, a epistemologia se ocupa com a produção do conhecimento e com os processos do conhecer. Não devemos ignorar as raízes sociais da produção do saber científico, porém, a epistemologia procura analisar criticamente as teorias científicas.

Pode-se remeter a origem da epistemologia a Platão ao tratar o conhecimento como "crença verdadeira e justificada". O desafio da epistemologia é responder "o que é" e "como" alcançamos o conhecimento? Diante dessas questões da epistemologia surgem duas posições: a primeira empirista, que diz que o conhecimento deve ser baseado na experiência, ou seja, no que for apreendido pelos sentidos. Como defensores desta posição destacam-se Locke, Berkeley e Hume; e a segunda racionalista, que prega que as fontes do conhecimento se encontram na razão, e não na experiência. Como defensores desta posição temos Leibniz e Descartes. Portanto, a epistemologia ou teoria do conhecimento é a crítica, estudo ou tratado do conhecimento da ciência, ou ainda, o estudo filosófico da origem, natureza e limites do conhecimento.

Seguindo nossa trajetória de estudo, trataremos agora da definição de Pragmática. O termo *pragmática* é derivado do grego *pragma*, significando coisa, objeto, principalmente no sentido de algo feito ou produzido, sendo que o verbo *pracein*, significa precisamente agir, fazer. Os romanos traduziram *pragm* pelo latim *res*, o termo genérico para coisa, perdendo talvez com isso a conotação do fazer ou agir presente no grego. Enquanto corrente filosófica o pragmatismo nasceu no final do século XIX e desenvolveu-se ao longo do século XX, principalmente nos Estados Unidos. Charles Sanders Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e posteriormente John Dewey (1859-1952), são os principais representantes desse pensamento em suas várias vertentes. Contemporaneamente Richard Rorty (1931-) se destaca como defendendo o que tem sido caracterizado como *neopragmatismo*. O filósofo de Harvard, Stanley Cavell (1926-) também pode ser incluído dentre os representantes do pragmatismo contemporâneo.

Encontramos, atualmente, várias acepções de pragmática e de pragmatismo, com origens historicamente diversas e diferenças profundas. Em linhas gerais podemos dizer que todas compartilham a atribuição de uma importância central à prática, à experiência concreta, aos aspectos aplicados do conhecimento e aos contextos concretos de uso, desde signos específicos e seus usuários até teorias científicas e suas aplicações. A *pragmática* de Peirce está voltada para a Semiótica que, como veremos, não seria apenas um segmento dos estudos da linguagem, mas o seu campo privilegiado. Os estudos sobre lógica, as noções de experiência e de problema, são atividades das quais uma parcela considerável dos filósofos pragmatistas se ocupam. *Pragma* tem a ver com prática, com experiência, e por isso falamos em pragmatismo. É uma filosofia que leva em conta a experiência, em todos os sentidos. Diante dos fatos, necessita-se avaliar se as contribuições teóricas de Charles Pierce possibilitam afirmar o pragmatismo como senso comum, ciência ou teoria do conhecimento; analisar as contribuições (possibilidades e limites) do pragmatismo como conhecimento científico; compreender os percursos do pragmatismo durante a história.

Esclareçamos a diferença entre pragmatismo e empirismo, visto que essas duas correntes filosóficas são assentadas na noção de experiência. Pois bem, a distinção se dá pelo modo como essas teorias entendem essa noção de experiência. Enquanto o empirismo (*lógica indutiva*) toma a experiência enquanto experiência passada, ou seja, como um patrimônio limitado que pode ser inventariado e sistematizado de forma absoluta, o pragmatismo (*lógica abdutiva*) entende a experiência como abertura para o futuro, ou

seja, como possibilidade de fundamentar a previsão, não em confronto com a experiência passada, mas em relação com o possível uso futuro dessa experiência passada.

A epistemologia é a chamada teoria do conhecimento e se preocupa com a produção do conhecimento e com os processos do conhecer. Enquanto a epistemologia procura analisar criticamente as teorias científicas do conhecimento o pragmatismo será o método pelo qual se construirá esse conhecimento, segundo William James (1842-1910), "um método com atitude: uma atitude de orientação, é nisto que o método pragmatista implica" (POGREBINSCHI, 2005, p.15). É esse o sentido mais amplo do pragmatismo, um método de análise que tem como objeto o significado dos conceitos, segundo Peirce é um método de pensamento, que se põe entre o objeto e seu significado. Isso está presente essencialmente no pensamento desse filósofo.

Em resumo o pragmatismo de Peirce é um método ou critério para determinar o significado dos conceitos, mediante a sua fixação da crença, pelo intermédio do hábito. O hábito é aquilo que nos leva a agir, pela posição de que o que verdadeiramente conhecemos é aquilo que nos afeta de tal modo que só podemos agir e defender algo dessa ou daquela forma em específico.

De acordo com Peirce "o pragmatismo é essencialmente um método e comparar concepções entre si a fim de saber da qual delas tem capacidade de modificar a conduta prática dos sujeitos e, nesse sentido, faz parte da lógica, e não da psicologia" (POGREBINSCHI, 2005, p.28). Mas o que viria a ser, então, uma *epistemologia pragmática?* Trata-se de uma questão de predominância da prática sobre a teoria. Na epistemologia pragmática, os objetos estão correlacionados, a partir da lógica, no processo de construção do conhecimento.

2.1 Peirce e o Clube Metafísico: A Origem do Pragmatismo

Charles Sanders Peirce nasceu no ano de 1839, em Cambridge, Massachussets, nos Estados Unidos, no dia 10 de setembro. Filho do matemático, físico e astrônomo Benjamin Peirce, o jovem Charles, sob influência paterna, foi cursar Física e Matemática na Universidade de Harvard em 1859, e se graduou em Química com a qualificação summa cum laude (aprovado com louvor) na Lawrence Scientific School em 1863. No ano de 1871, em Cambridge, Peirce passou a se reunir com um grupo de jovens universitários de diferentes cursos, em um clube por eles nomeado de "Clube Metafísico" (*Metaphisical Clube*), nome provocativo e escolhido ironicamente, o que foi comprovado alguns anos depois, com os resultados dos encontros.

De fato, quem hoje conhece os nomes de Charles s. Peirce, William James, Nicholas St. John Green, Oliver Wendell Holmes, Joseph Bangs Warner, John Fiske, Francis Ellingwood Abbot e Chauncey Wright, não se surpreende com a ironia apresentada pelo nome do grupo, que fazia suas reuniões com o objetivo de se opor à metafísica tradicional. Em uma dessas reuniões, por volta de 1872, Charles Peirce, apresentou aos seus colegas um rascunho de suas ideias e opiniões, produzidas com base nas discussões do grupo. Levado por essas ideias, ele pretendia escrever um livro sobre Lógica. A essas tais ideias e opiniões, Peirce chamou de *pragmatismo*, o apresentando inicialmente como um *método de determinar os significados de palavras difíceis*. (POGREBINSCHI, 2005, p.12). Mais tarde, entre o final de 1877 e início de 1978, seu rascunho

foi ampliado, aprimorado e publicado na forma de dois artigos, porém, tal fato não bastou para que o pragmatismo se propagasse no meio acadêmico e entre os intelectuais americanos. No entanto, foi somente cerca de vinte anos depois, em 1898, com textos de Wiliam James que o pragmatismo tornou-se conhecido pelo público e atravessou as fronteiras do seu país de origem.

Os estudos de James sobre o pragmatismo, e a ampliação que fez dos rascunhos de Peirce, fez com que este, por sua vez, resolvesse mudar o nome de sua teoria para *pragmaticismo* (*pragmaticism*), segundo ele uma "palavra feia o bastante para ser salva de sequestradores" (POGREBINSCHI, 2005, p.12). Entretanto, era tarde para mudar o nome de sua teoria, o pragmatismo havia tomado a forma de um movimento intelectual. Mas, apesar disso, James teve a humildade de revelar ao público que suas ideias advinham daquilo que seu colega Peirce denominava pragmatismo. A partir deste momento o pragmatismo se expandiu, enquanto tendência filosófica norte-americana conquistando adeptos no mundo inteiro.

Porém, por volta da metade do século XX, o pragmatismo foi praticamente eliminado do meio intelectual norte americano pela filosofia analítica. Mas, a partir da última quinzena do século XX, ele ressurge não só na Filosofia, mas em vários campos como: ciências sociais (sociologia e ciência política), direito e literatura. O pragmatismo, desde o seu nascimento, está em constante mudança e aperfeiçoamento, acoplando novos conhecimentos, novas teorias estendendo-se a várias ciências e fazendo com que as mesmas evoluam, sendo assim, *o pragmatismo não foi uma teoria que circunstâncias especiais levaram seus autores alimentar. Foi "*projetada e construída, para utilizar a expressão de Kant, arquitetonicamente" (PEIRCE 2003, p. 193).

Aquilo que os filósofos pragmatistas entendem por prático, por útil, deve ser bem compreendido para evitar equívocos conceituais. Para Peirce, conceito consiste nas consequências práticas de sua aplicação. O método pragmatista, desta forma, se contrapõe às metafísicas de caráter dogmático e propõe que o raciocínio seja guiado por métodos semelhantes aos da ciência, que incluem a observação dos fenômenos, a formulação de hipóteses, os testes práticos e a revisão de teorias. É por isso que o pragmatismo estranha qualquer ideia de verdade e certeza inatas ou absolutas.

Analisando a trajetória do pragmatismo filosófico, percebe-se que, de fato, a matriz filosófica do pragmatismo está em Charles S. Peirce, William James e John Dewey, pois neles encontramos a rigidez de um fiel núcleo teórico, precursor do pensamento pragmático, que depois de um longo caminho possibilitou o desenvolvimento do pragmatismo em outras áreas do conhecimento. Começando com Peirce e se estendendo por outros autores, essa epistemologia findou se consolidando. Mas, não há dúvidas de que Peirce é o pai do pragmatismo, pois foi ele quem o nomeou, o formulou inicialmente e expôs suas características principais. Ele foi o responsável pelo rigor científico e metodológico do pragmatismo.

Analisando as vertentes do pragmatismo criadas pelos filósofos precursores do assunto, observa-se que talvez o correto seria falar em pragmatismos, no plural, considerando as particularidades com que diferentes autores trataram o termo, desde os clássicos (Charles S. Peirce, William James, John Dewey e Ferdinand Schiller) até os contemporâneos (Lewis, Quine, Putnam, Davidson e Richard Rorty, entre outros).

Fazendo um aprofundamento do que já foi mencionado neste artigo, o pragmatismo não é único, não apresenta homogeneidade e o primeiro autor a sustentar essa ideia foi o

historiador alemão Arthur O. Lovejoy, em 1908. Assim como ele, Nicholas Rescher acredita que a partir de Peirce o pragmatismo vem assumindo três formas principais: uma de ordem semântica, outra de cunho epistemológico e a terceira de caráter ontológico. O *pragmatismo semântico*, voltado, puramente, para o tema da linguagem, baseia-se na ideia de que o significado das palavras consiste naquilo que é atribuído pelo seu próprio uso. Já o *pragmatismo epistemológico* defende que as crenças fornecem o critério apropriado para a verdade das mesmas. E por fim, o *pragmatismo ontológico ou metafísico* é aquele que afirma a predominância da prática sobre a teoria.

Rescher resume ainda essas três vertentes a uma classificação dualista e oposta: de um lado, o pragmatismo "da direita" e de outro o "da esquerda". O pragmatismo da esquerda é onde a teoria se mostra mais flexível e variável e abriga um relativismo cognoscitivo e também o pluralismo. Tal vertente, possivelmente seria adotada por James, e atualmente por Richard Rorty (1931-2007). Como já foi visto, em oposição, temos o pragmatismo da esquerda, que é o proposto por Peirce e outros como Putnam e o próprio Rescher, que consiste numa versão mais ampla da teoria, sendo objetivista e universalista.

2.2 Peirce Contra o Espírito do Cartesianismo

O termo pragmatista criou suas raízes na chamada Era Progressiva (1896-1914), iniciando com Charles Sanders Peirce, como mostra o presente artigo. O Pragmatismo questiona a significação da dúvida cartesiana e introduz a dúvida sobre a aplicação do conhecimento. Dessa forma, permanece a ideia de uma busca cooperativa da verdade para superar os reais problemas da ação, isto é, ocorre a tentativa de buscar assentar a cognição para a resolução de problemas reais.

Peirce aponta em sua obra intitulada Semiótica:

> [...] a cognição surge através de um processo contínuo. Devemos começar, portanto, com um *processo* de cognição, e com aquele processo cujas leis são melhor compreendidas e que seguem mais perto dos fatos externos. (PEIRCE, 2003, p. 261).

Opondo-se a René Descartes (1596-1650), que concebia o homem como dotado de ideias claras e distintas, para Peirce não temos nenhuma segurança de que nossas representações da realidade estão corretas. O máximo que podemos dizer é que funcionam e que, a longo prazo, nos aproximamos mais da verdade, na medida em que confrontamos a teoria com o objeto. Isto é o que Peirce chamava de doutrina do *falibilismo*. Tal doutrina nos afirma que é impossível saber se atingimos a verdade última a respeito de algo. Contamos apenas com um conhecimento provisório e falível. Por exemplo, a visão do homem a respeito do universo se modificou ao longo dos séculos, nos quais os instrumentos técnicos foram aperfeiçoados e o gênio matemático, testado. De Copérnico, Galileu, Kepler, Newton e Einstein, sabemos muito mais hoje sobre o universo do que os antigos povos da Grécia, China e Mesopotâmia, mas nada nos garante que tenhamos chegado a uma incompatibilidade insuperável entre a teoria da Relatividade e a mecânica quântica, que descrevem, respectivamente, o macro e o microcosmo. Pogrebinschi também cita essa oposição de Peirce ao cartesianismo:

> A radical oposição que Peirce estabelece em relação ao cartesianismo o leva a insistir em diversas negações: i) não existe um poder de introspecção; ii) não existe um poder de pensar sem signos; iii) não existe um poder de intuição; e iv) não existe uma concepção do absolutamente incognoscível. (POGREBINSHI, 2005 p. 27).

Segundo Peirce, o filósofo Descartes, comumente chamado de "pai" da Filosofia moderna, apresenta na sua filosofia nomeadamente as seguintes características: filosofia começa com a dúvida universal; teste último da certeza deve ser encontrado na consciência individual; argumentação numa cadeia única de inferências; factos que cartesianismo não só não explica, com deixa absolutamente inexplicáveis. No entanto, Peirce considera que a ciência e a lógica moderna requerem uma base diferente do cartesianismo.

2.3 A Semiótica de Peirce

Charles Sanders Peirce (1839-1914) é considerado não só o pai do pragmatismo, mas também da ciência dos signos, a Semiótica, com a qual pretendia uma teoria geral da representação. Peirce destacou-se por sua obra, de grande originalidade e complexidade, nos campos da Semiótica, da Teoria do conhecimento e da Filosofia da Ciência. Segundo ele, a Lógica está inserida na Semiótica, e essa é uma lógica da descoberta, nela estando presentes: a dedução referindo-se à necessidade, a Indução referindo-se à generalização e a abdução referindo-se à hipótese. Há uma ligação proposital entre o pragmatismo de Peirce e a Semiótica desenvolvida por ele, pois foi através desse elo que sua epistemologia se desenvolveu, assim como afirma Marcondes:

> Seu pragmatismo caracteriza-se pela concepção de signo que desenvolve em sua semiótica, valorizando as várias funções do signo e as várias formas de constituição do significado, mas também pela definição de verdade que defende em sua concepção de ciência, segundo a qual as teorias científicas são conjuntos de hipóteses cuja validade só pode ser determinada levando-se em conta sua eficácia e seu sucesso, ou seja, seus resultados, efeitos e conseqüências, portanto, a prática científica propriamente dita. (MARCONDES, 2000 p. 39)

Como vimos, Peirce concebia a Lógica dentro do campo do que ele chamava de teoria geral dos signos, ou Semiótica. Observa-se no livro de Peirce intitulado *Semiótica*, em seus textos: Divisão dos Signos e Ícone, Índice e Símbolo, que a lógica refere-se à semiótica, ou seja, pertence a uma doutrina dos signos. Pogrebinshi interpreta a noção de signo de Peirce:

> Não é possível pensar sem signos, pois o pensamento só pode ser conhecido por fatos externos e o único pensamento que pode ser conhecido é aquele que se estabelece por sinais, por signos. E uma vez que não existe pensamento que não pode ser conhecido, todo pensamento deve, necessariamente, ser feito de signos. (POGREBINSHI, 2005, p.27).

Explicando o conceito de signo, Peirce diz, em sua obra intitulada Semiótica, que "um signo é aquilo que sob determinado aspecto representa algo para alguém. Vai ao encontro de alguém, criando na mente desta pessoa um outro signo. O signo é uma

representação de seu objeto" (PEIRCE, 2003). Peirce, como diz Santaella (2005, p.19), foi um "Leonardo das ciências modernas". Uma das marcas do pensamento peirceano é a amplição da noção de signo e, consequentemente, da noção de linguagem. Os últimos 30 anos de sua vida foram dedicados a estudos acerca da Semiótica, para Peirce um sistema de lógica. O signo designa, em sentido lato, o **próprio signo**, o **objeto** e o **interpretante**, ou seja, a "coisa significada" e a "cognição produzida na mente". É a partir da relação do signo com o objeto que se determina ou se produz um interpretante.

Peirce compreende como signo ou representação qualquer coisa que esteja em qualquer relação com outra coisa. Surge numa determinada pessoa e dirige-se a uma outra, em cujo espírito cria um signo equivalente ou até mais desenvolvido. O signo criado é "interpretante" do primeiro. E assim sucessivamente.

A Semiótica peirciana pode ser considerada uma Filosofia Científica da Linguagem. A Fenomenologia é a ciência que permeia a Semiótica de Peirce, e deve ser entendida nesse contexto. Para Peirce, a Fenomenologia é a descrição e análise das experiências do homem, em todos os momentos da vida. Nesse sentido, o fenômeno é tudo aquilo que é percebido pelo homem, seja real ou não. Na verdade, podemos resumir dizendo que a Semiótica é uma teoria dos signos que serve para compreender a representação.

Seus estudos levaram ao que ele chamou de "Categorias do pensamento e da natureza", ou "Categorias universais do signo". São elas a *primeiridade*, que corresponde ao acaso, ou o fenômeno no seu estado puro que se apresenta à consciência, a *secundidade*, corresponde à ação e reação, é o conflito da consciência com o fenômeno, buscando entendê-lo. Por último a *terceiridade*, ou o processo, a mediação. É a interpretação e generalização dos fenômenos.

2.4 A Epistemologia Pragmática e sua Influência nas Tendências Pedagógicas

Inseridos na Filosofia pragmatista, entendemos que é necessário desconstruir e quebrar paradigmas; já que vivemos em uma época na qual a globalização e a tecnologia estão fortemente inseridas nas escolas. O que alguns professores não sabem, quando se deparam com o pragmatismo, é que muito do que foi feito em nosso país, em termos de cultura e educação, só teve êxito porque seus idealizadores eram pragmatistas. Uma tradição pouco paulista e muito mais carioca e nordestina de discussão cultural, embebida em pragmatismo, vingou no Brasil a partir dos anos vinte, algo que durou de forma bastante produtiva até os anos sessenta. Anísio Teixeira (1900-1971) foi o grande expoente do pragmatismo americano no Brasil. Esse pragmatismo se revelou como doutrina pioneira no campo da Filosofia da Educação dando lugar a uma tendência Liberal Renovada.

Sendo Anísio Teixeira um dos pioneiros dessa tendência, trouxe para o Brasil as ideias de John Dewey, no momento em que o país passava de uma sociedade rural para a industrializada, guiado pelo ideário de uma sociedade democrática. Paulo Freire (1921-1997) foi um seguidor de Anísio e, por intermédio deste, de John Dewey (1859-1952), outro grande filósofo americano, que, como vimos, também está na linha dos fundadores do pragmatismo. Na verdade, em relação às ideias, Charles Sanders Peirce gerou William James, que gerou John Dewey.

A tendência Liberal Renovada, ou Escola Nova, nos trouxe uma nova modalidade de aprendizagem, ligada a um novo conceito de aprender, objetivando sujeitos ativos com espírito investigativo. A Escola Nova reconhece a autonomia e liberdade da criança em seu diálogo com o conhecimento. Valoriza a criatividade e a socialização, através do lema "aprender a aprender" e "aprender fazendo".

Portanto, ao contrário a tendência Liberal Tradicional, na qual a atividade pedagógica estava centrada no professor, esta tendência é centrada no aluno, valorizando as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social, levando em conta os interesses do aluno. Quanto aos pressupostos de aprendizagem temos que, aprender se torna uma atividade de descoberta, é uma autoaprendizagem, sendo o ambiente apenas um meio estimulador. Só é retido aquilo que se incorpora à atividade do aluno, através da descoberta pessoal, o que é incorporado passa a compor a estrutura cognitiva para ser empregado em novas situações. É a tomada de consciência, segundo Piaget. O professor é um facilitador da aprendizagem, que auxilia o desenvolvimento livre e espontâneo da criança, ou seja, o aluno passa a ser um sujeito ativo.

Acentua-se, nessa tendência, o papel da escola na formação de atitudes, razão pela qual deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos do que com os pedagógicos ou sociais. Todo o esforço deve visar a uma mudança dentro do indivíduo, ou seja, a uma adequação pessoal às solicitações do ambiente. Porém, vale ressaltar que a influência do pragmatismo no ensino brasileiro não se resume a tendência escolanovista.

Observa-se, desta forma, que pouco parece fazer sentido no ensino se não se considera o seu estágio e objetivo inicial – que o aluno aprenda aquilo que o professor se propôs a ensinar. Não é o melhor discurso sobre a educação que está em jogo, mas sim a melhor práxis, eis o campo do pragmatismo que aceita teorias diversas, desde que possuam consequências práticas. Pragma tem a ver com prática, com experiência, e por isso falamos em pragmatismo. É uma filosofia que leva em conta a experiência, em todos os sentidos.

> Nesse sentido, em uma concepção pragmática do ensino, a tarefa do professor tomaria um outro rumo, uma vez que desse outro ponto de vista, as dificuldades de aprendizagem não se limitam ao entendimento, mas se devem essencialmente às barreiras que são colocadas pela vontade ao entendimento, a saber, a vontade de aceitar novos pontos de vista sobre a significação, novas regras a serem seguidas, distintas dos usos cotidianos. (GOTTSCHALK, 2007, p. 469).

Qual o sentido acerca do que se denomina por experiência na ótica do pensamento de Peirce? O filósofo revela-nos que há modos distintos de se conceber experiência. Segundo sua classificação das ciências, para todas as ciências especiais (Física, Química e Matemática, por exemplo) a experiência se daria em função de uma arte observacional que revelaria, por sua vez, o mundo. Contudo, quando se trata de Filosofia, 'experiência' é concebida como interpretação.

A ocupação do professor deve se consolidar, portanto, através da didática, na pesquisa sobre os melhores métodos para ensinar conteúdos específicos, eis a importância da epistemologia da prática. Deve-se conhecer, mesmo que basicamente, mas preferencialmente de modo profundo, como os indivíduos aprendem, eis a importância de uma teoria voltada, especificamente, para a prática, como o Pragmatismo de Peirce.

O Pragmatismo, como Peirce o concebe, é um método lógico-semiótico de clarificação das ideias. Peirce apresenta o pensamento como um sistema de ideias cuja única função é a produção da crença. A unidade do sistema reside na sua função. A função do pensamento é unicamente a de produzir a crença. A crença, por seu lado, é o apaziguamento da dúvida.

Assim, o que valida uma crença, segundo o pragmatismo clássico, não são suas propostas argumentativas ou o conforto que nos traz ao tornar agradável e suportável a realidade, mas sim, seus efeitos práticos concebíveis e a experiência futura, que irá confirmá-la ou não. Sendo assim, o Pragmatismo de Peirce só pode oferecer em troca uma existência mais criativa, num oceano de possibilidades. Nesse sentido, Pogrebinschi cita uma metáfora criada por Giovanne Papini:

> "O pragmatismo opera como o corredor de um hotel no qual cada quarto se encontra ocupado por uma teoria diferente, por uma tradição filosófica distinta. Este corredor dá acesso a todos os quartos, sem que se precise, contudo, escolher um deles para entrar. Ao passo que todos os hóspedes deste grande hotel que é o pensamento precisam, necessariamente, passar pelo corredor para entrar e sair de seus aposentos" (POGREBINSHI, 2005 p. 27).

Inseridos na atmosfera da Filosofia pragmatista, entendemos que é necessário desconstruir e quebrar paradigmas; já que vivemos em uma época na qual o ensino é o foco de muitos. E qual garantia o pragmatismo nos dá de que aprendemos com os erros, de que iremos atingir a verdade ou, quem sabe, a segurança de uma certeza qualquer? Para Peirce, nenhuma. Só podemos ter esperança de que, com uma boa educação, as pessoas se tornarão melhores. Do mesmo modo, aprendemos a duras custas que não existem soluções prontas para o a melhoria do ensino, pois o mesmo se faz de maneira conjunta e cotidiana.

O pragmatismo é uma filosofia humanista, a afirmar que o homem cria seus próprios valores, que a realidade está em formação e nossas verdades são produtos artificiais. Para os pragmáticos, os métodos de ensino devem se concentrar na resolução de problemas, em experimentação e projetos, muitas vezes tendo os alunos trabalhando em grupos. O currículo deve permitir a interação das disciplinas para que o aluno se concentre na resolução de problemas de forma interdisciplinar. Em vez de impor corpos organizados de conhecimento para os alunos, os pragmáticos acreditam que os alunos devem aplicar os seus conhecimentos a situações reais, por meio da pesquisa experimental. Isso prepara os alunos para a cidadania, a vida diária e as futuras carreiras.

Percebe-se, enfim, que a Filosofia pragmatista apresenta-se como ferramenta-chave no processo de construção e amadurecimento do questionamento reflexivo, ponto de grande relevância a ser alcançado na formação dos saberes filosóficos, éticos e morais, necessário à formação de cidadãos críticos.

CONSIDERAÇÕES

Charles Sanders Peirce (1839-1914) foi um dos mais sólidos filósofos norte-americanos. Formado em Física e Química pela Universidade de Harvard, destacou-se nos estudos de matemática (teoria da probabilidade), de lógica (desenvolvimento da álgebra de

Boole e formulação da lógica dos grafos existenciais) e, sobretudo, da filosofia das ciências (teoria dos argumentos abdutivos, dedutivos e indutivos). Fundador, universalmente conhecido, do Pragmatismo norte-americano, tem seu nome associado à formulação de uma das mais originais e bem elaboradas teorias gerais do signo: a Semiótica peirceana.

A epistemologia de Peirce nos traz uma ampla visão das formas de interpretação, desencadeando uma série de ideias que podem ser trabalhadas no contexto filosófico. A ideia de que o pragmatismo é um método voltado para a prática, a questão da Semiótica, que faz a interpretação de signos, a Lógica também está presente em seu legado e assim há uma interligação entre tais teorias.

Apesar de o pragmatismo ter surgido do debate promovido por um grupo de jovens que se auto intitulava, ironicamente, "clube metafísico" os membros deste grupo não compartilharam das mesmas concepções e formulações pragmáticas. O fato de ter sido o pragmatismo uma concepção filosófica assimilada paradigmaticamente pelo pensamento pedagógico de vários países, durante longo período, não se justifica o equívoco de compreender seus contrastes internos como um sistema homogêneo de ideias. O pensamento pedagógico brasileiro dá exemplos de equívocos desta natureza quando reduz o pragmatismo à sua tradução escolanovista, analisando a prática pedagógica escolar como expressão suficiente daquela concepção filosófica, pois o arcabouço teórico do pragmatismo não se restringe somente aos estudos de John Dewey e seu discípulo brasileiro Anísio Teixeira.

Logo, o pragmatismo se insere como o modo imediato de tornar claro todo conceito, fazendo com que retornemos ao hábito que esse conceito cria em nossas mentes, formando assim seu significado, que é nesse sentido, a expressão do pensamento lógico do interpretante, que consegue reconhecer, não criar, nas várias possibilidades que circundam as consequências práticas esperadas do objeto, aquelas que verdadeiramente constituem o seu significado.

A trajetória do pragmatismo nos leva a um campo epistemológico, de grande relevância filosófica, e do qual precisamos para atingir melhorias na construção de conhecimentos científicos, ação de grande complexidade. Olhando para o ensino como uma válvula de escape para o saber científico e considerando tudo o que foi exposto até aqui, percebe-se que a epistemologia pragmática de Peirce é, de fato, um forte instrumento de melhoria para as atitudes do professor em sala de aula.

REFERÊNCIAS

GOTTSCHALK, Cristiane Maria Cornelia. **Uma concepção pragmática de ensino e aprendizagem.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.3, p. 459 -470, set./dez. 2007 459 Recebido em 10.04.06, aprovado em 16.08.07

PEIRCE, C. S. **Escritos Colegidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

POGREBINSHI, Thamy. **Pragmatismo**: teoria social e política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica.** São Paulo: Brasiliense. 2005.

SILVA. W. C. M. Pereira da. **Elementos para uma epistemologia pragmática para a psicologia**. III Seminário Interno do Curso de Psicologia da UCB, 2000, Brasília – DF. Textos para discussão – série Psicologia. Brasília – DF: Editora Universa, 2000

SOUZA, Rodrigo Augusto de. **A Filosofia de John Dewey e a Epistemologia Pragmatista.** Revista Redescrições – Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana. Ano 2, Número 1, 2010.

Σthφs & Σpistεμe
Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB – ANO VIII, VOLUME XVI – JULHO – DEZEMBRO 2012

HACIA LA BÚSQUEDA DE SOLUCIONES PRÁCTICAS EN LA DISMINUCIÓN DE LAS MANIFESTACIONES DE CONDUCTAS AGRESIVAS

Lourdes Tarifa Lozano[1] Elsa de las Mercedes Cano Galarraga[2]
Regla de la Caridad Llerena Álvarez[3]

RESUMEN

La preparación de los profesores y las familias para contribuir al desarrollo del proceso pedagógico y el comportamiento en la comunidad, constituye una necesidad para la Educación General, dirigida a tener en cuenta las posibilidades y potencialidades de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas, siendo ésta la temática seleccionada para la investigación.Durante el diagnóstico pudimos detectar que son diversos los factores psicosociales que influyen en la manifestación de conductas agresivas por parte de los adolescentes estudiados, entre ellos: motivación, diferentes tipos de abusos hacia los adolescentes, integración de éstos al grupo por parte de los profesores, desconocimiento de los docentes y familiares sobre las características de esta etapa del desarrollo, dificultades en la atención y la concentración para el desarrollo de algunas actividades por parte de los adolescentes.Como parte de la intervención comunitaria en correspondencia con las dificultades detectadas en el diagnóstico, se insiste en la necesidad de la preparación de los docentes, adolescentes y familias, para contribuir a disminuir las manifestaciones de conductas agresivas.Durante el transcurso del estudio fueron empleados métodos teóricos y empíricos.

Palabras clave: profesores; conductas agresivas; adolescentes; diagnóstico.

ABSTRACT

The teachers and family´s training in order to contribute to the development of the pedagogical process as well as influence of de community constitute a need for the general Education which aims at taking into account the possibilities and potentialities of adolescents who have aggressive behavior to achieve a change of such behavior.The article

[1] Dra en Ciencias Pedagógicas, profesora titular. Universidad de Matanzas, Cuba
[2] MSc, profesora asistente. Universidad de Matanzas, Cuba.
[3] MSc, profesora auxiliar. Universidad de Matanzas, Cuba.

presents theoretical considerations on this topic and the results of diagnostic study. Through this study, the authoresses could determine the psycho-social factors that influence the different manifestations of aggressive behavior of adolescents. The main factors identified are child abuse and teachers and parents´ knowledge about the characteristics of this stage of development. The article also includes the behavioral effects caused by those factors. Theoretical and empirical methods were applied in the course of the research.

Keywords: aggressive behaviors; adolescents; diagnostic.

1. INTRODUCCIÓN

Los orígenes de la ayuda mutua se sitúan en la comunidad primitiva, donde sus miembros se intercambiaban artículos para la defensa y supervivencia, lo que demuestra la forma más incipiente de trabajo social o sea de ayuda al necesitado (Urrutia, 2003).

Con el desarrollo de las sociedades, las necesidades humanas se transformaron, las familias, los vecinos y las asociaciones de trabajadores brindaban atención a los pobres y este, por motivos religiosos es otra forma de ayuda, denominada caridad. Estas acciones se implementaron bajo la exclusiva responsabilidad de la Iglesia durante muchos años (Alayón. G.(s/a)). Al debilitarse la iglesia y ascender la burguesía a partir del siglo XV, la caridad comenzó a considerarse insuficiente para la solución de los problemas sociales creados por la desigualdad en la distribución de las riquezas.

En los finales del siglo XIX e inicios del XX, el capitalismo ya instaurado en todo el mundo, potencia su eficiencia económica sobre todo en Europa y Norteamérica, y genera a su vez conflictos y contradicciones sociales, entre ellas el aumento de los pobres. Se extiende la percepción de la pobreza como un problema social desestabilizador del sistema que debe ser atendido.

Según Urrutia, 2003 lo que originó el trabajo social como profesión fueron tres factores:

1. La situación de la clase obrera y de otros sectores marginados por la sociedad y con ello la aparición de manifestaciones en contra del poder burgués.
2. El desarrollo de las teorías sociales.
3. El surgimiento de iniciativas organizadas para encauzar la asistencia, como es el caso de la Charity Organization Society (COS: Sociedad de Organización de la Caridad, fundada en Londres en 1869) que tenía como objetivo eliminar el carácter anárquico de esa ayuda que se prestaba a los indigentes como respuesta a soluciones rápidas que mantuvieran el equilibrio social, dando paso a una acertada coordinación con las instituciones y grupos.

En Cuba, se aprobó en 1936 el Decreto Ley 708 sobre la asistencia pública, en el año 1938 se creó el patronato de servicios sociales, en 1943 aparece la primera escuela de trabajadores sociales en la Universidad de La Habana y en 1947 la asociación de asistencia social de Cuba hasta el 1956. (Alonso Freyre, J.; et al. 2004)

En el año 1959, se creó el Ministerio de Bienestar Social para la atención, prevención, asistencia y rehabilitación de individuos y grupos, el cual desapareció posteriormente,

tomando su lugar las organizaciones de masas como los Comité de Defensa de la Revolución (CDR) y la Federación de Mujeres Cubanas (FMC).

La crisis estructural y coyuntural producida en el país a finales de los años 80, trajo consigo una profunda modificación de las estrategias vitales de cada persona, pues significó entre otras cosas, una crisis en los fundamentos de la vida cotidiana, debido a que se produce un acelerado descenso de las condiciones socioeconómicas y por tanto de vida para la gran mayoría de hogares cubanos; la penetración ineludible de la cultura del mercado a través de las empresas mixtas, el turismo, el estrechamiento de los vínculos con la emigración, la inevitable introducción del tema del mercado en la vida familiar, hace que surjan distintos valores que distan de los legitimados en el proyecto social cubano. De ahí, que a nivel de individualidad se esté confrontando una marcada crisis de identidad psicosocial de carácter socio-histórico, ante todo en las nuevas generaciones, pero no solo en ellas.

A partir de 1989, Cuba se enfrentó a una crisis económica provocada entre otras causas por el derrumbe del campo socialista y el recrudecimiento del bloqueo norteamericano: el efecto de esta crisis se expresó en el plano social, por una parte en el surgimiento de problemas sociales inéditos y la reaparición de un conjunto de ellos, observándose nuevamente, formas de producción que ya habían sido superadas de una forma u otra en el pasado.

Conjuntamente con esto, aparecen desigualdades sociales y otras que se recrudecen, como: las diferencias de acceso y consumo no se sustentan sobre la base del valor del trabajo ni de la calificación profesional o técnica alcanzada, lo cual descalifica este valor y lo desconecta del salario y las aspiraciones de desarrollo profesional, la desigualdad en los niveles de ingreso y consumo de los diferentes hogares cubanos entre otras, que produce insatisfacciones desde el punto de vista comunitario, pues son percibidas como conflicto.

No obstante consolidar la justicia y la equidad en las nuevas condiciones requería de mayores esfuerzos, por lo que se pusieron en marcha más de 200 programas propiciando la atención directa a la mayoría de los sectores, donde la ayuda a los jóvenes fue un factor fundamental. Por tales razones, se impone en estos tiempos perfeccionar el trabajo comunitario en aras de una mayor participación social, rescatando con ello el protagonismo de las masas en las transformaciones sociales que se producen.

La presencia y agudización de algunas conductas negativas en una parte de la juventud cubana han hecho que actualmente exista en la sociedad una tendencia a hablar de crisis, pérdida, conflicto o cambio de valores en los jóvenes.

A escala mundial se le concede gran importancia al trabajo social ya que en sus distintas expresiones se dirige a las múltiples y complejas relaciones entre las personas y sus ambientes. Su misión es la de facilitar que todas las personas desarrollen plenamente sus potencialidades, enriquezcan sus vidas y la prevención de las disfunciones. El trabajo social profesional está enfocado a la solución de problemas y al cambio. (Menéndez Benavente I, 2006). Por ello, los trabajadores y educadores sociales son agentes de cambio en la sociedad y en las vidas de las personas, familias y comunidades para las que trabajan. El trabajo social es un sistema de valores, teoría y práctica interrelacionados entre sí.

La violencia es uno de los flagelos que generó cambios que afectaron al país producto a la crisis, la misma, como conducta negativa, ha ido proliferando y tomando fuerza en la población, principalmente en aquellos jóvenes y adolescentes que provienen de familias

disfuncionales, quienes se han visto involucrados en diferentes hechos que afectan la convivencia social.

La situación problemática descrita conduce a la formulación del problema científico de esta investigación: ¿Cómo contribuir a disminuir las manifestaciones de conducta agresiva en los adolescentes?

En correspondencia con el problema planteado se formula como objetivo: Diagnosticar las dificultades que presentan los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva para contribuir a disminuir las mimas, determinando las principales acciones a realizar.

Con la investigación se favorece la preparación de los docentes y la familia para contribuir a la disminución de manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes, en aras de propiciar un buen desarrollo del proceso docente y comportamiento social de los mismos.

DESARROLLO

La utilización de métodos científicos permitió constatar la ocurrencia de hechos vandálicos e indisciplinas sociales en las cuales se vincularon adolescentes de en edades comprendidas entre 13 y 15 años, algunos de estos se relacionan a continuación:

- Roturas de cristales de vidrieras en lugares públicos y de casas particulares.
- Tocar puertas en horarios nocturnos
- Vaciar depósitos de basura
- Riñas callejeras provocando lesiones severas.

En todas estas acciones se detectó la presencia de 26 adolescentes, constituyendo esta situación una preocupación de la comisión de prevención ya que se han producido hechos connotados con manifestaciones de conductas agresivas entre los estudiantes, por lo que se decidió realizar un diagnóstico en la misma con el objetivo de conocer el estado actual del problema, sus causas, consecuencias, y comportamiento de los 26 adolescentes implicados

Además en centros educacionales ocurrieron los siguientes hechos:

- Rotura de base material de estudio a estudiantes.
- Tirar tizas en horario docente en el aula.
- Roturas de equipos de videos y tv por parte de los estudiantes.
- Riñas entre estudiantes con lesiones leves
- Agresiones verbales a los profesores
- Lanzar huevos a la pizarra y orinar en búcaros
- Inhabilitar candados que mantienen cerradas las aulas

En todos estos sucesos participaron adolescentes.

Los profesores de estos adolescentes poseen experiencia en la labor educativa, aunque escasa preparación para atender los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva en aulas de 30 estudiantes.

Los adolescentes que participaron en las manifestaciones de conducta agresiva, poseen de forma general un coeficiente intelectual que oscila entre los límites de un normal y un normal bajo, la atención está afectada generalmente por un desinterés al estudio. El lenguaje es fluido, se expresan con orden lógico y con coherencia en sus ideas, aunque en ocasiones de forma atropellada.

El aprendizaje es normal con dificultades en Matemática, Física y en Lengua Española, dadas por la falta de atención. Presentan dificultades con el cumplimiento de los deberes escolares.

Se pudo constatar que les gusta mucho la asignatura Educación Física y practicar ejercicios al aire libre, así como participar en actividades culturales y asistir al laboratorio de Informática, ya que les proporciona satisfacción.

Los estados emocionales se muestran variables; en algunos momentos son cariñosos, amables y en otros son inaccesibles, poseen relaciones afectivas aceptables con algunos sus compañeros y profesores, aunque en ocasiones se sienten rechazados por estos últimos.

Les gusta participar en actividades pioneriles que se planifican dentro y fuera de la escuela, pero siempre ocurren altercados en los que se encuentran implicados.

Se valoró que existen adolescentes de los implicados en las manifestaciones agresivas que se desarrollan en un medio familiar desarrollador porque los padres proyectan una correcta educación a sus hijos, y se muestra diferente en el resto, ya que provienen de medios sub-culturales y disfuncionales agravado por una situación económica desfavorable.

Resultó necesario en la investigación estudiar y profundizar en cada caso de forma individual para elaborar una estrategia que respondiera a sus necesidades, por lo que se realizaron también caracterizaciones individuales.

Resultados del diagnóstico.

Para la realización del diagnóstico se utilizaron los instrumentos siguientes:

- Guía de observación a clases (Anexo I) y observación participante (Anexo VII)
- Estudio de documentos (Anexo II)
- Encuesta: se efectúa a profesores, directivos, adolescentes y familias. (Anexos III, IV, V, VI).
- Test de completar frases (Anexo VIII)

En las clases visitadas se evidencian dificultades en la atención a las diferencias individuales, se desarrollan limitadas habilidades en el trabajo independiente, predomina la explicación y orientación de actividades de forma frontal dirigida al grupo, insuficiente atención correctiva a los errores de pronunciación, cambios y omisiones en la lectura.

La escritura es ilegible, fragmentada, con transposiciones, cambios de grafemas y sustitución. No se atienden de forma diferenciada a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas. Constantemente se les está llamando la atención y señalando las cualidades negativas.

Se constatan dificultades como: escritura incorrecta de números, trabajo con ecuaciones y transposiciones de numerales.

Los adolescentes presentan dificultades para seguir las clases televisadas. La disciplina de los mismos no es la mejor, el profesor los agrede verbalmente.

En Educación Física el profesor restringe la participación de los adolescentes a los ejercicios de preparación física, en los turnos de deporte libre limitan la participación a deportes que son de fácil control impidiendo que los mismos se empleen en los que les son agradables.

Los instructores de arte brindan participación en las manifestaciones de canto, coro, danza, destacando y estimulando sus potencialidades.

Por otra parte en el estudio de los expedientes psicopedagógicos de los adolescentes investigados, no se registran de forma explícita todos los datos de interés que pueden fundamentar las características del desempeño del adolescente, el momento de su vida en que aparecieron las manifestaciones de conductas agresivas, así como sus posibles causas; no se describen aspectos de su comportamiento social.

Además, no aparecen descritas las características de cómo se desarrolla la orientación de estos adolescentes y las formas de socialización que emplean. Se aprecia poca profundidad en el análisis del contexto familiar y social que rodea al adolescente, se incluyen referencias a las enfermedades padecidas y al tratamiento seguido en cada caso. Se valora el aspecto cognitivo y el desarrollo intelectual.

Las descripciones acerca del comportamiento de los adolescentes durante la realización de las pruebas, son claras. Las recomendaciones que se brindan para la intervención psicopedagógica con los mismos, sólo reflejan los aspectos evaluados, faltan otros aspectos, que deben estimularse oportuna y necesariamente en los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Los expedientes acumulativos estudiados carecen de algunos fundamentos de cómo se interviene en la atención diferenciada e individualizada a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas. El estudio aborda insuficientemente las características específicas del desarrollo que se dan en estos adolescentes.

Para la valoración del desarrollo sólo se argumentan aspectos generales que pueden ser analizados en cualquier adolescente, la utilización de técnicas y pruebas sólo valoran el desarrollo del lenguaje, el cognitivo y en algunos casos de la afectividad, muy pocos valoran las manifestaciones conductuales.

Las recomendaciones que se ofrecen a los educadores para la intervención psicopedagógica, son generalizadoras y poco descriptivas; carecen de orientaciones para la estimulación del desarrollo de una conducta adecuada así como para la orientación.

En los planes de clases revisados se observa que no se adecuan los ejercicios en cuanto al modo de presentación y volumen, tampoco se aprecian actividades dirigidas a la atención diferenciada de los adolescentes objeto de estudio.

Se revisan las libretas y cuadernos de trabajo, los cuáles, se observan forrados, revisados, los errores están corregidos aunque se aprecian dificultades de escritura, se encuentra en ocasiones fragmentada, con errores ortográficos, transposiciones y sustituciones.

En las libretas de Matemática se evidencian ejercicios sin concluir, signos omitidos y mal colocados, transposición en numerales e igualdades omitidas. Estos errores se manifiestan también en los cuadernos de trabajo.

Es de señalar que en las libretas de tres de los adolescentes se encuentran tareas sin hacer y están revisadas sin la notificación de incumplimiento.

En la encuesta que se aplica a los docentes con el objetivo de conocer la preparación que poseen los mismos para brindar atención diferenciada a los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva, se ratifica que el 100% identifican a estos adolescentes por la tendencia a sobresalir por encima del resto del grupo.

El 75% reconocen que desconocen las causas que contribuyen a que estos adolescentes manifiesten conductas agresivas y su tratamiento pedagógico.

El 100% de los maestros presentan dificultades en dirigir la atención individualizada a estos adolescentes

De igual forma con el objetivo de determinar las necesidades que poseen los directivos para enfrentar la preparación de los profesores en función del trabajo con los alumnos que presentan manifestaciones de conducta agresiva fueron encuestados directivos y entre las temáticas que consideran más importantes en la preparación de los profesores refieren: las características psicopedagógicas de los alumnos con manifestaciones de conducta agresiva, aspectos del proceso de prevención, el trabajo con la familia, el trabajo con los adolescentes, entre otros.

Como posibles vías de preparación sugieren las siguientes: cursos de superación, clases demostrativas, sesiones de trabajo metodológico, el entrenamiento y los talleres.

En el análisis de las encuestas aplicadas de los directivos se puede apreciar que existen dificultades en la preparación de estos para atender metodológicamente a los profesores en el desarrollo de su labor preventiva, las cuales están dadas por la falta de preparación en el tratamiento de esta temática, la insuficiente utilización de todas las vías para la preparación de los profesores de secundaria en atención a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

También fueron encuestadas familias, con el objetivo de conocer los conocimientos que poseen sobre las manifestaciones de conductas agresivas y comportamiento social que tienen sus hijos, argumentan sobre el comportamiento de sus hijos tanto en la casa, como en el barrio, exponen algunos de los factores que han incidido en el desarrollo de sus hijos, plantean que los profesores poseen escasos conocimientos sobre estos, lo que dificulta que realicen actividades que erradiquen las dificultades en el aprendizaje y de comportamiento de los adolescentes y falla la orientación para realizar las tareas en el hogar.

Al aplicar pruebas pedagógicas a los adolescentes con manifestaciones de conductas violentas, se obtiene que el 66,7% presenta dificultades con la lectura, se constatan dificultades en la escritura de palabras y sus grafemas, muestran errores ortográficos y dificultades con la interpretación de textos.

Con respecto a la solución de ejercicios matemáticos y físicos se aprecian dificultades en el razonamiento de problemas.

La aplicación de la prueba psicométrica para medir el coeficiente intelectual de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas, para explorar el coeficiente de inteligencia se comprueba que el intelecto se comporta entre normal promedio, normal bajo, por lo que no existe afectación en su inteligencia.

De forma general se comprueba en todos los instrumentos aplicados las dificultades que presentan los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva y la falta de preparación y conocimiento de los docentes para la atención a estos. Además de conocer, al indagar dentro de las causas que provocaron estas conductas en los adolescentes, que en la mayoría de los casos estaban relacionados con algunas de las manifestaciones de abuso destacándose las siguientes:

Abuso emocional:

- Se da a través del abuso verbal. Por ejemplo: cuando el padre ataca al adolescente verbalmente gritándole, poniéndole apodos, usando el sarcasmo o el ridículo.
- Se da a través del abuso social, cuando los padres interfieren, directa o indirectamente, con el acceso de su hijo a la compañía de otros niños.
- Por enfermedades mentales y físicas de los padres.

El abuso emocional también viene en forma de rigidez, perfeccionismo y control. El perfeccionismo produce en el adolescente un profundo sentimiento de vergüenza tóxica, no importa cuánto hagas, nunca es suficiente.

Se pudo constatar que los profesores someten a los adolescentes a abuso de este tipo, pues constantemente los atacan verbalmente en el aula, lo que provoca la pérdida de respeto hacia la figura del profesor y que en casos extremos puede llegar hasta la agresión física.

Abuso Físico:

- Cuando es atacado con golpes, pellizcos, jalones, etc o es ignorado.
- Se le puede maltratar disfrazándolo de disciplina, el adolescente concluye que no vale, pierde la noción que es único e irrepetible.
- Hay abusos extremos en que se le rompen huesos, se le quema, se lastiman sus órganos internos o externos.

Abuso espiritual:

El abuso espiritual suele hacer referencia a un abusador que utiliza su mayor rango como ventaja sobre el abusado, poniendo a la víctima en un estado de obediencia incuestionable a la autoridad. Son todas las experiencias que distorsionan, retrasan o interfieren de alguna manera con el desarrollo espiritual del niño

El abuso espiritual suele incluir al menos una de las siguientes conductas: (Perlaza, M., 2008)

- Abuso psicológico.
- Acto o palabras que humillan, dañan o menosprecian la dignidad de la persona.
- Intimidación. Sumisión a una autoridad espiritual sin derecho a réplica.
- Control irracional sobre el derecho básico de la persona a tomar decisiones en temas espirituales.
- Acusaciones falsas y críticas repetitivas, etiquetando negativamente a la persona como desobediente, rebelde, falto de fe, demonizado, apóstata o enemigo de la iglesia.
- Aislamiento o separación de la familia y amigos debido a su filiación religiosa.
- Abusos sexuales

Como resultado del diagnóstico aplicado se pueden determinar las principales potencialidades y necesidades que caracterizan a los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva. Entre ellas se pueden significar las siguientes:

a) Potencialidades:

- Los adolescentes seleccionados en la muestra participaron con responsabilidad y entusiasmo en la aplicación de las actividades.
- Los adolescentes seleccionados en la muestra mostraron interés en el desarrollo de actividades deportivas y culturales
- Los adolescentes consideran posible la transformación de sus conductas y reconocen el interés de todas las influencias educativas de la comunidad

b) Necesidades:

- Los docentes realizan una inadecuada atención diferenciada a los adolescentes con manifestaciones de conducta agresiva, porque su preparación resulta insuficiente.
- Los docentes poseen limitado dominio sobre el tema relacionado con la prevención de manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes.

Se pudo constatar que la familia posee escasa preparación y orientación para satisfacer la ayuda pedagógica y social que necesitan los adolescentes.

Los resultados alcanzados demuestran la necesidad de realizar una estrategia pedagógica como parte de la intervención comunitaria para disminuir las manifestaciones de conducta agresiva en los adolescentes con el fin lograr un mejor desarrollo del proceso docente educativo y resolver problemas de la vida cotidiana, en la que estén representadas acciones preventivas y pedagógicas que contribuyan a la búsqueda de soluciones prácticas en la disminución de las manifestaciones de conductas agresivas de la siguiente forma:

1. Preparación de los adolescentes para eliminar las manifestaciones de conductas agresivas
2. Preparación de la familia para contribuir a eliminar las manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes
3. Preparación de los profesores para contribuir a la formación de los estudiantes y transformar las manifestaciones de conductas

Entre las temáticas que se consideran fundamentales para la preparación de adolescentes, docentes y familia se encuentran:

1. La conceptualización relacionada con manifestaciones de conductas agresivas. Factores que inciden.
2. Características de los adolescentes que muestran manifestaciones de conductas agresivas. Intervención.
3. Aspectos del proceso preventivo.
4. El trabajo con la familia e influencias educativas de la comunidad.

Como posibles vías de preparación las siguientes: Curso de superación, clases demostrativas, sesiones de trabajo metodológico, el entrenamiento, los talleres, cines debate, escuelas de padres.

CONCLUSIONES

La concepción de la prevención de las manifestaciones de conducta agresiva en los adolescentes en el contexto escuela-familia y la delimitación de sus dimensiones posibilita la determinación de regularidades expresadas en potencialidades y dificultades durante el proceso de prevención desde el contexto escuela-familia

Para contribuir a la prevención de manifestaciones de conducta agresiva en los adolescentes es necesario la sistematización de las acciones de preparación a los docentes para la atención a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas, la evaluación y control de las acciones pedagógicas, además del proceder metodológico que la integran, lo que posibilita la implicación del profesor y de la familia en un proceso conjunto para la prevención de las manifestaciones agresivas en los adolescentes.

BIBLIOGRAFÍA

ABRAMS, J MARQUEZ Y M HOGGS (s/a) The social psychology of inclusion and exclusion (pp. 211-241). Philadelphia: Psychology Press

ALAYÓN. G: (s/a) "El surgimiento del Trabajo Social". En: Selección de lecturas sobre Trabajo Social Comunitario.

ALONSO F; RIERA CM; RIVERO P R (2003): Gestar lo comunitario Edit. Feijoo. UCLV. Santa Clara. Cuba

ALONSO FREYRE, JOAQUÍN; et al. (2004) "Principios básicos del trabajo comunitario" en El Autodesarrollo Comunitario. Críticas a las mediaciones sociales recurrentes para la emancipación humana. (pp. 11-79) Centro de Estudios Comunitarios. Universidad Central "Marta Abreu" de las Villas. Santa Clara, Cuba: Editorial Feijoo

ANDER-EGG. (1985) E. El trabajo social como acción liberadora. Buenos Aires.

BERRA BORTOLOTTI, MARÍA JUANA; DUEÑAS FERNÁNDEZ, RAFAEL. (2009). Educación para la salud: conductas de riesgo en los adolescentes y jóvenes. Revista científica electrónica de psicología No.5 [Consultado 8 de septiembre de 2011]. Disponible en: <http://dgsa.uaeh.edu.mx/revista/psicologia/IMG/pdf/7_-_No._5.pdf>.

CABALLO, V Y SIMÓN, M.A. (2001). Manual de psicología clínica infantil y adolescente. Madrid. Pirámide

CAPERTON, GASTON & SEYMOUR, PAPERT (s/a) "Visiones para la Educación. La Plataforma Caperton-Papert". En Revista La Tecnología en la Enseñanza. Quipus, México.

CASTRO ALEGRET, PEDRO LUIS...et al. (2011). Enfoques y experiencias en las relaciones escuela-familia – comunidad. (CD-ROM). Curso 6, Pedagogía 2011. Ciudad de La Habana: Educación Cubana. Ministerio de Educación. ISBN 978-959-18-0605-5.

CUBA DÍAZ AGUADO, M J. (2004) Prevención de la violencia y lucha contra la exclusión desde la adolescencia. Madrid. INJUVE

EMLER N Y REICHER S (1995) Adolescence and delinquency. Oxford: Blackwell

_____ (2005) Delinquency: cause or consequence of social exclusion? En D

MASSÓ SALAZAR, LENIN (2012) Tesis en opción al grado científico de doctor en ciencias pedagógicas. Universidad de ciencias pedagógicas "Juan Marinello Vidaurreta" Matanzas, Cuba

MENÉNDEZ BENAVENTE I. (2006) Adolescencia y violencia: ¿Crisis o patología?

PERLAZA, MIGUEL Ph.D. (2008) "Exponiendo el Abuso Espiritual", Buenos Aires Argentina, Dunken, ISBN 978-987-02-2899-8

RIVERO PINO, RAMÓN (2004) "Quince ideas a considerar para implementar el trabajo comunitario integrado". CEC. UCLV, Santa Clara. Cuba.

RUTTER, M. GILLER, H. Y HAGELL, A. (2002).- La conducta antisocial de los jóvenes. Madrid. Cambridge.

SALDAÑA, C (2001).Detección y prevención en el aula de los problemas del adolescente. Madrid. Pirámide

SOTO RAMÍREZ. E. (2007) Sobre el diseño y otras consideraciones en la metodología de la investigación educativa (soporte digital). Curso de Metodología de la investigación educativa, p. 23

URRUTIA. L: (2003) "El Trabajo Social en Cuba. Desarrollo de una Profesión". En: Selección de lecturas sobre Sociología y Trabajo Social. Pág. 94.

Σthφs & Σpistεμe
Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB – ANO VIII, VOLUME XVI – JULHO – DEZEMBRO 2012

REFERENTES TEÓRICOS DE LAS PARTICULARIDADES GENERALES DE ADOLESCENTES CON MANIFESTACIONES DE CONDUCTAS AGRESIVAS

Regla de la Caridad Llerena Álvarez[1] Elsa de las Mercedes Cano Galarraga[2]
Lourdes Tarifa Lozano[3]

(Recebido em 20/09/2012, Aceito em 30/11/2012)

RESUMEN

La problemática de la violencia resulta ser un fenómeno social que afecta a todas las edades, clases sociales, etnias y razas; y por ello agrupa a todas las instituciones gubernamentales y sociales.Las manifestaciones crecientes de actos violentos en el mundo; constituye una preocupación de las máximas autoridades gubernamentales y sociales, así como de la población en general, resulta necesario que la comunidad científica se involucre y ponga los recursos intelectuales al servicio del análisis de las causas y condiciones que generan este mal asocial, con el objetivo de intentar reducir al máximo sus nocivas expresiones; pues es conocida la imposibilidad de su eliminación en tanto fenómeno inherente a la existencia misma de la sociedad.En el presente artículo las autoras sistematizan referentes teóricos relacionados con las características generales que particularizan a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas, así como métodos para desarrollar un trabajo preventivo que facilite la disminución de dichas conductas en estas edades.

Palabras clave: conductas agresivas, prevención, adolescentes

ABSTRACT

Since violence is a social phenomenon that affects people of different ages, different social classes, ethnic group and races; all the governmental and social institutions are involved in this problematic situation.The growing manifestations of violence in the world is one of the major concerns of governmental and social authorities as well as of the population in general, so it is necessary that the scientific community analyze the causes and conditions

[1] MSc, profesora auxiliar. Universidad de Matanzas, Cuba.
[2] MSc, profesora asistente. Universidad de Matanzas, Cuba
[3] Doctora en Ciencias Pedagógicas. Universidad de Matanzas. Cuba

that bring about this social problem in order to reduce as much as possible violent expressions.In this article the authoresses present a systematization of theoretical references related to the general characteristics that distinguish the adolescents have aggressive behavior.The article also provides methods to develop a preventive work that facilitates the reduction of such behavior in this stage of life.

Keywords: aggressive behavior, prevention, adolescents.

1. INTRODUCCIÓN

Una característica de la violencia es su capacidad para multiplicarse, expandir su dinámica y consecuencias, por lo que se hace necesario conocer los factores que la provocan. La experiencia con adolescentes ha permitido recoger valiosa información acerca de la violencia, que como fenómeno social se manifiesta en la conformación de grupos y se caracteriza por enfrentarse en nombre del centro educativo y de la comunidad donde habitan, causando daños físicos y materiales.

La atención a la diversidad de alumnos alcanza una extraordinaria importancia social en el campo educacional, constituye una dirección fundamental del trabajo del Ministerio de Educación para lograr la eficiencia del proceso pedagógico, que está sujeto a cambios y transformaciones, donde las concepciones educativas adquieren un mayor enfoque humanista. El alumno se ubica como centro y razón de ser esencial del proceso enseñanza--aprendizaje, con ello se promueve la atención de los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas.

Para organizar la labor de prevención social es necesario reflexionar acerca de qué es la prevención, lo que ha generado amplia bibliografía en correspondencia con la atención a los campos en que se producen las problemáticas y ha demandado la creación y participación de disímiles instituciones.

La violencia es uno de los flagelos que generó cambios que afectaron al país producto a la crisis. La misma, como conducta negativa, ha ido proliferando y tomando fuerza en la población, principalmente en aquellos jóvenes y adolescentes que provienen de familias disfuncionales, quienes se han visto involucrados en diferentes hechos que afectan la convivencia social, y es necesario realizar acciones encaminadas a su prevención.

La situación problemática descrita conduce a la formulación del problema científico de esta investigación: ¿Cuáles son los principales referentes teóricos acerca de las particularidades generales de adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas para contribuir a disminuir las manifestaciones de conducta agresiva en ellos?

En correspondencia con el problema planteado se formula como objetivo: Sistematizar teóricamente las particularidades generales de adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas y su contribución a disminuir las manifestaciones de conducta agresiva en ellos.

Con la investigación se favorece la preparación de los docentes y la familia para contribuir a la disminución de manifestaciones de conductas agresivas en los adolescentes, en aras de propiciar un buen desarrollo del proceso docente y comportamiento social de los mismos.

2. DESARROLLO

Desde búsquedas bibliográficas realizadas sobre el tema [Navarrete C (1999), López M y Chacón, F. (2000), Saldaña, C. (2001)] y concepto dado por Navarrete Calderón, C. y por Díaz Aguado, M J. (2004) en su obra Prevención de la violencia y lucha contra la exclusión desde la adolescencia, se asume, que **Prevención** es un *proceso* interventivo encaminado a *evitar, disminuir o eliminar* la incidencia de aquellos indicadores de naturaleza biológica, psicológica o social, *denominados factores de riesgo,* cuya presencia en la vida de la persona o grupo incrementa la probabilidad de quedar en desventaja social o sufrir daños y *potenciar* aquellas características personales o grupales positivas, llámense *factores de protección,* que aumentan la capacidad de respuesta ante los problemas y la posibilidad de evitar los daños.

Dentro del modelo de la prevención social existen tres niveles de acción, en el contexto de la psiquiatría preventiva: prevención primaria, secundaria y terciaria.

La labor de prevención en la investigación realizada se enmarca en los dos primeros niveles definiéndose de la siguiente manera:

Prevención primaria*:* es fundamentalmente proactiva, intenta desarrollar fortalezas, recursos adaptativos y salud en las personas y no reducir o contener déficit o problemas ya manifiestos. Los usuarios de este tipo de programas son personas que no presentan el problema en el momento de la intervención. Su objetivo es reducir la incidencia de los problemas sociales previniendo nuevos casos y sus principales estrategias son las educativas, no las de rehabilitación.

En este sentido se recomiendan varios tipos de estrategias: realizar estudios epidemiológicos sobre los factores de riesgo más relevantes y actuar en consecuencia; modificar los factores socio-ambientales que atentan contra el normal desarrollo psicosocial del individuo o que potencian la aparición de patrones de conductas asociados al problema; incrementar los recursos y habilidades personales de los individuos, de los que dependen su vulnerabilidad al problema; ayudar a los individuos a superar con éxito tanto crisis evolutivas como accidentales (López M, 1997).

Prevención secundaria: Intenta detectar el problema lo antes posible e intervenir en las primeras fases de evolución evitando que se desarrolle. Está dirigida a individuos ya afectados, para descubrir los casos existentes, proporcionarle tratamiento o usar el remedio eficaz para el problema, recurre a restablecer oportunidades sociales. Su objetivo es reducir la gravedad y/o duración del trastorno.

Dentro de las principales estrategias de prevención secundaria están: desarrollo de pruebas de detección precoz; la puesta en marcha de programas de intervención efectivos para reducir o eliminar la frecuencia, duración, intensidad o incapacitación producida por el problema; mejorar instituciones encargadas de la intervención; desarrollar estrategias apropiadas para la intervención en crisis, al objeto de reducir los efectos negativos de esta y aumentar su competencia para enfrentarse a posteriores situaciones vitales estresantes.

En el desarrollo de la investigación se apreció que a pesar de existir una opinión mayoritaria a favor de las acciones preventivas, el número de actuaciones de prevención es escaso producto a las limitaciones o barreras que se presentan siendo una de las principales urgencia presentar resultados positivos a corto plazo.

Al respecto se pudo constatar que la influencia de los profesores de los adolescentes objeto de estudio en esta investigación tampoco contribuyó al desarrollo de accio-

nes preventivas que pudieran persuadir a los adolescentes de participar en los sucesos ocurridos en el consejo popular que formaron parte de la indisciplina social, además de tributar al cambio de conducta de los mismos en el centro escolar.

2.1 Características de la adolescencia.

Otro término importante que se consideró en la investigación fue adolescencia. Luego de una consulta minuciosa de la bibliografía (Anne, Marie. (1984), Caballo, V y Simón, M.A. (2001). Cuba Díaz Aguado, MJ. (2004), Menéndez Benavente I (2006), se define como un proceso psicosocial, durante el cual el joven tiene que armonizar el nuevo funcionamiento de su cuerpo con conductas aceptables socialmente y así, poder formar una personalidad integrada en sus tres elementos básicos: biológico, psicológico y social.

La adolescencia es un fenómeno cultural y social y por lo tanto sus límites no se asocian fácilmente a características físicas. La palabra deriva del significado latino del verbo adolescere "crecer." El tiempo se identifica con cambios dramáticos ocurridos en el cuerpo, junto con progresos en la psicología y la carrera académica de una persona. En el inicio de la adolescencia, los niños terminan la escuela primaria y se incorporan generalmente la educación secundaria, tal como la escuela media.

Características de la adolescencia (Domínguez, G.L (2002)

- Época de cambios: En este período el joven o la joven comienzan a constatar cambios en su estado de ánimo, sensibilidad y no saben cómo manejarlos. Sienten nuevas tendencias instintivas y aún no tienen una capacidad de razonarlas, ni un equilibrio temperamental para afrontarlas con madurez.
- Época de búsqueda y autoafirmación de sí mismos: El adolescente rechaza todo lo que recibió en la niñez porque él quiere construirse un mundo por sí solo, hecho todo por él. Por eso rechaza hasta los valores que recibió en su familia. Busca nuevas amistades y adquiere una cierta actitud de rebeldía y de crítica ante todo, partiendo esto, de su deseo de autoafirmación.
- Época de formación de la personalidad: Es en esta etapa cuando, salvo alguna fuerte influencia posterior, queda ya formado el carácter y fijada la personalidad. El muchacho se hace colérico, flemático, sanguíneo, como temperamento dominante para siempre.
- Época de inseguridad personal: Los cambios de este período, su anhelo, convertido a veces en verdadera obsesión, por construirse su mundo, llevan al adolescente a experimentar una fuerte inseguridad e incertidumbre ante el futuro de la que quiere salir por sí solo, sin embargo, es cuando más afecto necesita. Es el momento en que las adolescentes se pasan mucho tiempo solas llorando o huyen absolutamente de la soledad. Las reacciones pueden ser contradictorias, pero siempre son objetivamente exageradas. Igual sucede con los jóvenes, que se hacen extrovertidos o introvertidos de forma exagerada, poco equilibrada. En los dos sexos aparece muy fuerte la búsqueda de afectos, de amistades íntimas y completas que compartan con ellos lo que no son capaces de decir a otros, precisamente por su inseguridad, porque se imaginan una reacción negativa.

- Época de formación de principios y convicciones: el niño de aproximadamente 11 a 13 años forma su gramática de valores en la que comienza a comprender el significado de lo que serán los grandes principios que regirán su vida. Después, en la adolescencia, fija definitivamente (salvo algún suceso grave que impacte en su vida) la jerarquía de valores, las convicciones que guiarán todo su comportamiento consciente y libre. Esto significa que estamos ante una época fundamental en la formación de la opción moral del futuro hombre o de la futura mujer.

Se asume además que la violencia, constituye, según Leif y Delay (1971), una conducta significativa en el adolescente; puede reducirse a un ademán o una palabra. Esta manera de proceder constituye un momento en la historia del sujeto, por estéril que sea, no podría ser considerada como una simple reacción ante el ataque o provocaciones del medio.

La violencia es uno de los flagelos que contribuyen al deterioro de la sociedad, todo esto marcado principalmente por la falta de comunicación que se establece entre los seres humanos y que trae como consecuencia que se incremente el potencial delictivo en la sociedad.

Uno de los sectores más débiles en este sentido lo constituye la población joven, producto a su propio desarrollo desean hacerse sentir, ser el centro de atención, por lo que no les cuesta trabajo manifestar determinadas conductas que inciden negativamente en el desarrollo social.

Hablar de violencia y adolescencia lleva inevitablemente a plantearse, el porqué de un fenómeno que cada vez más está ganando adictos o víctimas en una parte de la población joven.

En los últimos datos a nivel mundial, las cifras son alarmantes, acerca de violencia en la calle, (delitos y violencia en el ocio), la violencia en la casa, (violencia intrafamiliar) y la violencia en la escuela.

2.2 Relación que existe entre violencia y adolescencia

La adolescencia está considerada como una de las etapas de mayor estrés para los padres. Los hijos atraviesan un momento difícil, en el que la rebeldía, el inconformismo, la crisis de identidad multiplican los conflictos. La preocupación de los padres por el futuro de sus hijos, su educación, la influencia de sus amigos, que no tomen alcohol, ni drogas ni hagan mal uso del sexo, se añade al propio conflicto generacional.

En cualquier adolescente, los cambios hormonales y cerebrales, producen una verdadera revolución. Y la crisis, es decir, el punto de separación, de ruptura con la vida infantil, tiene unas claras características.

La crisis de oposición familiar es absolutamente normal y necesaria en cuanto a la necesidad que tienen de autoafirmarse, con necesidad de autonomía, de independencia intelectual y emocional. Esta crisis de oposición también se manifiesta a nivel social.

No sólo se oponen a los padres, a su entorno familiar, sino también a lo establecido. En este caso se estaría hablando de oposición social: de rebelión en cuanto a los sistemas de valores de los adultos y las ideas recibidas. Achacan al adulto sobretodo su falta de comprensión y el hecho de que atenta contra su independencia. Hay una necesidad clara

de participación: la uniformidad en el lenguaje y en la vestimenta de los adolescentes, no es más que la necesidad de encontrar un sitio en medio de la desorientación, encontrar el afecto que ya no aceptan de los padres, y ese hecho de ser considerado, aprobado por el propio grupo, a veces lo viven de una forma obsesiva, primando su actitud gregaria por encima de su propia individualidad.

Los sentimientos que acompañan a esta crisis de oposición que es determinante, necesaria y madurativa en esta etapa:

a) Son sentimientos de inseguridad**,** por esos mismos cambios que a veces no sabe asumir, para los cuales quizás no esté preparado. Desarrollan una fuerte falta de confianza en sí mismos.
b) Como respuesta a esa frustración, y a esa inseguridad se dan por supuesto conductas de agresividad que son un mecanismo habitual. La cólera del adolescente ante la negativa a sus exigencias, la irritabilidad, el descontrol de impulsos, las malas contestaciones, los portazos, las reacciones desmedidas en las peleas con los hermanos, con los compañeros, el enfrentamiento con el adulto, que de momento les supone una bajada de tensión pero que por supuesto es sólo momentánea, son claros ejemplos de una agresividad que si entra dentro de unos límites, forma parte de la crisis normal.

Sin embargo, la adolescencia es la ratificación de la educación de la infancia. Es la reválida como adultos, como padres, como profesores, pero también como sociedad. De la educación que se les da a esos niños, entre todos, dependen sus conductas actuales.

Por eso a veces esa crisis se complica y esa agresividad que se puede considerar normal, esos actos aislados, de agresividad se convierten en manifestaciones de conductas de violencia, con lo que ya se hablaría de una serie de conductas que causan daño a personas, cosas o animales o bien para obtener un beneficio, resolver un problema, ejercer control sobre otros, que sería una definición de violencia ,ejercida tanto con agresiones físicas, como verbales o incluso por ejemplo, con conductas de omisión de ayuda, en determinados casos.

Al abordar esta temática desde un enfoque de trabajo social, se considera que el desarrollo en este campo puede contribuir al mejoramiento de la sociedad, ya que las intervenciones de trabajo social abarcan desde los procesos psicosociales focalizados a nivel individual, hasta el compromiso con la política, la planificación y el desarrollo social.

Estos incluyen el asesoramiento, el trabajo social de casos, el trabajo social con grupos, la pedagogía social y el tratamiento y terapia familiar, así como esfuerzos para ayudar a las personas a obtener servicios y recursos comunitarios. Las intervenciones también incluyen la dirección de organismos, organización comunitaria y el compromiso con la acción sociopolítica para influir en la política social y el desarrollo económico.

2.4 Causas del comportamiento violento

En ocasiones, el adolescente se convierte en una persona violenta por no haber controlado desde la infancia un temperamento que tiende a la violencia. Hay niños que desde pequeños son menos obedientes, les cuesta más aceptar las normas o ajustarse a

una disciplina, tratan de imponer lo que quieren a la fuerza, sin respeto hacia el otro. Ante esto, los padres no deben ceder y deben hacerles comprender que nunca se les hará caso ni lograrán lo que pretenden cuando traten de conseguirlo mediante la fuerza.

Aquellos adolescentes que durante la infancia han vivido en un entorno familiar violento, suelen llegar a desarrollar comportamientos violentos, ya que los niños actúan por imitación y el ambiente condiciona la conducta. Por eso es importante que los niños víctimas o testigos de agresiones reciban ayuda psicológica de un profesional.

En todas las familias debe haber unas normas de convivencia que hay que respetar. Los padres deben poner límites a los hijos y explicarles el porqué de una situación. La ausencia de estas normas o de estos límites es ,en muchas ocasiones, la causa de la violencia en algunos adolescentes. Suele ser el caso de familias rotas o de padres despreocupados que no prestan la debida atención y vigilancia a sus hijos.

El consumo de alcohol y drogas suele estar también muy relacionado con la violencia. Se ha demostrado que los adolescentes que consumen alcohol y sustancias tóxicas tienen conductas más violentas que los adolescentes que no consumen, debido a los efectos que causa el consumo de estas sustancias como es el aumento de la impulsividad, euforia, cambios bruscos de humor, irritabilidad son factores que en determinadas circunstancias pueden inducir a la violencia.

Otras veces se llega a la violencia por problemas psicológicos, cuando no se ha podido conseguir un objetivo, por cobardía, frustraciones, complejos o por un sentimiento de inferioridad. Es el caso en que el adolescente quiere hacer daño conscientemente para sentirse mejor, por placer, en tal caso se encuentran ante un gran problema, ya que son actos realmente peligrosos que provienen de adolescentes enfermos con un problema de desajuste de la personalidad. Cuestión esta que se ratifica durante el desarrollo de la investigación, donde se pudo constatar que dos de los adolescentes que manifiestan conductas agresivas provienen de un entorno familiar violento y uno es consumidor de alcohol.

2.5 Funcionalidad de la familia

Cuando la violencia se vive como cultura, termina siendo reforzada y promovida por esta. La familia, como célula básica de esta sociedad, juega un rol preponderante en esta cultura de la violencia, pudiendo obrar alternativamente como reproductora de la cultura de convivencia o de la violencia de acuerdo a los resortes que se activen.

Por ello la familia como comunidad educadora principal del funcionamiento social y vehículo para la trasmisión de aquellos valores que ayudan al adolescente a adquirir su propia identidad, es la responsable de la educación de los mismos. La relación padre--estabilidad de familia-medio, determina en el desarrollo normal y en las deviaciones de los hijos (Sarduy, 1973)

Arés Muzio, P (1990) en Mi familia es así, se refiere a las funciones de la familia entre las que se plantean:

Función económica: Abarca las actitudes relacionadas con la reposición de la fuerza de trabajo de sus integrantes, el presupuesto de gastos de la familia en base a sus ingresos, las tareas domésticas del abastecimiento, el consumo, la satisfacción de necesidades materiales. Aquí resultan importantes los cuidados para asegurar la salud de los miembros. Las relaciones familiares que se establecen en estas tareas y la distribución de los

roles hogareños son de gran valor para caracterizar la vida subjetiva de la colectividad familiar. En esta función también se incluye el descanso, que está expresado en el presupuesto de tiempo libre de cada miembro y de la familia como unidad.

Función biosocial: Comprende la procreación y crianza de los hijos, así como las relaciones sexuales afectivas de la pareja. Estas actividades e interrelaciones son significativas para la estabilidad familiar y en la formación emocional de los hijos e hijas. Aquí también se incluyen las relaciones que dan lugar a la seguridad emocional de los miembros de la familia y su identificación con esta

Función espiritual-cultural o función educativa: Comprende todas las actividades y relaciones familiares a través de las cuales la familia participa en la reproducción de la vida cultural- espiritual de la sociedad y de sus miembros. Empleando sus medios y posibilidades la familia realiza aspectos específicos del desarrollo de la personalidad de sus miembros, especialmente en la educación de los más jóvenes.

El cumplimiento exitoso del papel de la familia no puede verse mediante la realización de una u otra de las funciones, sino por la combinación efectiva y cumplimiento de todas.

La familia como unidad social intermedia entre el adolescente y la comunidad, se convierte en un medio que puede incidir favorable o desfavorablemente en el comportamiento social de estos. Las funciones educativa, económica, biológica y de satisfacción de necesidades afectivas y espirituales que desempeña el grupo familiar son de marcada importancia, ya que a través de ellas, se desarrollan valores, creencias, conocimientos, criterios, juicios que determinan el comportamiento social de los adolescentes.

Un importante papel que desarrolla la familia es el de preparar a sus miembros, principalmente a los adolescentes, para enfrentar los cambios que se producen, tanto internos como externos) y que pueden conllevar a modificaciones estructurales y funcionales.

Según Álvarez (2001), la familia recorre un proceso de desarrollo, denominado ciclo vital, en el cual se distinguen etapas o fases marcadas por la ocurrencia de acontecimientos significativos de la vida.

Todo acontecimiento familiar produce modificaciones en el funcionamiento de la familia que pueden generar una crisis con mayor o menor potencial de riesgo psicológico en las familias y sobre todo en aquellas donde existe un miembro con conducta agresiva.

Hay autores que consideran, que hay problemas en los que el adolescente participa, que permanecen latentes hasta que algún acontecimiento posterior los hace evolucionar, pudiendo llegar hasta el crimen (Leijá, 1985).Este autor llega incluso a señalar una relación directa entre desavenencias familiares y gravedad del comportamiento.

C. Navarrete (1987) señala que los adolescentes son altamente sugestimables e imitadores, y que perciben de la familia, su modo de vida, a través del lenguaje y de sus actitudes y que esto tiene expresión e la conducta de los adolescentes. Es sin dudas en el marco familiar donde se va moldeando el estilo de relación con los otros, donde van formándose las potencialidades individuales.

El nivel cultural de los padres influye en la formación de interese valiosos en los adolescentes y en la autoridad sobre ellos, en este sentido, cuando los adolescentes superan a los padres esta autoridad puede verse afectada, por lo que el nivel cultural también tiene un importante papel en la comprensión de los problemas que enfrentan los adolescentes y en la eficiencia de la orientación que se les brinda.

Un aspecto importante que consideran distintos autores (Arés P, 2007), Álvarez. Roberto, 2001, Blanco A, 2001 y Sarduy, 1973) acerca de las funciones socializadoras de la

familia, es la que tiene que ver con la relación afectiva y la llamada atención o control familiar, señalándose que las deficiencias en la relación afectiva con los adolescentes, pueden crearles desajustes emocionales que pueden intervenís de manera importante en la aparición de conductas desviadas al mediatizar de manera errónea la realidad.

El carácter de las relaciones entre los miembros de la familia es un importante indicador del clima que existe en el interior de ella.

2.6 Factores psicosociales relacionados con el status del adolescente en el aula: la reputación social, la amistad, la conducta violenta y la relación con el profesor.

Es importante analizar la relación entre los diferentes factores sicosociales del aula y el grado de aceptación social de los adolescentes en la misma y dentro de ellos el rol de la reputación, la amistad entre alumnos, la implicación en conductas violentas y la calidad de las relaciones con el profesor.

Durante la investigación realizada se constató que la percepción sobre la propia reputación y el grado de amistad entre los alumnos, se relacionan con las manifestaciones de conductas agresivas en el aula y a su vez esta influye en la particularidad de las relaciones con el profesor.

En la adolescencia, algunos muchachos resultan desagradables o son pocos queridos por los compañeros de aula, es decir son rechazados por el resto de los alumnos. En este sentido el grado de rechazo o aceptación social en su grupo hace referencia al status social que el resto del grupo le asigna, esta experiencia de ser aceptado .o no supone importantes consecuencias para el bienestar psicológico del adolescente, puesto que el rechazo es una experiencia sumamente estresante para un individuo, Se ha comprobado en numerosas investigaciones que los adolescentes rechazados presentan más desórdenes que el resto de los estudiantes (Cava y Musitu, 2000)

En la sistematización bibliográfica se ha podido constatar la existencia de muchas teorías actuales que resaltan la centralidad de la reputación social en la vida del adolescente. Al respecto, distintos autores (Emler y Reicher, 1995; Caroll. A, Green. S, Houghton. S, Wood. R. 2003, Jiménez. T, Moreno. D, Murgui. S, Gonzalo M (2008)) sostienen que la necesidad de popularidad, liderazgo y poder entre los iguales comienza a ser muy importante en la adolescencia temprana.

No obstante para algunos adolescentes la reputación se logra mediante la implicación en conductas trasgresoras y violentas en el aula (Cava y Musitu, 2000; Emler y Reicher, 2005). En efecto se ha observado, en diferentes investigaciones, investigaciones (Cerezo, 1999; Olweus, 1998; Trianes, 2000) que algunas características de adolescentes violentos son que disfrutan del apoyo de un grupo de amigos y que son más populares que las víctimas de sus actos violentos.

Sin embargo, otros investigadores (Dodge, Coie, Petit y Price, 1990, Franz y Gross, 2001; Gifford-Smith y Brownell, 2003) señalan el estrecho vínculo entre el comportamiento violento y la escasa aceptación social, por lo que se ha llegado a identificar este comportamiento como una de las causas explicativas de rechazo en la adolescencia.

Con la aceptación social del adolescente en el aula se ha puesto de manifiesto la importancia de la figura del profesor, un referente social de gran relevancia durante la

adolescencia, llegándose a constatar que las valoraciones que hacen los iguales sobre las cualidades de un alumno están influenciadas por la observación de las interrelaciones existentes entre el profesor y los alumnos.

2.7 La atención a los adolescentes con manifestaciones de conductas agresivas en las escuelas secundarias básicas. Educar para prevenir

Hay una gran preocupación social por el aumento de comportamientos violentos en los adolescentes, que ha ido creciendo considerablemente en los últimos años y cada vez a edades más tempranas, produciendo graves problemas difíciles de afrontar en muchas escuelas e institutos.

La adolescencia es una etapa en la que el joven experimenta grandes cambios de personalidad. Se producen cambios de conducta e inestabilidad emocional, son jóvenes con mucha energía que han de aprender a controlar sus impulsos. Es una etapa en la que están formando su identidad, por lo que sus futuros comportamientos dependerán en gran medida de cómo superen todos estos cambios.

Los adolescentes violentos son aquellos que no se ajustan a las normas, son impulsivos, intolerantes e inconformistas. En las escuelas provocan disturbios y en ocasiones suelen actuar amenazando a sus compañeros. Algunos de estos adolescentes llegan a participar en peleas, agrediendo físicamente por medio de golpes o con algún objeto o incluso con armas y pudiendo causar daño físico a él mismo o a otras personas. En estos casos pasan de ser un adolescente violento para convertirse en un delincuente.

Para prevenir conductas violentas en un adolescente, los padres deben partir de la educación mediante el ejemplo, la constancia y la coherencia. Si los padres resuelven sus conflictos dialogando y de buenas maneras, los hijos aprenderán a actuar de igual forma cuando tengan que enfrentarse a sus propios problemas.

También es importante que los padres sean constantes y coherentes en el cumplimiento de las normas, de igual forma que a un hijo se le debe reforzar positivamente una buena conducta, los padres deben castigarle (por supuesto sin violencia) para corregir una conducta inapropiada. Una vez decidido el castigo debe mantenerse, pero si crees oportuno ser flexible, explicarle el motivo del cambio.

Conversar con los hijos y transmitir valores como la generosidad, el respeto a los demás, la justicia, el cumplimiento del deber, la responsabilidad son valores contrarios a la violencia que ayudarán a formar una personalidad no violenta y madura. Se debe evitar por otro lado mediante el diálogo, que el hijo adolescente tenga sentimientos de venganza o rencor.

Es aconsejable que exista una buena comunicación e intercambio de información entre la escuela secundaria básica y la familia. Sería bueno que los padres participaran más activamente en reuniones y tutorías de la escuela y si fuera posible, conocieran a los amigos de sus hijos. Muchos padres se sorprenderían de lo diferentes que pueden llegar a ser sus hijos fuera de casa.

En cuanto al personal docente de la escuela, se considera, también debe preocuparse por estrechar esta relación con la familia y el entorno social del adolescente que presenta manifestaciones de conducta agresiva, lo que contribuiría al desarrollo de estrategias educativas que permitan la transformación de la conducta.

Es imprescindible que los profesores contribuyan a la formación, sobre todo durante los cambios conductuales de estos adolescentes. La atención a los mismos no solo se reduce a impartir un determinado contenido y desvincularse de ellos, debe procurarse una interrelación estrecha, de confianza, sin exceder los límites establecidos. que permita al adolescente identificarse e ir aceptando las diferentes normas de conductas e ir interiorizando en sus propios problemas y buscar la solución a los mismos, sin que se sienta rechazado por ser diferente al resto del grupo debido a su comportamiento.

CONCLUSIONES

La prevención social comunitaria, cobra significado como una función social de toda intervención comunitaria. Actuar anticipadamente a que el problema se produzca, evolucione y se consolide implica reflexionar sobre el trabajo realizado por todos los agentes educativos de la comunidad.

Los adolescentes como grupo etario vulnerable en la comunidad, requiere de toda la atención en aras de contribuir a su formación y desarrollo.

Es importante que la familia y los profesores contribuyan a la formación, tanto en el contexto escolar, familiar o comunitario.

BIBLIOGRAFÍA

ALVAREZ SINTES, ROBERTO. Temas de Medicina General Integral. Volumen I. Salud y Medicina. Editorial Ciencias Médicas, 2001.

ANNE, MARIE. El Adolescente y su mundo. Barcelona, Ed. Herdor, 1984.

ARÉS MUZIO, PATRICIA. Psicología de la familia. Una aproximación a su estudio. La Habana: Editorial Ciencias Médicas, 2007.

ARÉS MUZIO, PATRICIA. La familia. Una mirada desde la Psicología. Instituto Cubano del Libro. Editorial Científico- Técnica, 2010.

BLANCO, PÉREZ ANTONIO. Introducción a la Sociología de la educación. La Habana, 2001.

CABALLO, V Y SIMÓN, M.A. Manual de psicología clínica infantil y adolescente .Madrid. Pirámide, 2001.

CAPERTON, GASTON & SEYMOUR, PAPERT (s/a) "Visiones para la Educación. La Plataforma Caperton-Papert". En Revista La Tecnología en la Enseñanza. Quipus, México.

CAROLL. A, GREEN.S, HOUGHTON. S, WOOD. R. Reputation enhancement and involvemet in delinquency among high school students. Internatioal Journal Disability, Development and Education, 2003.

CAVA MJ, MISUTI G La potenciación de la autoestima en la escuela. Barcelona: Paidós, 2000.

CEREZO F Conductas agresivas en la edad escolar. Madrid: Pirámide, 1999.

CUBA DÍAZ AGUADO, MJ. Prevención de la violencia y lucha contra la exclusión desde la adolescencia. Madrid. INJUVE, 2004.

DE URRUTIA BARROSO, LOURDES (Comp.). Sociología y trabajo social aplicado. Selección de lecturas. La Habana: Editorial Félix Varela Morales", 2003.

DODGE KA, COIE JD, PETTIT GS Y PRICE JM Peer status aggression in boys´ groups: developmental and contextual analysis. Child development, 1990

DOMÍNGUEZ, G. LAURA. Papel de los cambios biológicos y su repercusión psicológica en las etapas de la adolescencia y la juventud. Facultad de Psicología de la Universidad de La Habana. Cuba, 2002.

EMLER N Y REICHER S Adolescence and delinquency. Oxford: Blackwell, 1995.

_____ Delinquency: cause or consequence of social exclusion? En D, 2005.

GIFFORD – SMITH ME Y BROWNELL CA Chilhood peer relationships: social acceptance, firendships, and social network. Journal of School Psychology, 2003 Pág 41, 235 – 284.

JIMENEZ. T, MORENO. D, MURGUL. S, GONZALO. M, Factores psicosociales relacionados con el status social del alumno en el aula: el rol de la reputación social, la amistad, la conducta violenta y la relación con el profesor. International Journal of Psychological Therapy, 2008. Junio/2008, volumen 8, número 002. Universidad de Almeria, España, pp227- 236.

LEIF, JOSEPH. DELAY, JEAN Psicología y educación del adolescente Tomo: II. Edición: I Editorial: Kapelusz. Buenos Aires (1971) Págs: 482, 543-549

LEIJÁ, M.A Elementos de criminología, Ed. Universidad Autónoma de Nuevo León. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. México ,1985.

LÓPEZ, MIGUEL; CHACÓN, FERNANDO. Intervención psicosocial y servicios sociales. Editorial Síntesis. Madrid, 1977.

_____. Intervención social y servicios sociales. Un enfoque participativo. Prevención en intervención social. Ciudad de La Habana, 2000.

MENÉNDEZ BENAVENTE ISABEL Adolescencia y violencia: ¿Crisis o patología? 2006.

PERLAZA, MIGUEL, Ph.D. "Exponiendo el Abuso Espiritual", Buenos Aires Argentina, 2008. Dunken, ISBN 978-987-02-2899-8

MORALES CÓRDOVA, HUGO.). Factores asociados y trayectorias del desarrollo del comportamiento antisocial durante la adolescencia: implicación para la prevención de la violencia juvenil en América Latina. Revista Interamericana de Psicología, 2008 [En línea]., Vol. 42, Num. 1. México: Latinoamericanistas. p. 12-142. [Consultado el 12 de abril de 2009]. Disponible en: http://redalyc.uaemex.mx. ISSN: 0034-9690

NAVARRETE C. Influencia del micromedio en el desarrollo de la personalidad del adolescente trasgresor, en Selecciones de Lecturas de desviación de la Conducta Social, t.II, Ed. EMPES, U.H, 1987.

OLWEUS, D. Conductas de acoso y amenaza entre escolares. Madrid: Morata. 1998.

ORTEGA RODRÍGUEZ, LEOVIGILDO. et al. Prevención educativa un concepto a debate en el ámbito escolar, familiar y comunitario. Curso 44 Pedagogía 2011. La Habana: Sello editor Educación Cubana. Ministerio de Educación, 2011.

RODRÍGUEZ DÍAZ, ALFREDO; Y SÓÑORA CABALEIRO, MARÍA SOLEDAD. Conducta desviada y trastornos de conducta. Un acercamiento teórico para su prevención. Anuario del Centro de Investigaciones Jurídicas No. 4. La Habana, 2007.

SALDAÑA, C. Detección y prevención en el aula de los problemas del adolescente. Madrid. Pirámide, 2001.

SARDUY, MERCEDES. Conozcamos a nuestros hijos. Equipo de orientación a padres y maestros. Departamento de Psicología. MINED, Cuba, 1973.

TRIANES, M.V La violencia en contextos escolares: Málaga: Aljibe, 2000.

A revista Ethos e Episteme abre novas possibilidades alternativas e inovadoras do registro científico e acadêmico do processo de produção do conhecimento em Ciências Humanas e Sociais.

O horizonte hermenêutico que ela propõe possibilita um distanciamento tal que lhe permite ousar na reflexão que pode ser estabelecida entre Ética e Conhecimento.

Sendo o Ethos uma ação e atitude de compromisso responsável para com o ser do outro, é orientador do sentido que deve ter o conhecimento produzido pela ciência. Isto quer dizer que o conhecer só faz sentido na direção de tornar a humanidade melhor.

Ethos e Episteme assume esse compromisso de permitir que o conhecimento seja disseminado e que a Ética possa ser balizadora dos saberes que devem ser construídos e divulgados a partir do compromisso com o BEM COMUM.

A Revista colocá-se à disposição de todos e todas que, produzindo conhecimento, possam divulgá-lo porque nos torna a todos melhores cidadãos e seres humanos mais comprometidos e completos.

FACULDADE SALESIANA
DOM BOSCO
MANAUS - AM